

JORNALISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: iniciativas, impactos e contrastes

Organizadores:

Fabiano Ormaneze
Duílio Fabbri Júnior
Gilson Pôrto Jr.



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do livro *Jornalismo para o Desenvolvimento Regional: Iniciativas, Impactos e Contrastes* elaborada pelo artista Adrians. Organizadores: Fabiano Ormaneze, Duílio Fabbri Júnior e Gilson Pôrto Jr. Publicado sob o selo Observatório Edições. A imagem da capa mostra o planeta Terra visto do espaço, com foco na América do Sul, especialmente o Brasil. É como se estivéssemos olhando o planeta de longe, do lado escuro do espaço, onde é noite. O Brasil aparece iluminado, com dezenas de pontos brilhantes em tom dourado espalhados pelo mapa. Esses pontos estão conectados por arcos de luz também dourados, formando uma rede que liga várias regiões, como se representasse conexões de informação ou comunicação entre as cidades. No canto superior esquerdo, há um sol nascente, surgindo por trás do planeta, com raios de luz se espalhando pelo céu escuro e estrelado, dando um tom de esperança e de novo começo. Na parte de cima da capa, em letras grandes e brancas, está o título do livro: "Jornalismo para o Desenvolvimento Regional: iniciativas, impactos e contrastes". Mais abaixo, do lado esquerdo, aparecem os nomes dos organizadores do livro, também em letras brancas: Organizadores: Fabiano Ormaneze, Duílio Fabbri Júnior e Gilson Pôrto Jr. No canto inferior direito, há o logotipo da editora "Observatório Edições". O símbolo tem três formas coloridas que lembram páginas de um livro se abrindo — nas cores amarela, verde e laranja. Abaixo do símbolo, está escrito "Observatório Edições". Fim da audiodescrição.

Fabiano Ormaneze
Duílio Fabbri Júnior
Gilson Pôrto Jr.
(Orgs.)

**JORNALISMO PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
Iniciativas, Impactos e Contrastes**

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr./ Fabiano Ormaneze
Arte de capa: Adriano Alves, com uso de ferramentas de IA.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J83

JORNALISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: iniciativas, impactos e contrastes [recurso eletrônico] / organização: Fabiano Ormaneze, Duílio Fabbri Júnior, Gilson Pôrto Jr. – Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 235p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-984499-5-7

1. Jornalismo. 2. Desenvolvimento regional. 3. Comunicação e desenvolvimento. 4. Imprensa regional. I. Ormaneze, Fabiano. II. Fabbri Júnior, Duílio. III. Pôrto Jr., Gilson.

CDD 070.4
CDU 070:711.2
316.774
LCC PN4738

Ficha Catalográfica elaborada por Marcelo Diniz – CRB 2/1533.
Resolução CFB nº 184, de 29/09/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os textos foram avaliados por pares (duplo-cego).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Karileylla de Andrade Klínger

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

**Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas
ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)**

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marlí Terezinha Vieira

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoleti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas,
Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e
Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como referenciar este livro

ABNT NBR 6023

ORMANEZE, Fabiano; FABBRI JÚNIOR, Duílio; PÔRTO JR., Gilson (org.). **Jornalismo para o desenvolvimento regional**: iniciativas, impactos e contrastes. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. *E-book*. ISBN 978-65-984499-5-7.

APA

Ormaneze, F., Fabbri Júnior, D., & Pôrto Jr, G. (Orgs.). (2025). *Jornalismo para o desenvolvimento regional*: iniciativas, impactos e contrastes. Observatório Edições.

VANCOUVER

Ormaneze F, Fabbri Júnior D, Pôrto Jr G, organizadores. *Jornalismo para o desenvolvimento regional*: iniciativas, impactos e contrastes. Palmas (TO): Observatório Edições; 2025. ISBN: 978-65-984499-5-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 9

Fabiano Ormaneze, Duílio Fabbri Júnior e Gilson Pôrto Jr.

CAPÍTULO 1 – ENTRE O FEIJÃO E O SONHO: Imbricações entre jornalismo, território e desenvolvimento/ 13

Mariana Reis

CAPÍTULO 2 – DE VOLTA AO FUTURO: A evolução das mídias regionais do fim do século aos dias atuais/ 31

Duílio Fabbri Júnior

CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA COMUNICAÇÃO EM UM TERRITÓRIO GEOPARQUE UNESCO/ 41

Mauricio Rebellato e Flavi Ferreira Lisboa Filho

CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTO, BEM VIVER E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA: Considerações para (quem sabe) adiar o fim do mundo/ 63

Vilso Junior Santi e Leila Adriana Baptaglin

CAPÍTULO 5 – MÍDIA REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E CENTRALIZAÇÃO: Desequilíbrios na cobertura noticiosa dos municípios da Região Metropolitana e de João Pessoa nos telejornais locais/ 109

Rodrigo Martins Aragão, Marcondes Santos de Oliveira Júnior, Thyanne Tavares Silva, Caio Guilherme Ribeiro Leite e Myllena Hellen Silva da Costa

CAPÍTULO 6 – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMO CARACTERÍSTICA DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO DA UEPG/ 131

Fernanda Cavassana e Cintia Xavier

CAPÍTULO 7 – QUEM SABE DA FAVELA É O FAVELADO: Estudo de caso do projeto Voz das Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o jornalismo comunitário/ 155

Jade Gonçalves Castilho Leite

CAPÍTULO 8 - JORNALISMO DE PROXIMIDADE E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 NA QUARTA COLÔNIA (RS)/ 180

Amanda Spohr Demamann, Natalie Pereira Soares, Laura Storch e Aline Dalmolin

CAPÍTULO 9 – NARRATIVAS DA VULNERABILIDADE: cobertura jornalística das mulheres no tráfico de drogas / 205

Ana Cleia Ferreira Rosa e Cynthia Mara Miranda

SOBRE OS AUTORES / 227

SOBRE OS ORGANIZADORES / 233

Passados mais de 35 anos da promulgação da Constituição Federal, que preconiza a regionalização da informação, e diante de um cenário em que se multiplicam canais e plataformas de comunicação, este livro se propõe a discutir desafios e avanços do jornalismo regional, compreendendo-o como essencial para o desenvolvimento. Alinhado a um aumento considerável de pesquisas sobre regionalização, observado desde a década de 1990, a proposta é discutir onde estamos, se os notáveis avanços teóricos vieram acompanhados de iniciativas práticas e, principalmente, discutir quais são os principais desafios que ainda restam ou que surgiram diante do cenário comunicacional e jornalístico contemporâneo.

Uma comunicação que promova pertencimento, identidade, proximidade e representatividade aos indivíduos em relação ao lugar em que vivem e os vínculos culturais ali constituídos sempre será um desafio, sobretudo em países de tamanho continental como

o Brasil. A maior evidencia disso é que o aumento do número de meios e possibilidades de comunicação não garantiu uma cobertura jornalística mais diversa, plural e efetivamente representativa das múltiplas realidades que compõem o país. A concentração de pautas nos grandes centros urbanos, a ausência de investimentos estruturais em veículos locais ou regionais, além dos estereótipos e binômios tais quais local *x* global, rural *x* urbano, capital *x* interior contribuem para a manutenção de desigualdades informativas.

Destaque-se que o levantamento do *Atlas da Notícia*, realizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e citado por diferentes autores deste livro, indica que os “vazios noticiosos” ainda ameaçam o acesso à informação qualificada pelo Brasil. De acordo com a 6ª edição da pesquisa, publicada em 2024, 2.702 municípios brasileiros são considerados “vazios noticiosos”, ou seja, não têm nenhum veículo de imprensa local. Há ainda aqueles considerados “quase vazios”, ou seja, têm um ou dois veículos e, por isso, correm mais risco de ficarem sem imprensa. Nessa situação, segundo a mesma pesquisa, são 1.636 municípios brasileiros. Embora sejam prevalentes no Norte e Nordeste, há “vazios noticiosos” ou “quase vazios” em todas as regiões brasileiras.

A valorização dos contextos locais e regionais, além da aproximação do jornalismo e a comunidade, promove o desenvolvimento, realiza cobranças e possibilita que o silêncio imposto pela falta de canais de expressão e visibilidade seja diminuído. No entanto, relações políticas, econômicas, culturais e até educacionais são limitantes a esses propósitos. Junte a isso, o fato de que o jornalismo de qualidade, seja comunitário, local, regional, nacional ou internacional, aliado à qualificação do acesso e o desenvolvimento do pensamento crítico, é uma estratégia diante das crescentes campanhas de desinformação que temos vivenciado. Por essa razão, este livro também promove uma discussão sobre políticas de comunicação, uma vez que há capítulos que analisam a

relação de grandes redes e seus públicos regionais, bem como se promove uma reflexão crítica sobre o acesso à informação e a quem ele interessa.

A seleção dos capítulos levou em consideração abordagens das cinco regiões do país, de caráter teórico e prático, a partir de alguns questionamentos feitos a pesquisadores, professores e estudantes: Como equilibrar sustentabilidade e qualidade informativa em veículos de pequeno e médio porte, de caráter local o regional? De que maneira a internet e as formas emergentes de comunicação têm contribuído (ou não) ao desenvolvimento de produtos informativos/ jornalísticos locais e regionais? Como combater o monopólio das grandes redes de comunicação e disputar patrocínios sem se sucumbir ao discurso oficial e à ligação perniciosa com os órgãos públicos? Que iniciativas podem ser consideradas inovadoras em comunicação regional e local? Como esses veículos têm atuado na luta contra a desinformação? Os cursos de Jornalismo – na graduação e na pós –têm discutido e contribuído com a regionalização da informação?

Como os questionamentos sugerem, este livro não se limita a indicar falhas. Ao fechar uma coletânea de quatro títulos, cujos três anteriores discutiram o ensino, a pesquisa e a extensão, a obra que agora apresentamos propõe também caminhos. Ao reunir diferentes olhares sobre o jornalismo regional, buscou-se construir um panorama sobre possibilidades de uma comunicação mais inclusiva, descentralizada e comprometida com a diversidade do Brasil.

Fabiano Ormaneze
Dúílio Fabbri Júnior
Gilson Pôrto Jr.
Organizadores

ENTRE *O FEIJÃO E O SONHO*¹: Imbricações entre jornalismo, território e desenvolvimento

Mariana Reis

INTRODUÇÃO

Desde a produção da minha tese, defendida em 2021, passaram a ser temas de aprofundamento de meu interesse investigativo os modos de organização e produção de novos coletivos e agrupamentos jornalísticos, ali nomeados de *arranjos jornalísticos*, a partir de terminologia desenvolvida pelas pesquisadoras Roseli Figaro e Claudia Nonato (2021), do Centro de

¹ O título alude ao romance “O Feijão e o Sonho”, do autor mineiro Orígenes Lessa (1903-1986), que conta a história de um casal formado por um marido sonhador e uma esposa realista, expondo as contradições entre sonhar e aspirar uma vida melhor e ter de lidar com a dureza da sobrevivência diária. É também o título de um dos capítulos da tese da autora.

Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT), da Universidade de São Paulo (USP). O termo é derivado de *arranjos produtivos locais* (APLs), um conceito ligado ao desenvolvimento local que engloba formas produtivas alternativas específicas de cada localidade como meios de garantir sustentação e sustentabilidade que façam sentido para aquele território, envolvendo redes de articulação, trocas e negociações.

Assim, sob o guarda-chuva de *arranjo jornalístico* poderiam caber desde coletivos informais, cooperativas, jornalistas em rede, organizações sociais, microempresas, entre outros formatos possíveis, para se fazerem outros jornalismo possíveis. O *arranjo jornalístico* dá conta, assim, de moldes outros de se organizar, modos outros de se produzir notícias, de se sustentar. É o *Outro*, em relação aos grandes conglomerados midiáticos, o divergente, o insurgente.

Para início de conversa, gostaria de destacar que o fenômeno social de *novos* formatos de produzir jornalismo não é exatamente *novo*, com perdão do trocadilho. Defende-se isso a partir da constatação de que o jornalismo *alternativo, cidadão, comunitário, contra-hegemônico*, de *pequenos meios* ou *independente* (Reis, 2023), no Brasil, é referendado pelos teóricos desde pelo menos os anos 1960 com essas nomenclaturas, embora muito antes disso já tivessem sido historicizadas produções ligadas a movimentos sindicais, movimentos sociais (Kucisnki, 2001) e, entre essa categoria de movimentos sociais, sobretudo movimentos negros, denominados então como *jornalismo negro* (Pinto, 2007).

Trata-se, assim, nessa abordagem que me interessa investigar, de uma nova forma de fazer a partir dos tempos de hoje, considerando-se as condições de organização e produção contemporâneas. “Meu tempo é hoje”, como já diria o verso do samba do compositor Paulinho da Viola...

Devo ainda me corrigir, quando disse, no parágrafo que abre esse texto, que tal tema se aprofunda a partir da pesquisa que resultou no fruto do meu doutoramento em comunicação. Certamente, a partir daí a investigação passa a ser referendada e legitimada academicamente, mas meu interesse pelo jornalismo produzido nos territórios vem certamente de bem antes: cresci num conjunto habitacional de uma cidade da região metropolitana do Recife (PE).

Ali, em meados dos anos 2000, havia uma rádio-poste, da qual uma das caixinhas de som ficava bem na altura da janela de meu quarto, vociferando músicas que também tocavam nas rádios comerciais mas, principalmente, propagandas do comércio local desde as 7h da manhã até as 19h, de segunda a sábado, dificultando a minha concentração para os estudos. Na época, eu me preparava para o então chamado vestibular, que já seria para o curso de Jornalismo.

Após muitos conflitos internos e sentimentos dúbios em relação ao veículo de comunicação de bairro, decidi intervir e negociar, produzindo pequenas mensagens de texto que eu mesma intitulei "Mensagens de Cidadania", com dicas de saúde e de direitos, que produzi e propus, com a cara e a coragem, que fossem lidas diariamente pelo locutor da rádio local.

A parceria informal deve ter durado por volta de um semestre, mas me marcou como primeira experiência de comunicação comunitária, ainda que não pudesse ser exatamente nomeada de jornalismo local.

Em seguida, o estágio em radiodifusão pública, o trabalho como educadora em projetos sociais e, mais tarde, já formada, a atuação em coletivo de movimentos de mulheres negras e coletivo de direito à comunicação apontaram caminhos que seriam perpassados não só em meu trabalho técnico e de ativismo, mas também como trilhas de pesquisa, visto que não se separa, a meu

ver, a produção acadêmica da vida em si. Isso influenciaria, inclusive, nas minhas futuras escolhas teórico-metodológicas, hoje muito mais voltadas para sujeitos do que para objetos de pesquisa.

Por fim, para não me alongar ainda mais nesses primeiros parágrafos introdutórios, devo ressaltar que, para fins desse texto, empregaremos a expressão *jornalismo local* para dar conta das experiências narradas, uma vez que se pretende apontar, ainda que de forma sucinta, algumas das implicações entre jornalismo, território e desenvolvimento.

UM RETRATO DOS *NOVOS* JORNALISTAS DO BRASIL

Em pesquisa que buscou apontar características demográficas, políticas e do trabalho do jornalista², organizada por Lima (2022), informa que os jornalistas brasileiros são uma categoria majoritariamente feminina (63,7%), jovem (59%) e branca (72,2%). São 59% os jornalistas até 30 anos, o que decorre, ainda segundo o levantamento, do crescimento do número de cursos de graduação

² Pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a partir de dados primários fornecidos por todos os sindicatos do Brasil, informações viabilizadas pelos cursos de Jornalismo e dados obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação aos dados primários, foram ouvidos 2.731 respondentes, em coleta espontânea, que trabalham em mídia tradicional, na docência ou fora da mídia (incluem-se aqui jornalistas trabalhadores de assessorias de comunicação, ONGs, agências, *freelancers*, mídia independente, entre outros tipos de trabalho).

em Jornalismo, nos últimos anos. Parcela considerável de estudantes se engaja rapidamente na profissão, como estagiários, com ou sem carteira assinada, e com baixa remuneração, o que já indica, a nosso ver, a precariedade das condições de trabalho desde os primeiros anos de entrada no mundo do trabalho.

Ainda segundo a mesma pesquisa, a distribuição de jornalistas por cor/raça é significativamente diferente das características da população brasileira, se comparada aos dados do Censo de 2010 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na referida pesquisa sobre os jornalistas, informaram ser brancos 72,2%; declararam-se pardos 18,4%; disseram-se pretos 5,3%; 1,5% autodeclararam-se amarelos, e indígenas correspondem a 0,7% dos respondentes. Para o IBGE, são 47,7% os brasileiros que se declararam brancos; pardos são 43,1%; pretos representam 7,6%; amarelos correspondem a um percentual de 1,1%; e indígenas são 0,4%: (Lima, 2022).

Informaram ser praticantes de alguma religião 51,4% dos jornalistas, ante 40,1% de não-praticantes e 8,5% de ateus. Entre os que praticam, 48,3% são católicos; 22,6% de espíritas; 6,8% de espiritualistas; 4,8% umbandistas; e 4,9% evangélicos.

De acordo com a mesma fonte, apenas 25,2% são sindicalizados. Desses, 90,2% estão em sindicatos dos jornalistas, 8% em sindicatos de professores e 16% estão vinculados a sindicatos de outras categorias. Sobre vinculação político-partidária, 92,2% declararam não ser filiados a nenhum partido político. Na autodefinição ideológica, predominou a resposta "à esquerda" (Lima, 2022).

Segundo o mesmo levantamento, em relação ao Ensino Superior, 98,1% possuem graduação completa, sendo 91,7% em cursos de Jornalismo. Atuam fora da mídia tradicional 40,3% dos jornalistas respondentes da pesquisa, que considera, como *fora da mídia*, os tipos de ocupação e trabalho mais diversificados possíveis,

desde assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação até outros inúmeros tipos de funções que combinam e aliam diversos tipos de conhecimentos jornalísticos. (Lima, 2022).

Apenas 39,4% dos jornalistas que atuam fora da mídia tradicional trabalham com carteira assinada, percentual bem inferior a esse tipo de contratação em redações e veículos de mídia tradicional. Quanto ao ramo de atuação, estão predominantemente concentrados em empresas ou órgãos públicos (35,2%) ou em empresas especializadas em assessoria de imprensa ou de comunicação (34,9%). Além disso, esses profissionais atuam no setor público, como servidores (13,2%) ou como cargos comissionados (13,9%).

Empresários correspondem ao percentual de 4,8%. Regimes de contratação mais precarizados somam ao percentual de 28,8% da categoria: 13,7% têm contratos de prestação de serviços; 5,5% são *freelancers*; 5,4% trabalham como pessoa jurídica (PJ) e os demais mantêm diferentes tipos de relações contratuais não especificadas (Lima, 2022).

O teletrabalho, ou trabalho remoto, também é bastante expressivo entre trabalhadores de fora das mídias tradicionais. Desses, 83,6% trabalham em escritórios ou outros locais de trabalho formal, enquanto 26,5% trabalham de casa. Produzem em locais públicos ou privados, via internet, 19,5% desses jornalistas. Já o percentual de 0,8% menciona outros locais de trabalho (Lima, 2022).

Figaro e Nonato (2021) afirmam que, se o mundo do trabalho está em transformação, o campo do trabalho do jornalista, assim, acompanha as mudanças do cenário contemporâneo. Do ponto de vista do jornalismo tradicional, a extinção de postos de trabalho tem acompanhado, em nível nacional e regional, um crescente desemprego que também ocorre em nível mundial.

Em pesquisa que buscou observar as reestruturações produtivas no mundo do trabalho do jornalista de mídia tradicional

em São Paulo, Lelo³ (2019) apontou alta rotatividade dos profissionais nas redações, somada à precarização ascendente dos mais experientes no setor, criando obstáculos à socialização em uma comunidade de trabalhadores; corrosão de princípios éticos legitimados pelo campo jornalístico em benefício da maximização dos lucros provenientes de receitas publicitárias e descrédito atribuído aos mecanismos de ação coletiva e sistemática recusa dos profissionais em se reconhecerem como membros de uma classe trabalhadora.

Além disso, o autor traz ainda a relação entre a progressiva feminização no setor e uma ascendente precariedade laboral que acomete mais incisivamente as comunicadoras e a recorrência sistemática de situações de assédio moral, injustiças e de infração à ética profissional nas redações, o que pode gerar uma série de adoecimentos e mesmo *sofrimento* em meio às rotinas produtivas (Lelo, 2019).

O CORRE DELES: A VIRAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA FAZER E ACONTECER NO JORNALISMO LOCAL

Sobre os sentidos do trabalho, Antunes (2009; 2018) revela que as modificações no mundo do trabalho hoje, de fato, decorrem de avanços tecnológicos e de novas formas de organização do trabalho em si. Não são só mudanças em torno das materialidades e subjetividades. São alterações estruturais e conjunturais do capitalismo contemporâneo que, indubitavelmente, refletem-se em transformações da classe trabalhadora.

³ Entre 2015 e 2017, o autor aplicou *surveys* para ouvir 102 jornalistas das redações e, ainda, realizou entrevistas semiestruturadas com 15 jornalistas da Grande São Paulo.

Para ele, a “crise do fordismo” e a reestruturação da economia são, na realidade, sintomas de uma crise mais profunda do sistema do capital. No mundo do trabalho, algumas dessas transformações são o crescimento exponencial do desemprego, condições precarizadas de realização do trabalho e degradação na relação entre homem e natureza, de modo mais geral (Antunes, 2009, p. 17).

O mesmo autor (2018) vai chamar de *infoproletariado* os trabalhadores que se utilizam das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para prestar serviços. É o trabalhador que atua com informação, com o produto imaterial, muitas vezes, com uma certa flexibilidade de condições de trabalho e de regulação que podem gerar instabilidade nessas relações.

O trabalho do jornalista, talvez, possa aí ser enquadrado. Bastam se observar, por exemplo, estagiários que já entram no mercado de trabalho substituindo graduados e recebendo baixos salários por isso — dado apontado por pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro sobre a qual detalharemos a seguir. Muitas vezes, ao se formar, esse estagiário⁴ é substituído por outro estudante em formação. E assim por diante. Isso faz com que muitos estudantes adiem a formatura para garantir a continuidade dos estágios, vistos, por eles, como *empregos*.

Ele aponta também para o que vai chamar de *fenomenologia da informalidade*. assim como antes já existia o trabalhador autônomo, aquele que trabalha para si próprio, com ajudantes ou

⁴ A obrigatoriedade do estágio supervisionado em Jornalismo, importante etapa de formação do graduando, acabou por abrir brechas para que redações de jornais tradicionais contratassem, de forma voluntária, estudantes de jornalismo.

não — como uma costureira, uma manicure, um vendedor porta a porta, entre outros — os tempos do trabalho digital geram ainda mais possibilidades de postos temporários, informais e inseguros. Não é preciso ir muito longe para se perceber isso: basta olhar o alto número de aplicativos de serviços de entrega de todos os tipos e a profusão de trabalhadores informais que deles dependem como única opção de gerar renda (Antunes, 2018).

Dos antigos *bicos* aos *freelas*, termo tão usado no meio jornalístico, até o mais recente *manda jobs*, ou os chamados *corres*, como na linguagem das periferias, são muitas as gírias para denominar as possibilidades de trabalhos informais nos tempos atuais. Rizek (2006) vai designar um termo para esse fenômeno. A autora denomina como *viração*⁵ as múltiplas formas de ocupação, sobretudo de moradores de regiões periféricas, que precisam desempenhar vários trabalhos informais, em geral de curta duração, para sobrevivência. Sobretudo em relação às juventudes, trata-se de pessoas para as quais o emprego formal e assalariado se torna cada dia mais uma meta inalcançável.

Sobre *precariedade* no mundo do trabalho, convém trazer aqui como o conceito é trabalhado por Vasapollo (2005, p. 369), ao falar sobre esse trabalhador *instável*, que atua como suporte da produção no sistema neoliberal. Para ele, a precariedade é elemento estratégico determinante do capital. “Do ponto de vista dos trabalhadores, a informatização, além de provocar o desemprego estrutural, desqualificou o trabalho já existente, convertendo-o no denominado trabalho atípico, com forte conteúdo de precariedade” (Vasapollo, 2005, p. 370).

⁵ A propósito, *Viração* também é um nome de uma revista impressa, experiência educacional de São Paulo elaborada por juventudes desde 2003. Disponível em: <https://viracao.org/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Ainda para Vasapollo (2005, p. 369), “há que buscar novas formas de organizar o trabalhador precarizado também em suas formas falsamente independentes, para estabelecer oposição a uma sociedade que destrói cada um dos direitos sociais e oprime a classe trabalhadora”. Aqui, é preciso se fazer um adendo para o que se convencionou chamar *empreendedorismo*, que pode se tornar uma dessas “formas falsamente independentes” de organização do trabalho.

Empreender⁶ é trabalhar de forma autônoma, muitas vezes, contratando ajudantes também para efetuar outras etapas do processo. Empreender exige, além de dominar as técnicas do trabalho em si, dominar outras habilidades administrativas, inclusive de gestão financeira. Por outro lado, o trabalhador fica às margens dos direitos trabalhistas e é preciso perceber as armadilhas de se

⁶ É interessante pontuar que trabalhadores autônomos, mesmo não sindicalizados, organizam-se de outras formas para lutar por seus direitos, seja em associações, em cooperativas ou outros formatos. Trabalhadores autônomos também estiveram à frente de lutas por direitos sociais desde o Brasil Colônia, vide a Revolta dos Búzios, em Salvador (BA), no século 18, liderada pelos alfaiates; e mesmo a Revolta dos Mascates, movimento liderado por comerciantes contra a alta de impostos que ocorreu no Recife (PE) no mesmo século. Ainda no Brasil Colônia, *escravizadas de ganho*, que trabalhavam nas ruas, conseguiam ganhar algum dinheiro por conta própria e, assim, muitas vezes, comprar sua própria alforria e a de parentes e amigos.

reconhecer empreendendo por opção ou empreendendo por razões circunstanciais (Antunes, 2018; Vasapollo, 2005).

Do ponto de vista do jornalista e de outros trabalhadores digitais que atuam com informação ou outros tipos de produção imaterial, a realidade de muitas empresas hoje em dia é de contratação do profissional via pessoa jurídica (PJ), o que muitos já chamam de *pejotização*, via contratos de microempreendedor individual (MEI) ou microempresa (ME). Assim, ao trabalhador, é exigida uma carga horária de trabalho e outras demandas próprias de um empregado, mas sem os direitos sociais de férias, seguro-desemprego, auxílio-saúde e contribuição previdenciária. Esta seria, sem dúvidas, uma autoilusão de empreendedorismo.

Na próxima seção desse texto, passarei a usar o conceito de *viração* como categoria de análise para iniciativas de jornalismo local, considerando as necessidades de modos de organização e condições de produção de tais iniciativas que, muitas vezes, além de jornalismo, precisam conceber outras maneiras de sustentação e sustentabilidade, desde desenvolver habilidades de gestão para aprender a gerir seu próprio negócio/projeto social/organização, até mesmo aprender outras habilidades como, por exemplo, produção cultural, caso haja interesse de prospectar e concorrer a editais de fundo público ou privado.

ALGUMAS CONCLUSÕES, MAS NÃO UM FIM: É POSSÍVEL SOBREVIVER DO SONHO?

Em texto recente (Reis, 2024) e que discute alguns dos resultados da tese, apresento categorias de jornalismo local, entre as quais duas que gostaria de destacar aqui: uma delas é a do *jornalismo inovador-experimentador*, que flerta com o conceito de *gambiarra* no sentido da inovação e experimentação vinda diretamente da vida prática e da necessidade de criar em meio às

dificuldades, com as condições precárias existentes (ou inexistentes), com criatividade, mesmo diante da pouca materialidade.

Sobre inovação ou experimentação nos conteúdos produzidos, é pertinente perceber que as iniciativas de jornalismo local inovam muitas vezes no formato, nos gêneros e na linguagem, a saber: a) em produtos impressos derivados da experiência prévia dos arranjos em mídias digitais, como as revistas; b) a partir de produtos de áudio/*podcasts*, programas de rádio, diversificando e ampliando a capacidade de produzir jornalismo no meio digital; c) na ampliação de reportagens em profundidade e conteúdo multimídia nos sites; d) nas diferentes linguagens, com a aproximação da experiência do jornalismo em quadrinhos; produção audiovisual para seus respectivos canais no *YouTube*, em revistas impressas com design arrojado; e) na linguagem jornalística em si, quando *experimentam* e *brincam* na criação de entrevistas, reportagens, contos, crônicas e outros gêneros, via jornalismo literário.

O jornalismo local também inova nas rotinas e processos, ao buscar maneiras de formar, gerenciar ou produzir jornalismo de forma colaborativa e em rede, na parceria com outros grupos e coletivos, organizações da sociedade civil, escolas e universidades.

Também gostaria de trazer a dimensão *educadora-formadora* das iniciativas de jornalismo local, segunda categoria com a qual trabalho na tese e que destaco ainda neste nosso texto. Os resultados da tese trouxeram que, nas iniciativas de jornalismo local estudadas, o próprio espaço de realização de suas atividades – seja físico ou digital, compartilhado ou próprio – é utilizado como laboratório de formação, criação e experimentação.

Não será possível se aprofundar nesse texto, mas poderíamos, de forma breve, talvez traçar uma ligação entre esse *jornalismo educador* e o conceito de *movimento negro educador*, trazido por Nilma Limo Gomes (2017). De toda forma, são esses os sujeitos que hoje atuam e impactam socialmente nas comunidades, seja o

movimento social (como os movimentos negros) ou as iniciativas de jornalismo local – que de certo modo têm pontos de intersecção com os movimentos sociais, sendo muitas dessas iniciativas *crias* de projetos sociais desenvolvidos por movimentos, ONGs ou projetos de extensão universitários.

Se é possível sobreviver *apenas* do sonho? Do que foi colhido até agora em nossas pesquisas de campo e a partir da escuta ativa dos jornalistas locais, averiguou-se que é preciso haver negociações, conciliações. Muitas vezes, além da iniciativa local, o *sonho*, é preciso garantir o *feijão* com outras ocupações ou até com outro emprego formal. É a chamada *viração* (Rizek, 2006) que vimos anteriormente.

Também constatamos que, tal como o *pensamento nagô*, definido por Sodré (2017), o movimento de iniciativas desse tipo é circular. No geral, observamos que a maioria dos grupos e coletivos de jornalismo local contam com um tempo de existência relativamente curto: surgem impulsionados por projetos estudantis ou editais, crescem, proliferam-se, depois são sufocados, muitas vezes por seus fundadores não conseguirem conciliar a atuação na iniciativa com outro trabalho formal. Talvez, uma das respostas esteja mesmo em entender que esses grupos de mídia independente, tal qual o movimento social, estão sempre em *movimento*, em mudança, em expansão ou retração.

Além de se retroalimentar num movimento que envolve outros arranjos, setor público (especialmente como fomento), ONGs, escolas e universidades, essas iniciativas de jornalismo local estão em constante transformação. De toda forma, o que acreditamos é que, para se pensar o futuro do trabalho do jornalista é preciso se olhar para frente, guiando-se pelos passos dos que vieram antes.

Se o trabalho do jornalista mudou, o que podemos aprender com essas novas experiências, mesmo de jornalistas informais, e que podemos aplicar em nossas práticas? O que nos ensinam as experiências de outros agrupamentos de mídia independente que

sempre existiram no Brasil, mesmo desde antes da imprensa oficial — produzindo conteúdo jornalístico a despeito de ciclos históricos democráticos ou autoritários?

Mais do que técnicas e tecnologias — que *caducam, enferrujam* e precisam ser trocadas ao longo do tempo — o que os dados nos indicam é que a principal mudança a ser feita talvez seja nos modos de se *relacionar* com, no e para seus territórios, gerando desenvolvimento para suas próprias iniciativas, mas também para seus pares e suas comunidades. O estudo mostrou que, muitas vezes, para *sobre-viver, re-existir* e tornar-se *perene*, foi necessário se reinventar. É preciso ter capacidade de refazimento. Começo-meio-começo, no dizer do Mestre Antonio Bispo dos Santos.

Uma iniciativa, por exemplo, que antes era produtora de conteúdo, depois vira escola de jornalismo local, e depois passa a desenvolver pesquisas em sua área de atuação, fornecendo, além de formação especializada, produção de conhecimento. Esse é o caso, por exemplo, da *ÉNóis Conteúdo*, iniciativa de São Paulo que já perdura há dez anos, que começou com formação de comunicadores/jornalistas locais, envolve e articula uma rede de mais de 600 jornalistas e comunicadores locais hoje em todo o Brasil e realiza projetos instigantes como as pesquisas e publicações *Prato Firmeza*, sobre hábitos alimentares das periferias do Brasil, cartilhas e guias sobre infância e formações sobre Jornalismo e Território percorrendo todo o País.

Recentemente, em 2023, a *ÉNóis* lançou, em parceria com o Centro de Estudos de Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), uma pesquisa chamada “Retrato do Jornalismo Brasileiro”, que interseccionaliza dados de iniciativas de jornalismo local com questões de gênero, raça e território, abordagem que, na maioria das vezes, passa ao largo de pesquisas que traçam perfis de trabalhadores, especialmente da área de comunicação, e que, em breve, também servirá de referência para nossas futuras produções,

para um olhar mais acurado a respeito das imbricações entre jornalismo, território e desenvolvimento (Retrato do Jornalismo Brasileiro, 2023).

Outro exemplo, desta vez vindo do Nordeste do Brasil, é o Instituto Blogueiras Negras, iniciativa que começou em 2012 como blog de ativismo digital e difusão de publicações de textos de autoras negras pouco visibilizadas pela grande mídia, realizou cursos e formações sobre blog e ativismo digital até por volta de 2016 e, a partir de então, de blog, passou a se constituir de maneira mais formal e institucionalizada, desenvolvendo pesquisas relacionadas à comunicação, à arte, aos movimentos sociais e à segurança digital, incidindo em cursos de relações étnico-raciais para educadores em todo o Brasil, bem como fomentando e desenvolvendo práticas de incentivo à formação de núcleos de jornalismo local como o BNLab, projeto realizado em 2024, no Córrego do Sargento, periferia do Recife (PE), em parceria com o Coletivo Sargento Perifa, coletivo de jornalismo local que existe na comunidade desde 2013, liderado pela jornalista Martihene Oliveira, também moradora local, cuja iniciativa no bairro começou como projeto de conclusão de seu curso de Jornalismo.

Podemos constatar ainda que, nos casos aqui relatados, as dimensões *inovador-experimentador* e *educador-formador* estão presentes em ambas as iniciativas de jornalismo local. Olhando para trás e para a frente, como nos ensina a narrativa africana do *Sankofa*⁷,

⁷ Narrativa da África Ocidental cuja representação simbólica é um pássaro que voa para frente, com a cabeça voltada para trás, segurando, em seu bico, um ovo que representa o futuro. O conceito pode ser traduzido, *grosso modo*, como: "Não é tabu voltar atrás para buscar o que se esqueceu".

é possível se pensar em soluções criativas para o trabalho do jornalismo. Pois o processo de *ser criativo* é inerente ao próprio conceito de trabalho, que tem a ver com a capacidade de *criar*. Criemos, então, o jornalismo que queremos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

FIGARO, R.; NONATO, C. (Orgs.). **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil**: organização, sustentação e rotinas produtivas. São Paulo: Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho/USP, 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. 2019. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

LIMA, S. P. (Org.). **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2021. Florianópolis: Insular, 2022.

PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX. 2007. 197f. Dissertação (Mestrado em História) —

Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2007.

REIS, M. Jornalismo independente: da precariedade às inovações com desenvolvimento local. In: LUBECK, E.; LISBOA FILHO, F. F.; CARVALHO, L. (Orgs.). **Comunicação & desenvolvimento**. Santa Maria: UFSM, 2024, v. 1, p. 82-91.

REIS, M. Jornalismo cultural e aproximações com o desenvolvimento local. In: REIS, M. F.; CARNIELLO, M. F. (Orgs.). **Comunicação e desenvolvimento regional e local**. Taubaté: Unitau, 2023, v. 1, p. 21-29.

RETRATO DO JORNALISMO BRASILEIRO. 1 ed. São Paulo: Escola de Jornalismo ÉNóis: CEERT/Diversidade Corporativa, 2023.

RIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, 2006, p. 49-58.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & debate**, São Paulo, v. 16, n. 2, ed. 28, 2005, p. 368-386.

DE VOLTA AO FUTURO: A evolução das mídias regionais do fim do século aos dias atuais

Duílio Fabbri Júnior

INTRODUÇÃO

Com a reconfiguração do sistema midiático global, em função do acelerado avanço da tecnologia comunicacional digital, torna-se mais do que necessário apresentar reflexões sobre as relações entre comunicação e desenvolvimento, no contexto dessa nova era.

No âmbito da comunicação regional e da desterritorialização da informação, temos que enfrentar grandes desafios, entre eles a presença dominante das grandes corporações de mídia globais, que, por sua vez, ofuscam o âmbito da mídia regional e dificultam a sobrevivência e a relevância das pequenas empresas de comunicação, que sempre foram as grandes responsáveis pela comunicação regional e local, inclusive, preenchendo espaços totalmente desprovidos de outras ofertas midiáticas.

Como destacou Cabral (2021), no início dos anos 1980, a América Latina era um território com muitas emissoras de televisão, lançamento de satélites domésticos, transmissão de dados, TV a cabo, TV por assinatura, emissoras em UHF, redes regionais de televisão e sistemas de transmissão via parabólicas. Naquele momento, ainda de acordo com a autora, retomando os estudos de Faustino (2013) e Sánchez-Taberner e Carvajal (2002),

Os conglomerados de mídia investem em lançamento de produtos, retratado como “crescimento natural”; diversificam suas atividades, mesmo sem alargar sua área geográfica; e expandem o negócio para um novo mercado. [...] A diversificação multimídia gera as seguintes vantagens para os grupos midiáticos: diversificação do risco empresarial; entrar em novos setores com potencial de crescimento; gerar sinergias, como informações, custos, força de trabalho, publicidade e inovações tecnológicas. (Cabral, 2021, p. 8)

Além disso, é basilar compreender que as mídias regionais geralmente dispõem de menos recursos financeiros e tecnológicos, principalmente, quando comparadas às suas contrapartes globais. Ora, então o que está em jogo? Isso implica diretamente na limitação da qualidade e da abrangência da cobertura local. Além disso, pode configurar pressões econômicas, as quais exigiram da mídia regional uma adaptação rápida e constante nas novas formas de gerar receita e a competir com a publicidade de alcance global.

Por outro lado, a identidade cultural local, mesmo em situações globalizantes, é parte integrante básica das mediações,

uma vez que elas se constituem das relações sociais. Trata-se, pois, dos espaços nos quais se dão essas relações, nos quais se constroem a memória do povo, como demonstrado em texto anterior (Fabbri Junior, 2006):

Esses espaços, então, se apresentam como produtos dos processos de globalização e industrialização da cultura, da expansão de mercados, dos deslocamentos de fronteiras entre sujeitos, territórios e dos bens culturais, com efeitos na diversidade das mensagens, ideias, conceitos, produtos e serviços. As dimensões espaciais somente acontecem a partir de suas fronteiras, se colocadas em contraposição ao seu contrário. O global, como parâmetro de referência, precisa ser local para existir. Portanto, a associação de conceitos em torno da questão da identidade e da sua articulação com o global, o regional e o local reflete diretamente a cultura regional e a narrativa do discurso jornalístico de aproximação praticado nessas regiões, sendo essa cultura a mediadora através da televisão, fornecedora de aspectos que auxiliam o entendimento da produção de significados e como parte orgânica da sociedade e cultura contemporâneas. (Fabbri Júnior, 2006, p. 23)

Daí se pode pensar que a dificuldade, então, seria resultante de uma manutenção de uma identidade cultural, que promova a diversidade local de forma desafiadora, pois a globalização tende a

homogeneizar a cultura, promovendo uma predominância de conteúdos e valores estrangeiros.

A rápida evolução das tecnologias de comunicação e a necessidade de atualização constante podem ser especialmente desafiadoras para mídias regionais com menos infraestrutura técnica. Mas, apesar desses desafios, a comunicação regional também possui vantagens significativas, como a capacidade de criar um vínculo mais forte e pessoal com o público e de atender necessidades específicas que grandes mídias globais, muitas vezes, não conseguem. Enfrentar esses desafios requer inovação, parcerias locais e uma estratégia que valorize o conteúdo e os interesses público e do público.

Não se pode desprezar que a comunicação regional é um campo de estudo que se concentra na produção e disseminação de informações delimitadas geograficamente, buscando atender às necessidades e aos interesses específicos das comunidades. Hoje impulsionada pelo avanço tecnológico, a sociedade contemporânea vive a superação das fronteiras nacionais em um processo de articulação cultural, econômica e política em escala global, fruto de mudanças rápidas e intensas que aconteceram de forma concentrada nas últimas três décadas, ajudando a manter e a valorizar as tradições, culturas e aspectos locais, resistindo à tendência de homogeneização cultural promovida pela mídia global.

É com esse processo que se enfrentam as demandas de forma mais eficiente, as necessidades e os interesses da comunidade local, podendo oferecer conteúdo mais relevante e próximo da realidade dos moradores. Isso faz com que os membros da comunidade tenham voz e possam compartilhar suas histórias, opiniões e preocupações, fortalecendo a democracia e o engajamento.

Dentro desse processo de regionalização, pode se colocar em relevo que ela age em outros âmbitos, como no fortalecimento dos direitos sociais, política e economia, já que a comunicação regional

pode destacar negócios locais, promover o turismo e fomentar o crescimento econômico, incentivando o consumo de produtos e serviços da própria região. A informação produzida tende a ser de maior qualidade e em paralelo reforça os processos de educação sobre temas importantes, como saúde pública, meio ambiente e direitos dos cidadãos, de maneira que seja acessível e compreensível para a comunidade local.

O desafio passa também por manter a inovação e adaptar-se às novas tecnologias, aproveitando plataformas digitais para alcançar mais pessoas e melhorar a interação com o público e as novas gerações, que, por serem nativos digitais, já construíram hábitos de consumo informativo muito diferentes dos pais e avós. Ao focar nesses aspectos, pode se pensar em um efeito de contrabalançar os reflexos da globalização, fortalecendo o vínculo, promovendo um senso de pertencimento e identidade coletiva.

RETOMANDO O PASSADO, VISANDO AO FUTURO

É claro que a comunicação regional sofreu transformações significativas desde o surgimento da internet, grande novidade do final do século XX, até hoje. Nos anos 1990, por exemplo, a comunicação regional dependia fortemente de mídias tradicionais, como jornais, rádios e TVs locais.

Hoje, a digitalização e a internet transformaram a maneira como as informações são produzidas e consumidas, permitindo que as mídias regionais alcancem um público mais amplo por meio de sites, perfis em redes sociais e plataformas de *streaming*. Apesar disso, o desafio de compreender os públicos-alvo e a geração de receita ainda permanece como central nas discussões.

Anteriormente, a comunicação era unilateral, com os meios de comunicação “transmitindo” informações e os “receptores” apenas consumindo. Atualmente, a interação entre os produtores de conteúdo e o público é muito maior, com *feedback* instantâneo por

meio das redes sociais, comentários e participação ativa do público, mesmo quando se trata de mídias tradicionais: aquilo a que se assiste na televisão, por exemplo, alimenta as redes sociais, e o que se discute nas redes sociais é termômetro e temática para a televisão, apenas para citar um exemplo.

A produção de conteúdo de qualidade, no fim do século passado, exigia investimentos significativos em equipamentos e infraestrutura. Hoje, com a acessibilidade de *smartphones*, câmeras digitais e *softwares* de edição, a barreira de entrada é menor, permitindo que mais pessoas e pequenos grupos produzam e distribuam conteúdo regional.

As mudanças tecnológicas e a maior acessibilidade popularizaram a produção de conteúdo, permitindo que uma maior diversidade de vozes e perspectivas regionais sejam ouvidas. Isso inclui o crescimento de perfis pessoais, que se transformaram em muitos casos em “influenciadores”, podcasts e outras formas de mídia independente.

Em relação aos mercados tradicionais de mídia, representado pelos veículos como emissoras de rádio e TV, sites, jornais etc., a globalização e as inovações tecnológicas intensificaram a concorrência. Agora, tais empresas de comunicação ou iniciativas independentes, alternativas, competem não apenas com outras mídias locais, mas também com grandes empresas globais. Isso exigiu que as mídias regionais se tornassem mais inovadoras e focadas em nichos específicos para manter e atrair seu público.

Dessa forma, torna-se importante pensar que os modelos de negócios também mudaram significativamente. Nos anos 1990, as mídias regionais dependiam, principalmente, de assinaturas (no caso dos quase extintos jornais e revistas impressos regionais) e publicidade local. Hoje, precisaram diversificar as fontes de receita, criando versões digitais e utilizando publicidade on-line e parcerias,

enquanto ainda enfrentam os desafios de se manterem relevantes e, principalmente, sustentáveis.

A segmentação das mídias regionais permite uma conexão mais próxima e personalizada com o público, algo que as grandes empresas globais podem não conseguir. Assim, essas empresas e iniciativas regionais conseguem produzir um conteúdo relevante e autêntico para a comunidade, resgatando histórias e notícias que estabeleçam uma conexão ajustada entre os interesses do público. Além disso, no que tange aos aspectos financeiros, é fundamental usar essa proximidade para também formar parcerias com empresas locais, organizações sem fins lucrativos e outras entidades regionais, a fim de fortalecer a rede de apoio e ampliar o alcance e a credibilidade da mídia regional.

DIGITALIZAÇÕES, ALTERNATIVAS E NOVAS PREOCUPAÇÕES

Assim, é indiscutível a capacidade da internet em dinamizar o contexto regional e local, mas trazendo também novos desafios e questões a serem cuidadas. Entre elas, destaca-se o emergente anseio pela proteção de dados pessoais no âmbito virtual.

Tal pretensão deve ser entendida como uma alternativa para maximizar a proteção desses direitos, e não como uma tentativa de restringir a liberdade informacional. Dessa nova realidade, decorrem conflitos que precisam ser analisados e abordados pelo campo do Direito, a fim de garantir a efetiva proteção daquilo que está constitucionalmente assegurado.

É importante entender que a proteção de dados não deve ser vista como uma restrição à liberdade informacional, mas, sim, como uma maneira de maximizar a proteção dos direitos dos usuários. As mídias regionais devem adotar práticas transparentes e éticas no manejo de dados, garantindo que as informações pessoais sejam utilizadas apenas para os fins declarados e com o consentimento dos usuários.

Para se manterem competitivas e eticamente responsáveis, as mídias têm que colocar como premissas norteadoras a inovação e a segurança. A adoção de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e o *big data*, permite a análise de grandes volumes de dados para entender melhor o comportamento do público e personalizar os conteúdos. Antes, os dados disponíveis sobre o público eram também muito mais tomados em dimensões macro, quando não apenas nacionais. Hoje, é possível ter dados muito mais cruzados e específicos.

Faz-se necessário entender que os desafios são grandes e as mídias regionais precisam educar as equipes sobre a importância da proteção de dados e as melhores práticas de segurança. A capacitação contínua dos colaboradores é essencial para assegurar que todos estejam cientes das responsabilidades associadas ao manejo de dados. Isso exige grande cuidado e esforço das empresas, com a transparência e a ética no uso de dados pessoais não apenas porque atendem às exigências legais, mas também contribuem para a sustentabilidade e a relevância das mídias regionais.

Um público que se sente seguro e respeitado é mais propenso a continuar engajado e a apoiar a mídia local. Portanto, associar a perspectiva da proteção de dados pessoais na evolução da mídia regional reforça a importância dessa abordagem equilibrada.

RUMO AO FUTURO

Desde os anos 1980 até os dias de hoje, a mídia regional passou por transformações significativas, moldadas por mudanças tecnológicas, econômicas e sociais. Na década de 1980, a mídia regional era predominantemente impressa e contava com emissoras de rádio e TV locais. Esses meios tinham um papel crucial na informação e no entretenimento das comunidades locais, baseando-se em modelos de negócios que dependiam fortemente de assinaturas e publicidade local. As publicações impressas eram a

principal fonte de notícias regionais e, adicionalmente, a TV e o rádio desempenhavam um papel central na disseminação de informações e na formação de opinião pública.

Na década de 1990, com o aparecimento e ampliação da Internet, começaram a surgir as primeiras mudanças significativas. A digitalização e as redes sociais transformaram a maneira como as notícias eram consumidas e produzidas. No entanto, as mídias regionais ainda enfrentavam desafios relacionados à infraestrutura tecnológica e à adaptação aos novos formatos digitais. A publicidade digital começou a ganhar relevância, mas a dependência de receitas tradicionais ainda era forte.

A partir dos anos 2000, a penetração da internet nas comunidades aumentou significativamente, e as mídias regionais tiveram que se adaptar rapidamente ao novo cenário digital. A ascensão das redes sociais digitais e das plataformas de compartilhamento de conteúdo possibilitou um alcance maior e mais segmentado. Conseqüentemente, a diversificação das fontes de receita tornou-se essencial, com as mídias regionais explorando novos modelos de negócios, como assinaturas on-line, publicidade programática e parcerias estratégicas. A interatividade com o público aumentou, permitindo uma comunicação mais direta e personalizada, retroalimentando-se.

Nos últimos anos, especialmente na década de 2020, a mídia regional enfrentou um cenário de intensa concorrência global. Esse fenômeno permitiu que grandes empresas globais competissem diretamente com as mídias locais. Por outro lado, para que essas últimas se mantivessem relevantes, elas tiveram que se tornar mais inovadoras, focando em nichos específicos e produzindo conteúdos relevantes para suas comunidades. A proteção de dados pessoais e a regulação legal, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no Brasil, também passaram a desempenhar um papel crucial,

garantindo a confiança do público e a transparência no manejo de informações.

Em suma, a mídia regional evoluiu de um modelo baseado em impressos e emissoras locais para um ambiente digital dinâmico e competitivo. A capacidade de adaptação às novas tecnologias, à diversificação das fontes de receita e à manutenção de uma conexão genuína com a comunidade são elementos fundamentais para a sobrevivência e o sucesso das mídias regionais no cenário atual.

REFERÊNCIAS

CABRAL, E. D. T. **Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa Setor de Pesquisa em Políticas Culturais, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-selecoes_publicas/selecoes_publicas/concurso-de-bolsas/pdfs/2021_pic/c-eulacabral_cult-comun-informacao-projeto.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

FABBRI JÚNIOR, D. **A tensão entre o global e o local: A desterritorialização da notícia no bloco rede do *Jornal Regional*.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mercado. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

FAUSTINO, P. **Pluralismo dos *media* e indicadores de mercado e grupos empresariais em Portugal e na Europa.** Lisboa: MediaXXI, 2013.

SÁNCHEZ-TABERNERO, A. CARVAJAL, M. Concentración de empresas de comunicación en Europa: nuevos datos contradicen los viejos mitos. **Comunicación y Sociedad**, v. XV, n. 1, 2002, p. 129-162. Disponível em <http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/7987/1/20100226125222.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA COMUNICAÇÃO EM UM TERRITÓRIO GEOPARQUE UNESCO

Mauricio Rebellato
Flavi Ferreira Lisboa Filho

INTRODUÇÃO

Há pelo menos quatro décadas, de acordo com Peruzzo (2014), a comunicação é tratada como um instrumento para o desenvolvimento do ponto de vista crítico na América Latina. Os meios de comunicação estimulam de forma direta e indireta a mobilidade e o desenvolvimento da economia e podem ser usados em benefício da ampliação da cidade e na interação com outras forças constitutivas da sociedade. A partir desse enfoque, a comunicação pretende se alinhar a um modelo de desenvolvimento que "só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano" (Peruzzo, 2014, p. 49).

A partir desse entendimento, apresenta-se neste trabalho uma articulação teórica sobre a importância da comunicação para o desenvolvimento sustentável, em que se aposta na relação entre a construção da identidade de um povo e um território geoparque. Esses territórios, espalhados pelo mundo todo, são espaços “de educação e comunicação para a promoção territorial e o desenvolvimento sustentável, assumindo-se como autênticos ‘laboratórios vivos’ para o desenvolvimento e a implementação de estruturas de capacitação socioeconômica, de criação de emprego, de conscientização ambiental e de cooperação sinérgica entre instituições” (Sá *et al.*; 2024, p. 27).

No caso específico deste trabalho, volta-se o olhar para o Caçapava Geoparque Mundial Unesco, uma área composta pelo município de Caçapava do Sul (RS). De forma geral, um geoparque, a partir da definição da Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), é um território de limites bem definidos, com uma área de grande importância histórica, geológica ou paleontológica e que possa servir de apoio ao desenvolvimento sustentável local. Nessa área, vários aspectos culturais e identitários atuam fortemente na consolidação das estratégias de desenvolvimento. Para Lisboa Filho e Nunes (2021), são fatores que auxiliam na construção identitária de um coletivo e “valorizam e preservam a diversidade, [...] fortalecem e reforçam o sentimento de pertença ao território.” Ainda para os dois autores, “despertar os elementos positivos e a sua preservação também é um modo de construir e fortalecer uma identidade, nesse caso a territorial” (Lisboa Filho; Nunes, 2021, p. 169).

Certificado pela Unesco em maio de 2023 como um território geoparque, Caçapava do Sul apresenta um histórico socioeconômico e de acesso à infraestrutura de comunicação que merece uma atenção especial, em relação ao desenvolvimento sustentável que se busca.

Desde o final do século XIX e durante a maior parte do século XX, juntamente com toda a “metade sul” do estado do Rio Grande do Sul, Caçapava do Sul experimentou um declínio em relação à força política e econômica, mantendo destaque em atividades ligadas à geologia. Os depósitos de minério sulfetado (cobre e ouro) foram explorados entre 1870 e 1996 na Vila Minas do Camaquã, durante muitas fases da atividade de mineração, chegando a ostentar o título de “capital brasileira do cobre”. Na região das Caieiras, a cerca de 7 km da zona urbana, são explorados mármores calcínicos e dolomíticos, desde o início do século XX, para produção de calcário, argamassa e cal em sete plantas de produção de diferentes empresas locais, dando ao município também o título de “capital brasileira do calcário”.

Na área do território Caçapava Geoparque Mundial Unesco, alguns dados sociodemográficos ajudam a compreender os aspectos que motivam a mobilização em prol do desenvolvimento coletivo e a partir dos quais acreditamos que a comunicação pode ter um papel transformador nesse contexto. A população da cidade de Caçapava do Sul chegou a 32.515 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de 3,49% em comparação com o censo de 2010. Em 2021, a renda média mensal era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19,19%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 34,5% da população nessas condições, o que colocava o município na posição 146, entre as 497 cidades do estado. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no ano de 2021, em comparação com outros municípios do estado, Caçapava do Sul ficava nas posições 346 e 349 de 497. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* era de R\$ 33.536,47. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 389 de 497. Já o percentual de receitas externas, em 2015, era de 75,6%, o que o colocava na posição 345.

Pouco mais da metade, 51,2% de domicílios, tinham esgotamento sanitário adequado, e apenas 17,5% de domicílios urbanos em vias públicas apresentavam urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Esses números evidenciam um fato comum aos chamados municípios da Metade Sul do estado: uma pobreza mais acentuada. Um fenômeno produzido desde as origens da ocupação monopolista dos campos da região pela propriedade fundiária, e que agora continua sendo gestada a partir da apropriação dos fundos públicos por alguns grupos privados. No contexto das desigualdades regionais, a Metade Sul apresenta uma situação ímpar no estado, onde as estruturas produtivas são totalmente diferentes da Metade Norte. De acordo com Bandeira (1994), no decorrer da evolução histórica, o desenvolvimento da Metade Sul delinea-se numa região onde predomina a pecuária e posteriormente a lavoura de arroz, o que denota essa área como predominantemente agrária. Já o processo histórico de desenvolvimento da Metade Norte revela uma sociedade caracterizada por pequenas e médias propriedades, que foram a base para a presença de indústrias e, conseqüentemente, das grandes concentrações urbanas.

Para além das questões socioeconômicas, apresentam-se aqui alguns dados relacionados à infraestrutura comunicacional, buscando estabelecer uma relação com o que prevê a Constituição Federal, ao dizer que a informação deve ser regionalizada e que valorize a cultura local e regional. Para isso, destaca-se o levantamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que aponta o Rio Grande do Sul como o sexto no país, entre os estados brasileiros, no número total de acessos de telefonia móvel, com mais de 13,5 milhões. O estado ocupa o quinto lugar no número de acessos de telefonia fixa, com cerca de 1,5 milhão; e o quarto lugar em relação ao número de acessos de internet banda larga, com mais de 3,3 milhões de acessos.

Embora as densidades de acessos (número de acessos a cada 100 habitantes) a esses serviços de comunicações no estado sejam, em geral, superiores às médias nacionais, os números específicos de Caçapava do Sul ficam abaixo da média dos outros municípios gaúchos. A densidade de acessos à internet banda larga está na faixa de 15,1 a 25 para cada 100 habitantes. O número é inferior à média estadual, que é de 27,7 para cada 100 habitantes. Da mesma forma, quando falamos em acessos de telefonia móvel, a densidade de Caçapava do Sul está na faixa 85,1 a 100 a cada 100 habitantes, quando a média do estado é de 103,5 a cada 100 habitantes.

O município de Caçapava do Sul, conforme dados do IBGE, tem uma extensa área rural, com 25% de sua população, aproximadamente 8 mil pessoas, vivendo nesses locais. Conforme Escosteguy e Felippi (2019), as áreas rurais do Rio Grande do Sul ainda apresentam dificuldades em relação ao acesso a diversos serviços, incluindo o acesso às tecnologias de comunicação, onde, apesar dos processos homogeneizadores da globalização, que levam a uma expansão global das tecnologias, as experiências dos sujeitos com as tecnologias e os significados dados a elas, guardam relação com os contextos e são espacialmente localizadas, sendo possível citar dificuldades de acesso à eletrificação, estradas, transporte, telefonia celular e internet.

São essas questões econômicas e sociais que Borba (2017) aponta como fatores que dificultam o desenvolvimento do território, principalmente do turismo. São exemplos as grandes distâncias entre áreas povoadas e a infraestrutura precária. Além disso, “baixos índices de desenvolvimento humano, especialmente no campo da educação, implicam que virtualmente não haja um público local propenso a interessar-se pelos aspectos geopatrimoniais da região.” (Borba, 2017, p. 115). Por outro lado, o autor destaca que o fato de esse território ter apenas um município pode favorecer para um maior poder de mobilização e organização, em que “certamente, a

configuração do geoparque coincidindo com os limites administrativos de apenas um município, no caso, Caçapava do Sul (um 'Geopark Caçapava'), é a de mais fácil e rápida implementação" (Borba, 2017, p.115).

Diante de todo esse contexto, o processo de buscar a certificação da Unesco, como um território geoparque em Caçapava do Sul, começou a partir de várias iniciativas realizadas no município. Entre 2010 e 2012, foi feito um inventário do patrimônio geológico. Depois, houve uma articulação política que resultou na declaração oficial de Caçapava do Sul como a "capital gaúcha da geodiversidade", conforme Lei Estadual n.º 14.708, de 2015. Outra iniciativa foi a realização do Geodia, um evento de integração entre a comunidade local e o conhecimento das geociências e do seu patrimônio natural, que começou em 2015 e segue ocorrendo anualmente, sempre em novembro. Em 2018, o Projeto Caçapava Geoparque foi institucionalizado, passando a fazer parte da estratégia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) para o desenvolvimento local/regional, com a parceria da Prefeitura Municipal e de uma entidade criada especialmente para alavancar o geoturismo, a Ageotur.

Nesse território, que embora seja vinculado à gestão municipal, há uma organização própria. Em 2021, dois órgãos foram criados por meio de leis municipais: uma coordenadoria e um comitê. A Coordenadoria Municipal do Caçapava Geoparque (Comgeo) e o Comitê Gestor Municipal do Caçapava Geoparque (Comugeo) estão dentro da estrutura de gestão da Secretaria de Cultura e Turismo.

O território geoparque também encontra respaldo no Plano Diretor Municipal de Caçapava do Sul (Lei n.º 3.449, promulgada em 2014), que já havia declarado a maioria dos geossítios como zonas de interesse turístico, cujo objetivo é estimular a atividade turística e

proteger os recursos naturais no município. Além disso, a mesma lei classificou cerca de 16 hectares do Centro Histórico de Caçapava do Sul como uma zona de interesse do patrimônio, com o objetivo de restaurar a memória, proteger o patrimônio cultural, além de promover atividades culturais e de lazer.

Assim, para além das questões sociais, econômicas e de infraestrutura comunicacional, trazemos para este trabalho, aportes sobre como a comunicação, em especial o jornalismo, pode ser utilizada para o desenvolvimento sustentável desse território. Metodologicamente, realizamos um levantamento bibliográfico no segundo semestre de 2022, junto aos bancos de teses e dissertações das universidades federais do Rio Grande do Sul com programas de pós-graduação em Comunicação, bem como universidades comunitárias do estado, que possuem programas na área do Desenvolvimento. Foi possível concluir que a área da Comunicação ainda não possui o prestígio de outras áreas do saber, comumente articuladas no campo do desenvolvimento, sendo vinculada muitas vezes a estratégias tecnicistas ou, então, como formas de interpretação da função social dos meios de comunicação na sociedade. Também realizamos uma pesquisa bibliográfica junto a autores que trabalham a temática da comunicação e do desenvolvimento e aplicamos um formulário on-line fechado, com 29 questões, entre janeiro e março de 2024, a integrantes do governo, universidades, sociedade e empresas participantes do Geoparque Caçapava. Neste trabalho, não apresentaremos esses dados específicos, mas eles auxiliarão na construção e embasamento da pesquisa.

Desse modo, apresentaremos ao longo deste artigo uma discussão teórica sobre esses elementos, dos quais partimos do pressuposto de que, se bem articulados, podem ajudar o território a alcançar o desenvolvimento sustentável, que um território geoparque tanto busca, destacando aqui a comunicação, a

construção da identidade de um povo e o desenvolvimento territorial.

O TERRITÓRIO, ESPAÇO PARA A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Um território é um espaço em constante construção, que se transforma e se objetiva pelas ações da diferença diante de outros territórios, como, por exemplo, por meio de uma comunicação técnica. Silva (2024) aponta que essa comunicação territorial pode “ser mobilizada para significar, ressignificar, organizar e impulsionar” (p. 72) questões simbólicas que são estruturantes da diferença e das especificidades territoriais.

Enquanto espaço em busca do desenvolvimento, o território é um resultado simultâneo de jogos de poder e de compromissos, que são estabelecidos entre os atores sociais ali presentes. A partir de um determinado território, são feitas articulações com estratégias de desenvolvimento, objeto de iniciativas sociais e políticas públicas, por meio de movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades públicas e privadas. Um processo que, embora busque o desenvolvimento, depara-se muitas vezes com problemas importantes que impedem sua prática. Por meio de estruturas de poder, uma luta coletiva em prol do desenvolvimento pode entrar em confronto com políticas setoriais ou territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambientes institucionais não propícios, questões comunitárias que não levam a essa prática, entre outros problemas.

Assim, é importante pensar que, em um território, diante da diversidade de sistemas de representação da sociedade midiaticizada e em rede ou, muitas vezes, de sua escassez, todos os atores podem atuar como construtores desse território, e também da sua identidade e visibilidade. Nesse caso, é preciso entender que, em tal espaço, a comunicação é construída em rede, a partir de vários

processos sociais e organizacionais, como “a institucionalização, a legitimação, a visibilidade, a transparência, a mediação de conflitos, a gestão de identidade e da imagem etc.” (Silva, 2024, p. 74). Desse modo, a comunicação se estabelece em rede de organizações e não apenas sobre uma organização específica para a qual se presta um serviço.

Nesse ponto, a importância da rede de comunicação com vistas ao desenvolvimento pode interferir em vários aspectos de promoção territorial, o que, para Schneider (2017), tem potencial para aumentar o número de “empresas e investimentos na cidade, incrementar a indústria do turismo, promover a diplomacia, ajudar na exportação e reforçar a identidade dos cidadãos, aumentando a autoestima dos moradores” (Schneider, 2017, p. 6). Essa perspectiva parte de uma dimensão técnica com operações pontuais, mas envolve o território em seus vínculos e identidades.

A proposta de Silva (2024) propõe três formas para a comunicação territorial, as quais podem atuar em constantes diálogos e encontros. A autora apresenta a comunicação que busca fortalecer identidades e gerar vínculos, o que se dá por meio de uma governança comunicacional, a partir das funções políticas e estratégicas de relações públicas; a comunicação que procura informar e dar visibilidade, principalmente por intermédio de ações de jornalismo, marketing e propaganda; e ainda, a comunicação de relacionamento e legitimação, que é realizada por técnicas de relacionamento midiático e não midiático de forma dirigida e dialógica com públicos específicos.

Toda essa comunicação territorial é permeada pela gestão e execução profissional de comunicação, mas também incorporados “no saber fazer e na ludicidade de pessoas não ligadas profissionalmente à visibilidade midiática, mas que, ao publicizar as negociações, atos e elementos territoriais em mídias pessoais ou

privadas, passam a constituir a narrativa da existência e memória territorial” (Silva, 2024, p. 77).

Por meio da valorização dessa comunicação dentro do território, que se dá pelas mais diferentes vias, há a possibilidade de que a mobilização social em torno do geoparque possa fortalecer a visibilidade e o reconhecimento dos pontos que formam a rede, onde se mostram as riquezas cultural, patrimonial e geológica do território.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM UM TERRITÓRIO GEOPARQUE

A partir do viés dos Estudos Culturais, a identidade é entendida como o ponto de partida para que as comunidades sejam vistas a partir da ótica da comunicação, com o desafio de identificar os discursos identitários e a forma como as identidades são construídas. Para Hall (2006), as pessoas geram sentidos de pertencimento a uma comunidade simbólica e é nas práticas culturais, que está uma das principais formas de expressão dos grupos. A identidade cultural, para Hall (2006), dá-se no âmbito do convívio social e é um processo consciente, por isso necessita ser evocada, evidenciada e/ou resgatada por meio das ações e visões de mundo do indivíduo. Lisboa Filho e Nunes (2021) afirmam que a identidade cultural não nasce por si só, pois necessita de algum outro elemento, que remeta escolhas e diferenciações. “Logo, podemos afirmar que ela é constituída a partir de uma situação subjetiva e relacional” (Lisboa Filho; Nunes, 2021, p. 163).

De uma forma geral, a identidade é o conjunto das qualidades, formas de viver e características particulares que torna possível a identificação de uma pessoa ou de um grupo. A partir dessa ideia generalista sobre o termo, coloca-se frente a frente com algo que é inerente à identidade: o contexto sociocultural onde o sujeito está inserido. A identidade não pode ser considerada uma essência em si

mesma, mas uma criação humana produzida socioculturalmente e, consequentemente, sujeita aos contextos em que está inserida.

Por identidade, entende-se como a fonte de significado e experiência de um povo. Cada qual com suas nomenclaturas, línguas, culturas e, como a identidade é permeada por relações de poder, trata-se também de uma distinção entre o eu e o outro, nós e eles. Por estar vinculada aos contextos sociais, faz parte também de estruturas simbólicas e discursivas presentes em uma estrutura de poder. Embora guardadas as distinções nas quais as sociedades convivem de forma coletiva, de maneira geral pode-se dizer que é um conjunto que sobrepõe o individual.

Para Castells (1999), as identidades integram-se às tendências sociais, projetos culturais e a visão de tempo/espaço dos atores sociais. Elas não são fixas, mas construídas com base em um atributo cultural ou uma totalidade de atributos culturais, que se organizam a partir da cultura.

De acordo com a Unesco (2022), "através de uma maior conscientização da importância do patrimônio geológico da região na história e na sociedade", um Geoparque Mundial concede aos seus habitantes um "sentimento de orgulho na sua região e fortalece a sua identificação com o território" (Unesco, 2022, s/p).

A região do Caçapava Geoparque é formada pelo município de Caçapava do Sul. Acredita-se que as características desse município, se bem articuladas, podem permitir que essas comunidades possam legar às próximas gerações um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial, possibilitando ainda melhores condições de fixação das novas gerações nestes locais.

A intenção do geoparque é implementar e coordenar uma proposta com novas alternativas para a economia regional, de forma sustentável, por meio da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação para o meio ambiente, incentivo à geração de

renda por meio de empreendimentos públicos e privados, bem como ao turismo local. Tudo isso, pela apropriação do conhecimento, da capacitação da comunidade, da formação acadêmica, da pesquisa, da extensão, da intervenção e da articulação junto ao poder público local, entidades e sociedade civil organizada.

Por isso, desde 2019, em uma parceria entre o município de Caçapava do Sul, a UFSM e a Unipampa, são desenvolvidas ações que buscam o desenvolvimento sustentável da região, a promoção de um sentimento coletivo de pertencimento, o vínculo identitário e o crescimento econômico.

O tipo de uso e a gestão dos recursos naturais passam pela percepção que determinada sociedade tem sobre esses recursos, e a conduta do ser humano frente à natureza mediada pela sua percepção passa por diversos julgamentos. Estes, por sua vez, dependem do histórico-cultural e de experiências vividas pelo ser humano. Assim, adota-se a premissa de que a cultura é inerente aos grupos sociais e é transmitida por meio da comunicação e, junto com ela, mobiliza significados e sentidos sobre aquilo que somos e o que vivenciamos, por isso se faz importante atrelar a ela estratégias de reconhecimento identitário e de valorização patrimonial.

A conservação das características naturais da paisagem, assim como a conservação da forma de vida específica dos moradores locais, é fundamental para a reprodução dessa identidade. É nesse conjunto que se ancora o aspecto patrimonial das paisagens, como afirma Figueiró (2021, p. 105),

seja no patrimônio natural (as heranças atuais de processos e ambientes pretéritos), seja no patrimônio cultural (as permanências culturais que favorecem um certo respeito pela memória do passado e pela identidade,

e que frequentemente entram em conflito com os imperativos econômicos do tempo presente).

Desse modo, o planejamento, a gestão e a proteção dos recursos paisagísticos naturais e construídos envolvem essencialmente a inter-relação entre os seres humanos e suas paisagens, fundamentados em aspectos concernentes às experiências e às vivências ambientais, às atitudes, às condutas e às valorações relativas às dimensões objetivas e subjetivas, tangíveis ou não, porém intrínsecas à dinâmica de vida das diferentes populações e de suas respectivas culturas.

Castells (1999) afirma que as identidades de um território são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de alta identificação. A constituição dessas comunas culturais não é arbitrária, mas depende da forma de trabalhar, da matéria-prima fornecida pela história, geografia, língua e ambiente, construída em torno de reações e projetos determinados por fatores históricos e geográficos.

Em um território, como o Caçapava, a vinculação histórica precisa ser considerada na formação da identidade regional. Por ocupar localização estratégica nos pampas, Caçapava do Sul viveu grandes epopeias. A construção da história de seu povo traz a participação na Revolução Farroupilha, principalmente, por se tornar a 2ª Capital Farroupilha Rio-grandense, no período de 09 de janeiro de 1839 a 30 de maio de 1840. Em meados do século XIX, a vila de Caçapava abrigou um arsenal e uma guarnição do Exército Imperial. Outro ponto importante foi a construção do Forte Dom Pedro II, em 1848, hoje um bem tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Essa história, que faz parte da construção identitária das pessoas pertencentes ao território, é importante também para pensar na mobilização social realizada com foco no desenvolvimento. Para Castells (1999), os indivíduos agrupam-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal. O autor apresenta a hipótese de que, para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum. A vida é compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

Os movimentos feitos por uma comunidade local são voltados a três conjuntos de horizontes principais: coletivismo, identidade cultural local e maior autonomia política local. Unidos, esses elementos chegam a produzir algum significado para a comunidade e são a principal resistência ao unilateralismo dado pelo capitalismo, pelo estatismo e pelo informalismo. Eles pedem maior participação no desenvolvimento da comunidade, preocupam-se com a conservação de seu próprio espaço e com um processo de sobrevivência coletiva de comunidades, na maioria das vezes, de baixa renda.

Nesse sentido, as vinculações territoriais atuam como formadoras de identidades. Sendo assim, podemos destacar o papel dos patrimônios culturais e naturais no processo de identificação e valorização dos elementos presentes em nosso meio social. A questão patrimonial ajuda a fortalecer os vínculos tanto entre os próprios indivíduos quanto com o local onde vivem. Valorizar os elementos que constituem o seu local de origem auxilia na construção de significados e, principalmente, no processo de pertencimento e vinculação. Despertar os elementos positivos e a sua preservação também são modos de construir e fortalecer uma

identidade. Cabe, então, buscar estratégias, nesse caso as comunicacionais, que propiciem a conservação dos patrimônios cultural e natural, além de destacar e promover origens e vinculações em comum, como o povo, a geografia, a cultura, a história, a memória, a língua etc. Valorizar a territorialidade e as culturas locais estimula e fortalece os vínculos de pertencimento na e da comunidade e corrobora para fortalecer o cuidado dos sujeitos com o lugar onde mora. Indo mais além, os aspectos mencionados ratificam o envolvimento e a participação colaborativa dos indivíduos com os seus territórios (localidades), fortalecendo o direito à cidade para todos os grupos e, por consequência, à própria municipalidade, ademais de um processo de desenvolvimento sustentável, possivelmente, mais equilibrado.

Essa ideia é também defendida por Sá *et al.* (2024), que afirmam que esses territórios devem possuir programas bem gerenciados de interpretação e comunicação, baseados em estratégias e métodos desenvolvidos com o intuito de alcançarem todos os públicos e envolver ativamente as comunidades locais.

Atuar nas interfaces da comunicação com o patrimônio cultural, pelas vias da identidade e do desenvolvimento sustentável, sob a égide democrática, é essencial para que exista um outro modo de ver e identificar suas próprias raízes. O principal ponto está na identificação do que é encarado como um passado comum e, por conseguinte, na celebração da diversidade e das características únicas de cada povo, além da recuperação de seu próprio repertório cultural. Essas ações afirmam o que seria a cultura popular e desconstruem a visão hegemônica, que, muitas vezes, é excludente, estimulando a valorização cultural e a diversidade étnica, possibilitando que os indivíduos se reconheçam entre si e explorem elementos até mesmo desconhecidos para eles, gerando novos saberes e incentivando a preservação e o resgate da identidade e da cidadania.

Para isso, quando se pensa em estratégias para a gestão desse território, é necessário considerar, principalmente, a percepção da comunidade envolvida. Isso é fundamental para manter a identificação com o local, motivando o planejamento, a gestão e a proteção dos patrimônios cultural e natural. Assim, todas as decisões precisam ser discutidas, propostas e realizadas a partir do que os atores sociais desejam para o território.

É assim que essa identidade será construída e legitimada, além de politicamente potencializar as ações e os recursos para que a comunidade alcance o desenvolvimento. Entendemos que o desenvolvimento sustentável ocorre com a compreensão dos impactos sociais por meio das manifestações comunicacionais, culturais e midiáticas que configuram a formação da identidade, da valorização e da diversidade. Para tanto, considera-se indispensável o caráter democrático das políticas públicas voltadas para universalizar o acesso ao patrimônio cultural e material e, por consequência, a informação.

A COMUNICAÇÃO COMO EIXO CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O termo "cultura" vai muito além de uma expressão de arte ou atividade, é um processo que constitui e forma a identidade de um indivíduo ou grupo social. Para Hall (1980), "os estudos culturais não configuram uma 'disciplina', mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade" (Hall *et al.*, 1980, p. 7). As práticas culturais devem ser estudadas a partir da experiência vivida e das práticas cotidianas dos indivíduos. Assim, a noção de estrutura de sentimento sugere que, talvez, seja necessário renovar alguns aspectos para compreender os fenômenos da comunicação como cultura. Assim, partimos da noção de meios de comunicação, na qual uma das características mais marcantes dos estudos culturais é a compreensão e a afirmação dos

vínculos entre comunicação e cultura e sua compreensão de que a cultura contemporânea se caracteriza pela presença dos meios e das tecnologias da comunicação.

Se as ideias de mídia ou de meios de comunicação sempre trouxeram implicações metodológicas para a pesquisa em Comunicação, esse lugar de análise se apresenta revolvido não apenas pelo desenvolvimento até aqui alcançado, em termos de compreensão de tais fenômenos, mas também por uma dinâmica dos processos culturais, em que sobreposições, superposições e transfigurações das práticas comunicativas tornam impossível lidar com os até então modos característicos de estudo, “enquanto a estrutura muda, novos meios [de expressão] são percebidos e compreendidos, enquanto velhos meios começam a parecer vazios e artificiais” (Williams, 2001, p. 33).

Se o lugar da mídia não pode ser ignorado e nem ela pode ser tomada pela integralidade do processo de comunicação, a questão que aparece é que, mesmo numa perspectiva não reducionista da comunicação ao midiático, permanece de fundo a ideia pouco problematizadora dos meios enquanto tal. Assim, falar de comunicação e cultura é ir além de um viés tecnicista, mas problematizar sua relação com a comunidade e, também, para além do termo comunicação por um viés midiático, mas como aquela que pode ser a articuladora das transformações sociais.

Sousa e Alves (2014) afirmam que o desenvolvimento sustentável deve ocorrer a partir do engajamento e do compromisso com o envolvimento do povo nas decisões importantes para a sociedade, promovendo espaços onde estes saiam da invisibilidade. Para isso, a comunicação, com a utilização correta de seus meios e a sua compreensão social, pode ser a principal ferramenta para alcançar estes objetivos.

Para mensurar esse desenvolvimento alinhado à comunicação, Carniello (2022) propõe aspectos que precisam ser observados. Além

disso, as instituições públicas também fazem parte desse acesso à comunicação por meio da prestação de contas à população pela transparência pública. A comunicação é facilitadora da geração de processos pessoais e grupais de mudança social em que as pessoas são protagonistas e as mais favorecidas pelos benefícios.

Nesse sentido, busca-se compreender como a comunicação tem sido analisada em sua relação com o desenvolvimento. Peruzzo (2019) destaca que algumas teorias tentam dar conta da comunicação em uma perspectiva funcional, pensada basicamente a partir de um modelo simplista e linear, centrado em aspectos como fonte, codificador ou transmissor, mensagem, canal, decodificador ou receptor e destinatário. Foram vários os estudiosos que entendiam a comunicação como a que buscava apenas transferir inovações tecnológicas. Outras ideias, porém, centraram-se na análise dos efeitos da comunicação, ainda que, há de se mencionar, com o passar do tempo, esses efeitos e influências tenham sido relativizados. Na prática, o modelo difusionista de comunicação confundia-se com aspectos da modernização, da lógica do capital e do mercado. Mas, a partir dos anos 1970 e 1980, algumas críticas começaram a surgir, destacando que “a comunicação poderia ser entendida como convergência, como um processo em que seus participantes, de forma conjunta e mútua, criam e partilham informações e sentidos com objetivo de alcançar uma compreensão” (Peruzzo, 2019, p. 19). No caso brasileiro e de alguns outros países latino-americanos, a natureza autoritária que marcou o desenvolvimento das sociedades, revela os *media* muito mais como instrumentos de controle do que de participação social. Porém, de acordo com Peruzzo (2019), aos poucos, acontece um processo de ressignificação da palavra “desenvolvimento”, relacionando-a à comunicação.

Neste ponto, cabe destacar o quanto noções como horizontalidade e democratização de acesso tem ganhado espaço,

isso porque proporciona oportunidades de as pessoas se expressarem em condições de igualdade entre emissores e receptores, portanto segundo suas demandas e livres de interferências. Como essa participação mais plural resulta em uma "equitativa distribuição do poder econômico e político" (Serveaes, 2000, p. 21), ela também favorece a multiplicidade, a identidade cultural local, o acesso, a autogestão, a horizontalidade e o diálogo.

Temos, assim, uma comunicação que coloca as diferenças humanas como centro da atividade comunicativa, resultando em um processo de ação para coordenação de ações entre diferentes, mas que aprendem a se compor, a escutar e a ouvir uns aos outros. Essa comunicação que visa à transformação social e ao desenvolvimento precisa acontecer em uma perspectiva participativa, com foco no cidadão, que nasce das demandas dos grupos locais e que procura favorecer a coletividade.

CONCLUSÃO

A comunicação de que tratamos até aqui pode ser forjada e organizada a partir dos próprios segmentos sociais, enquanto objetiva a conquista de direitos, mas também a partir da comunicação local, quando, mesmo institucionalmente, tem o intuito de favorecer estratégias de participação popular, construindo e promovendo as identidades locais, primando pelo desenvolvimento integral de seu entorno, aberta à multiplicidade e até à contestação de instituições dominantes ou de instâncias de poder. Significa também encarar a realidade local e se desarmar de estruturas de poder pré-instauradas.

Assim, a comunicação se mostra eficiente, quando, por intermédio de múltiplas formas, atua como fonte de divulgar informações e repassar mensagens que podem estimular a sociedade a participar da vida política e de assuntos relacionados. Duarte (2009) afirma que a comunicação atua desde a formação das

agendas para a construção das políticas públicas com foco no desenvolvimento até a implementação, ou seja, age também como potencializador dessa relação entre os atores envolvidos.

Em relação às políticas públicas propostas para um território, a comunicação atua como necessária para a divulgação das etapas de um processo que se busca implementar, bem como para mobilizar os atores da comunidade, para que se apropriem das ideias e, conseqüentemente, mobilizem-se em prol dessas políticas. Com transparência na comunicação, é possível diminuir barreiras entre governantes e governados. A comunicação transforma-se em espaço de diálogo quando as ações são discutidas entre todos, de forma a ampliar suas razões e sentidos, não apenas instrumentalizando sua execução, mas encontrando alternativas viáveis e contextualizadas.

Trabalhar cultura, comunicação e desenvolvimento é assumir um processo de diálogo ou de debate com objetivo elucidativo, ou seja, com prática da tolerância e do respeito, no sentido de esclarecer e resolver alguma questão. As teorias do desenvolvimento e, conseqüentemente, as da comunicação para o desenvolvimento são historicamente inter-relacionadas com os interesses políticos e econômicos das classes no exercício do poder. Nesse sentido, este estudo procurou vislumbrar outras formas de comunicação a partir do desenvolvimento, reforçando a democracia e propiciando a mobilização social.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F. *et al.* **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas.** Porto Alegre, FEE, 1994.

BORBA, A. W. Um Geopark na região de Caçapava do Sul (RS, Brasil): uma discussão sobre viabilidade e abrangência territorial.

Geographia Meridionalis, n. 3, v. 1, 2017, p. 104-133. Disponível em <<https://doi.org/10.15210/gm.v3i1.10302>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESCOSTEGUY, A. C. D.; FELIPPI, A. C. T. **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais** [recurso eletrônico]: (re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2019.

FIGUEIRÓ, A. S. *et al.* **Quarta colônia *Aspiring Geopark*: territory and heritage**. Santa Maria: UFSM, 2021.

LISBOA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2022.

LISBOA FILHO, F. F.; NUNES, L. S. A educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitária. In: PADOIN, M. M.; FIGUERÓ, A.; CRUZ, J. **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2021.

PERUZZO, C. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

SÁ, A.; GONZÁLEZ, E.; VAZ, N.; LOURENÇO, J.; SILVA, E.; MARTÍNEZ-MARTÍN, J. A comunicação e a educação como pilares do desenvolvimento sustentável em geoparques mundiais da Unesco. In: LUBECK, E.; LISBOA FILHO, F. F.; CARVALHO, L. (Orgs.). **Comunicação & desenvolvimento**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2024.

SILVA, J. Q. Comunicação Territorial: reflexões teóricas preliminares. In: LUBECK, E.; LISBOA FILHO, F. F.; CARVALHO, L. (Orgs.). **Comunicação & desenvolvimento** [recurso eletrônico]. Santa Maria: Facos/UFSM, 2024.

WILLIAMS, R. **The long revolution**. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001.

DESENVOLVIMENTO, BEM VIVER E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA: Considerações para (quem sabe) adiar o fim do mundo

Vilso Junior Santi
Leila Adriana Baptaglin

INTRODUÇÃO

Em nosso tempo, questionamentos radicais sobre as ideias vinculadas à noção de desenvolvimento confluem para a problematização de possibilidades sobre desenvolvimentos alternativos ou alternativas à própria ideia de desenvolvimento. Diante disso, o presente texto pretende discutir a evolução das ideias de desenvolvimento e suas alternativas em interface com as políticas públicas de comunicação, por meio de um roteiro de estudo lastreado nos princípios teórico-metodológicos estruturados por Santi (2014), Araújo (2021) e Barbosa (2021). Aqui centraremos nossos esforços em destrinchar o princípio da historicização, por meio da análise bibliográfica convencional.

Os resultados, nesta fase da pesquisa, apontam que a ideia de desenvolvimento tem se transformado desde modernidade, incorporando perspectivas mais críticas ou negadoras do paradigma capitalista desenvolvimentista.

Nesse escopo, o etnodesenvolvimento, o bem viver e as teorias para evitar o fim do mundo buscam emprestar plenitude e equilíbrio entre os povos, a natureza e a metafísica, construindo uma linha de raciocínio alternativa ao desenvolvimento da lógica judaico-cristã, antropocêntrica e racional-científica.

Conclui-se, após a apresentação das diversas faces do desenvolvimento, da problematização da relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento regional da Amazônia e das próprias políticas de comunicação, que é preciso apostar em políticas de comunicação etnicamente orientadas, que ainda precisam ser de fato construídas no Brasil, para (quem sabe) evitarmos o fim do mundo próximo.

PISTAS METODOLÓGICAS

Entendemos a pesquisa não apenas como um meio para atingir um fim, mas como uma caminhada que, da mesma forma que apontou Juremir Machado da Silva (2010), ajuda a fazer vir à tona as respostas que se buscavam, mas, sem esquecer que o próprio caminho também (re)produz mais questionamentos.

Bonin (2006) afirma que o processo investigativo deve ter suas operações também “investigadas” e seus detalhes mais ínfimos precisam ser submetidos à reflexão e interrogação constante. Dessa forma, propomos a condução, para a presente pesquisa, de um roteiro de estudo com base nos princípios teórico-metodológicos estruturados por Santi (2014) e acionados, por exemplo, em trabalhos como os de Araújo (2021) e Barbosa (2021).

Ressaltamos que tal roteiro teórico-metodológico não pretende utilizar o método como um manual de instruções que

limita e enquadra o objeto pesquisado, mas que se utiliza dos cinco princípios apontados por Santi (2014) – histórico, contextual, culturológico, etnográfico e praxiológico, no sentido de criar um mapa, um caminho para acesso à discussão das ideias sobre desenvolvimento, etnodesenvolvimento, bem viver e políticas públicas de comunicação no Brasil.

Para este trabalho, sem esquecer dos demais, centraremos nossos esforços em destrinchar o princípio da historicização. Por meio da análise bibliográfica, pretendemos emprestar materialidade a esse princípio investigador primordial, a fim de que possamos problematizar os conceitos, ideias ou teorias movimentadas na pesquisa. A historicização, como princípio, busca entender o ponto de partida dos conceitos e a forma como foram costurados, junto com o tecido de significados de que eles são feitos (Santi, 2014).

Segundo tais postulados, não há como entender o que se trata sobre desenvolvimento, etnodesenvolvimento, bem viver e políticas públicas de comunicação no Brasil, sem conhecer suas origens ou saber os termos em que se formularam esses debates e como eles se refletem nos movimentos vividos na atualidade. Aí a pesquisa bibliográfica é o nosso disparador. Utilizamos essa ferramenta para acionar o princípio da historicização. A pesquisa bibliográfica aqui nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Como evidencia Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada,

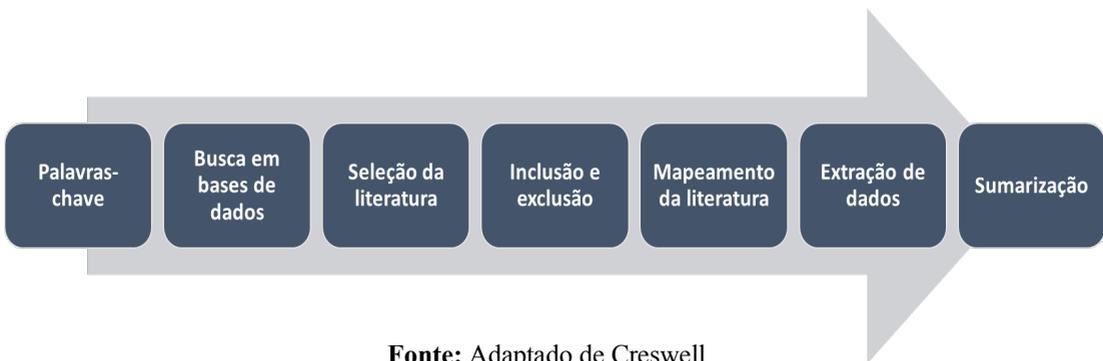
a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002, p. 32)

Conforme Santi (2014), historicizar alude à análise da composição textual, à análise dos textos que registram o pensamento acerca do comunicacional e suas práticas. Gil (2002, p. 44), por sua vez, afirma que é necessário se debruçar sobre livros, artigos e diversos materiais de pesquisa que criem um arcabouço de conhecimento aprofundado para dar embasamento ao pesquisador. Já Severino (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica se realiza pelo

registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2007, p. 122)

Nessa pesquisa, a análise bibliográfica, que fundamenta a aplicação do princípio da historicização, foi a base da investigação. Nosso objetivo principal aqui foi mapear o desenvolvimento do embasamento lógico, buscando compreender a complexa rede que constitui o cenário atual de estudo sobre desenvolvimento, etnodesenvolvimento, bem viver e políticas públicas de comunicação no Brasil. As etapas da revisão seguiram os passos sugeridos por Creswell (2007), esquematizados na Figura 1, e relatados a seguir:

Figura 1 – Etapas da revisão de literatura



Fonte: Adaptado de Creswell

Durante a análise do material, essa abordagem teórico-metodológica mostrou-se essencial para coletar e processar os dados, bem como para desenvolver postulados sobre o material em análise. Essa linha de pensamento só é possível graças às inferências feitas a partir do estudo e reflexão sobre o material anteriormente elaborado. Assim, cremos que a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental na condução do estudo sobre o tema em sua aspiração última de (quem sabe) ajuda a adiar o fim do mundo.

AS DIVERSAS FACES DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento tem sido amplamente debatido ao longo da história, variando conforme o contexto histórico, econômico e social. Inicialmente associado ao crescimento econômico, sua definição evoluiu para incorporar aspectos sociais, ambientais e culturais.

A noção de desenvolvimento surgiu predominantemente no contexto da Revolução Industrial e ganhou força após a Segunda

Guerra Mundial, quando foi atrelada à expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e à modernização econômica (Matta; Verdán, 2023). Essa perspectiva, baseada no pensamento liberal, promovia a industrialização e a urbanização como motores do progresso. No entanto, a partir da década de 1970, surgiram críticas à visão exclusivamente econômica do desenvolvimento. Modelos alternativos passaram a enfatizar a distribuição de renda, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais (Ferreira; Raposo, 2022), ampliando o conceito para incluir fatores sociais e ambientais.

Atualmente, o conceito de desenvolvimento é compreendido de forma multidimensional. Algumas das principais abordagens incluem ideias como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento territorial, perspectivas críticas etc.

A complexidade do conceito de desenvolvimento frequentemente assume significados distintos, conforme o contexto e a abordagem adotada. Ferreira e Raposo (2022) observam que se trata de um conceito "difuso", interpretado de formas diversas por economistas, sociólogos, ambientalistas e formuladores de políticas. Essa polissemia evidencia que o desenvolvimento pode ser tanto um instrumento de domínio econômico global quanto uma ferramenta de emancipação social e econômica das nações e comunidades locais.

Florit (2016, p. 257), por sua vez, argumenta que os processos de desenvolvimento expressam sistemas de relações sociais, muitas vezes conflitantes, que se consolidam em ordens econômicas e políticas consagradas e reproduzidas pelo Estado. Dessa forma, os padrões de desenvolvimento moldam práticas que condicionam outras práticas subsequentes, resultando em diferentes combinações e interpretações do conceito ao longo da história. Já Sen (2010) amplia essa discussão ao defender que o desenvolvimento não deve ser restrito a indicadores de renda, mas

orientado pela melhoria da qualidade de vida e pelo aumento das liberdades individuais. O autor destaca que a riqueza contribui para a ampliação dessas liberdades, mas questiona quais são os objetivos e as motivações para a busca de riqueza.

Castro e Oliveira (2014, p. 22), no entanto, definem o desenvolvimento como “a capacidade de determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades”, considerando múltiplas dimensões e especificidades históricas e sociais. Já Heidemann (2014, p. 29-30) enfatiza que “o desenvolvimento de uma sociedade, em nosso tempo, resulta de decisões formuladas e implementadas por governos em conjunto com as demais forças da sociedade”. No entanto, o autor questiona: “Desenvolve-se o que, para quem, com que benefício e a que custo?”

Para responder a essas questões, Escobar (2014) identifica três grandes fases contrastantes do desenvolvimento desde os anos de 1950, culminando no conceito de pós-desenvolvimento (vide Quadro 1). Esse conceito busca deslocar o desenvolvimento de sua posição central, abrindo espaço para outras formas de descrever a realidade, desvinculadas de premissas desenvolvimentistas. Ademais, segundo o autor, o pós-desenvolvimento propõe transformar a configuração de poder e conhecimento estabelecida pelo desenvolvimento tradicional, possibilitando alternativas emergentes de movimentos sociais.

Entre as abordagens alternativas, ainda se destacam os conceitos de Sumak Kawsay (dos Kichwa) e Suma Qamaña (dos Aymara), traduzidos respectivamente como “bem viver” e “viver bem”. Essas noções propõem um modo de vida harmonioso entre povos, natureza e espiritualidade, incluindo tanto condições materiais, como riqueza e acesso a serviços, quanto subjetivas, como prazer e felicidade (Acosta *et al.*, 2020).

A visão indígena de bem-estar baseia-se na reprodução material e cultural das comunidades, garantindo equilíbrio territorial

com o ecossistema. Conforme Escobar (2014), as ideias de pós-desenvolvimento buscam deslocar o desenvolvimento, suas representações e discursos, da posição central que ocupavam, abrindo espaço para outras formas de descrever a realidade, desvinculadas de premissas e experiências desenvolvimentistas.

Segundo o autor, o pós-desenvolvimento também considera a possibilidade do fim do desenvolvimento e suas alternativas (participativo, sustentável, humano etc.), vistas como partes de um mesmo universo discursivo. Além disso, visa a transformar a configuração de poder e conhecimento estabelecida pelo desenvolvimento, propondo que as alternativas práticas e de conhecimento possíveis podem emergir de movimentos sociais (Escobar, 2014).

Quadro 1 - Genealogia das ideias de desenvolvimento pós 1950

Fase / Período	Características principais
Modernização (1950-1970)	Baseada na teoria liberal. Teóricos e elites mundiais acreditavam que o capital, a ciência e a tecnologia, se aplicados segundo as recomendações de instituições como o Banco Mundial e universidades de países centrais, levariam sociedades tradicionais à modernização – modernidade significando riqueza, racionalidade e felicidade, os quais seriam advindos do crescimento econômico.
Teoria da Dependência (1960-1970)	Baseada em teorias marxistas, creditava o subdesenvolvimento como decorrente de duas causas principais: 1) a dependência econômica externa por parte dos países periféricos em relação aos países centrais; e 2) a exploração

	<p>social interna de cunho classista – não a ausência de capital, tecnologia e valores, como se afirmava a fase anterior. Em outras palavras, o problema residia no capitalismo, não no desenvolvimento, de modo que o sucesso do desenvolvimento residiria na transformação/ superação do capitalismo. Na transição da etapa da Teoria da Dependência para as Teorias Críticas Culturais localizamos a concepção de desenvolvimento sustentável.</p>
<p>Críticas Culturais (1990-2000)</p>	<p>Baseada em teorias pós-estruturalistas assinalada por críticas culturais em todo o mundo. Questiona o próprio conceito de desenvolvimento, compreendendo-o como um discurso de dominação da produção cultural, social, econômica e política do Terceiro Mundo. Discurso este que representa/ inventa a África, a Ásia e a América Latina como regiões subdesenvolvidas, a fim de moldar a realidade de tais países. É na transição da etapa das Críticas Culturais para o pós-desenvolvimentismo que localizamos a concepção de etnodesenvolvimento.</p>
<p>Pós-desenvolvimento (2000-2010)</p>	<p>Busca deslocar o desenvolvimento, suas representações e discursos, da posição central que ocupavam, abrindo espaço para outras formas de descrever a realidade, desvinculadas de premissas e experiências desenvolvimentistas. É na transição da etapa do Pós-desenvolvimento para as teorias para adiar</p>

	o fim do mundo que localizamos a concepção de <i>buen vivir</i> (bem viver, em português).
Teorias para Adiar o Fim do Mundo (pós 2010)	Considera a possibilidade do fim do desenvolvimento e suas alternativas.

Fonte: Escobar (2014).

Ressaltamos ainda que, ao que parece, o conceito de desenvolvimento continua a evoluir, hoje incorporando novas perspectivas que questionam modelos tradicionais e exploram alternativas mais sustentáveis e inclusivas. O pós-desenvolvimento e o bem viver são exemplos de abordagens que desafiam a hegemonia econômica do desenvolvimentismo, abrindo espaço para novas formas de organização social e econômica.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ideia de desenvolvimento sustentável foi/é um conceito amplamente debatido na atualidade, sendo considerado essencial para garantir a preservação dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. A necessidade de equilibrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental impulsionou diversas iniciativas globais, como os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU e a Agenda 2030.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi popularizado pelo Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, em 1987. Segundo esse documento, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades (Veiga, 2008). Essa definição

implica em uma abordagem holística, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais de maneira integrada.

De acordo com Carvalho (2021), a Sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são conceitos interligados, mas com diferenças sutis. Enquanto a Sustentabilidade refere-se à capacidade de um sistema se manter ao longo do tempo, o desenvolvimento sustentável implica em ações proativas para garantir esse equilíbrio. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável exige uma reestruturação dos modelos de produção e consumo, a fim de minimizar impactos ambientais e promover justiça social.

Ao longo do tempo, a discussão sobre desenvolvimento sustentável ganhou relevância no âmbito das políticas públicas e empresariais. Leal de Carvalho (2015) aponta que o crescimento econômico deve estar alinhado com a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. A adoção de práticas sustentáveis, como economia circular, energias renováveis e agricultura regenerativa, parece fundamental para reduzir os impactos negativos do desenvolvimento.

A implantação do desenvolvimento sustentável, no entanto, enfrenta desafios significativos. Segundo Gonzalez, Costa e Signor (2019), a falta de comprometimento político, a desigualdade socioeconômica e a resistência de setores industriais são entraves para a transição para uma economia mais sustentável. Para superar esses desafios, é necessário o fortalecimento de políticas públicas efetivas, o incentivo à educação ambiental e a promoção de mecanismos regulatórios que estimulem práticas empresariais sustentáveis.

Lembramos ainda que o desenvolvimento sustentável não se limita à esfera governamental e empresarial, mas também requer engajamento social. Ferreira (2021) destaca que mudanças no comportamento individual e coletivo são essenciais para avançar nessa agenda. O consumo consciente, a redução do desperdício e o

incentivo a produtos e serviços ambientalmente responsáveis são formas de contribuição ativa da sociedade.

Portanto, a sociedade se encontra diante da necessidade de construir um desenvolvimento sustentável, o qual não compreenda a natureza apenas como uma função de utilidade para o ser humano, mas como um sujeito de valores. Em outras palavras, o comportamento respeitoso ao meio ambiente e à sociedade, ao se pensar na sobrevivência da espécie humana, deve se contrapor aos projetos produtivos exclusivamente utilitaristas. Disso decorre a necessidade de reflexão sobre os problemas éticos envolvidos nas atividades daqueles que desenham políticas públicas de desenvolvimento, bem como sobre suas concepções da relação sociedade-natureza (Gudynas, 2004).

O ETNODESENVOLVIMENTO

O conceito de etnodesenvolvimento surge como uma abordagem alternativa ao desenvolvimento tradicional, enfatizando a autonomia dos povos indígenas e comunidades tradicionais em seus processos socioeconômicos. Diferentemente dos modelos convencionais, que frequentemente impõem padrões ocidentais e capitalistas, o etnodesenvolvimento busca respeitar a diversidade cultural e valorizar os saberes locais, garantindo a autogestão e sustentabilidade dos territórios indígenas (Funai, 2021).

No Brasil, o termo “etnodesenvolvimento” designa estratégias que respeitam a organização social e os sistemas produtivos das comunidades indígenas. Essa abordagem visa a manter o diferencial sociocultural dessas sociedades, permitindo sua interação com o mercado e mecanismos de fomento econômico. Medeiros (2015) complementa essa visão, destacando que o etnodesenvolvimento considera não apenas fatores econômicos, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas, fundamentando-se em

princípios como autodeterminação, preservação da identidade cultural e valorização dos conhecimentos ancestrais.

Paul Little (2002), por sua vez, defende que o etnodesenvolvimento local deve priorizar a autonomia cultural em um contexto global neoliberal. Isso implica permitir que os povos indígenas gerenciem seus territórios e recursos de forma compatível com suas tradições, sem a imposição de modelos econômicos externos. No entanto, a implementação de modelos de etnodesenvolvimento também enfrenta desafios significativos. Souza (2021) aponta a ausência de políticas públicas estruturadas, a pressão de agentes econômicos sobre os territórios indígenas e as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento como principais entraves.

O etnodesenvolvimento, porém, deve ser respaldado por políticas que garantam a segurança territorial e os direitos das comunidades tradicionais. Projetos bem-sucedidos têm envolvido a participação ativa dessas comunidades na tomada de decisões e na implementação de iniciativas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais.

Como vimos, a noção de desenvolvimento tem evoluído desde a modernização econômica para perspectivas mais críticas, negando o paradigma capitalista tradicional. Parece-nos, porém, que o etnodesenvolvimento, embora privilegie aspectos étnicos, históricos e culturais, ainda se insere em uma lógica de eficiência econômica. Por outro lado, o conceito de bem viver, que discutiremos na sequência, propõe um modelo alternativo, focado na plenitude e no equilíbrio entre os povos, a natureza e a metafísica, rompendo com premissas antropocêntricas e racionalistas (Escobar, 2014).

Nessa vertente, a mobilização de diferentes atores sociais tem levado a questionamentos radicais sobre crescimento, progresso, reforma de mercado e consumo excessivo, propondo alternativas ao desenvolvimento. Esse movimento é fortalecido pelos saberes e

organizações indígenas, que criticam a modernidade eurocêntrica e propõem novos paradigmas e formas de organização social (Escobar, 2014).

Verdum (2002) destaca que o etnodesenvolvimento surgiu como uma crítica ao desenvolvimentismo etnocida, que via os povos indígenas como obstáculos ao progresso. Stavenhagen (2013) propõe o etnodesenvolvimento como um modelo alternativo, incorporando elementos de correção e modificação do desenvolvimento convencional. Nesse sentido, uma etnia autóctone deveria controlar suas terras, recursos e cultura, definindo seus interesses perante o Estado. Para Stavenhagen (2013, p. 85), o etnodesenvolvimento latino-americano significa “a completa reversão das políticas públicas indigenistas”, destacando o surgimento de um novo movimento social indígena que reivindica seus valores culturais e papel na estrutura social.

Azanha (2002, p. 35) estabelece ainda que o etnodesenvolvimento depende de fatores como a segurança territorial, o uso exclusivo dos recursos naturais, a disponibilidade de financiamentos e o controle sobre canais de distribuição. O autor destaca que os povos indígenas necessitam de autonomia econômica para desenvolver seus projetos, respeitando sua “vocação histórica e cultural”. Nesse contexto, o papel do Estado passa a ser o de garantir condições para que os povos indígenas administrem seus próprios processos de desenvolvimento. Esse suporte deve ocorrer por meio de políticas públicas que contemplem entidades indígenas, organizações do terceiro setor e agências governamentais indigenistas e ambientalistas.

O etnodesenvolvimento emerge, portanto, como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades indígenas e tradicionais, promovendo sua autonomia econômica e valorizando seus saberes ancestrais. No entanto, sua efetivação depende de políticas públicas adequadas, proteção dos territórios e mecanismos

de financiamento sustentáveis. Diante dos desafios impostos pelo modelo hegemônico, o etnodesenvolvimento passa a ser uma proposta essencial para a sobrevivência e o bem-estar dessas populações no planeta.

O BEM VIVER

O conceito de bem viver emerge como uma alternativa crítica aos paradigmas de desenvolvimento ocidentais, desafiando a lógica do crescimento econômico ilimitado e propondo uma visão baseada na harmonia entre seres humanos, natureza e espiritualidade. Conhecido, em Quíchua, como *Sumak Kawsay* e, em Aymara, como *Suma Qamaña*, o bem viver é uma concepção filosófica e política dos povos indígenas andinos, que busca construir sociedades equilibradas, coletivas e sustentáveis (Vanhulst, 2015).

Mais do que uma proposta econômica, o bem viver constitui uma cosmovisão que rejeita a separação entre sociedade e natureza, característica do modelo de desenvolvimento ocidental e suas variantes. Conforme destaca Gudynas (2004, p. 32), o bem viver “não busca adaptar-se à lógica do progresso moderno, mas sim propor uma transformação radical das relações entre os seres humanos e o meio ambiente”. Essa perspectiva foi incorporada em constituições nacionais, como no Equador (2008) e na Bolívia (2009), tornando-se a base para políticas públicas alternativas.

Apesar de seu potencial transformador, o bem viver enfrenta desafios significativos. Guevara-Aristizábal e Eschenhagen (2017) apontam dois obstáculos principais: (1) evitar sua apropriação pelo desenvolvimento hegemônico, uma vez que este não se baseia na tradição ocidental cristã, nem parte de perspectivas antropocêntricas ou racional-científicas, o que lhe permite atuar como instrumento de decolonização do conhecimento; (2) conceber alternativas viáveis de desenvolvimento em longo prazo, sem repetir a trajetória do

desenvolvimento sustentável, cujas bases filosóficas de solução para os problemas ambientais são as mesmas que os causaram.

Além disso, há na base da discussão do bem viver o desafio de estruturar mudanças sociais e políticas para garantir condições que permitam a reprodução do modo de vida das populações indígenas, sem comprometer a biodiversidade natural e cultural. O bem viver se posiciona como uma alternativa ao desenvolvimento convencional, sendo gestado entre intelectuais indígenas e hoje permeando a esfera política. Esse modelo inclui uma concepção do universal como realidade plural, na qual sociedade, meio ambiente e metafísica são interdependentes (Vanhulst; Beling, 2013; Torres-Solis; Ramírez-Valverde, 2019).

O *Sumak Kawsay* é um conceito original da cosmologia indígena que se traduz em princípios de vida e plenitude que orientam ações voltadas para a harmonia com a natureza, com o cosmos, com a história e com todas as formas de existência. Noções similares são encontradas entre os povos Aymara (*Suma Qamaña*), Guarani (*Ñandereko*), Ashuar (*Shiir Waras*), Mapuche (*Küme Mongen*) entre outros (Vanhulst; Beling, 2013).

Essas concepções emergiram no início do século XXI em resposta ao colonialismo e ao neoliberalismo, especialmente nos processos constituintes do Equador e da Bolívia, e posteriormente se disseminaram pela América Latina e Europa. Após a difusão desses conceitos, surgiram diferentes vertentes do bem viver, incluindo: (1) a socialista-estatista; (2) a ecologista/pós-desenvolvimentista; e (3) a indigenista/ "pachamamista" (Torres-Solis; Ramírez-Valverde, 2019).

A vertente socialista-estatista, segundo Gallegos (2010), fundamenta-se não apenas no "ter", mas no "ser, estar, fazer e sentir", enfatizando a plenitude da vida. Segundo o autor, o bem viver refere-se "[...] à satisfação de necessidades, à consecução de uma qualidade de vida e morte dignas, ao amar e ser amado e ao florescimento saudável de todos, em paz e harmonia com a natureza,

para a prolongação das culturas humanas e da biodiversidade” (Gallegos, 2010, p. 61). Além disso, essa vertente pressupõe a existência de tempo livre para contemplação e emancipação, bem como condições que garantam liberdade, oportunidades, capacidades e potencialidades reais, permitindo a construção de um porvir social compartilhado.

A vertente ecologista/ pós-desenvolvimentista foca na relação entre o bem viver e a Mãe Terra, opondo-se ao modelo de desenvolvimento extrativista e capitalista. Dessa forma, representa a resistência de indígenas e camponeses contra a degradação ambiental, a contaminação de solos e águas, o avanço de transgênicos e a privatização de recursos naturais. Defende, ao contrário, a soberania alimentar e territorial, a valorização das sementes nativas e a autonomia política, educacional e sanitária das comunidades tradicionais (Molina; Paty; Lopez, 2012).

Já a vertente indigenista/pachamamista, segundo Hidalgo-Capitán, Arias e Ávila (2014), estrutura-se em quatro dimensões fundamentais para a realização do *Sumak Kawsay*. (1) um território vital composto por três esferas – roça, floresta e água – que interagem de forma simbólica e material; (2) a obtenção de elementos essenciais para o bem viver por meio da relação respeitosa com a natureza e do desenvolvimento de qualidades como equilíbrio, sabedoria e compaixão; (3) uma dimensão ética baseada em valores de harmonia doméstica e comunitária; e (4) a busca da harmonia social, exigindo reciprocidade, respeito aos anciãos e um sistema solidário de partilha entre os membros da comunidade.

Uma das inovações dessa vertente é a concessão de direitos à natureza, formalmente reconhecidos na Constituição do Equador. Segundo Gudynas (2009), a natureza aí passa a ter o direito de ser respeitada integralmente, garantindo-se a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, processos estruturais e evolutivos.

Isso permite que qualquer pessoa ou comunidade exija das autoridades o cumprimento desses direitos.

Além disso, o bem viver está associado à identidade cultural. Mamani (2010) argumenta que essa identidade emerge de uma relação profunda com o território, expressando-se em manifestações como arte, música, dança e vestimenta. Para Acosta (2016), essa visão de mundo, marginalizada pela história colonial, representa uma possibilidade concreta de construção de sociedades mais justas, baseadas na reciprocidade e no respeito à natureza. Essa concepção se contrapõe ao produtivismo e consumismo, evidenciando que modos de vida não vinculados à modernidade ocidental podem oferecer alternativas às ideias consagradas de desenvolvimento.

O bem viver, representado pelas noções de *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*, não é apenas uma alternativa ao desenvolvimento, mas um paradigma que desafia as bases da modernidade ocidental. Sua institucionalização no Equador e na Bolívia representa um avanço, mas sua plena realização depende da superação de desafios estruturais, políticos e econômicos. Ao propor uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza e entre os seres humanos, o bem viver se apresenta como um caminho viável para sociedades mais equitativas. Como afirma Vanhulst (2015, p. 89), “o bem viver não é uma utopia distante, mas uma possibilidade real de reorganizar nossas sociedades a partir de bases mais justas e solidárias”.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

Como sabemos, o conceito de desenvolvimento regional está intrinsecamente ligado às dinâmicas econômicas, sociais e ambientais de um determinado território. Na Amazônia, esse desenvolvimento assume contornos específicos em virtude de sua

biodiversidade, dos modos de vida tradicionais e dos desafios impostos pelo histórico de ocupação e exploração da região.

Em linhas gerais, desenvolvimento regional pode ser entendido como um conjunto de estratégias e políticas voltadas para a melhoria das condições socioeconômicas de uma região específica, levando em consideração suas especificidades territoriais. Ele deve ser planejado de maneira integrada, buscando equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. No entanto, no contexto amazônico, essas políticas precisam ainda reconhecer as dinâmicas históricas e culturais da região, evitando modelos que reforcem desigualdades ou que incentivem a exploração predatória dos recursos naturais.

A Amazônia tem sido historicamente alvo de políticas de desenvolvimento que frequentemente priorizaram a integração econômica ao mercado nacional em detrimento das necessidades locais. Conforme Dietz (1998), a colonização da região em meados do século XX, por meio de projetos como a Zona Franca de Manaus e programas de assentamento rural, alterou significativamente sua configuração socioeconômica e ambiental. Essas iniciativas, baseadas em modelos de crescimento urbano-industrial e agropecuário, muitas vezes, ignoraram as particularidades ecológicas e culturais da região, resultando em desmatamento, conflitos fundiários e exclusão das populações tradicionais do processo decisório.

Atualmente, discute-se um modelo de desenvolvimento que seja “da Amazônia” e não apenas “na Amazônia”, ou seja, que tenha como protagonistas as populações locais e que seja pautado em um uso sustentável dos recursos naturais. Esse modelo precisa levar em conta as formas tradicionais de organização econômica e social dos povos amazônicos, criando condições para que esses grupos possam prosperar sem comprometer sua cultura e identidade.

Na escala de evolução histórica do conceito de desenvolvimento, como vimos no Quadro 1, a ideia de desenvolvimento sustentável tem sido apontada como um dos principais paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia, uma vez que propõe uma abordagem mais equilibrada entre crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Para Aracaty e Silva (2022), a sustentabilidade deve estar no centro das políticas de desenvolvimento regional, evitando que se repitam erros históricos de exploração desenfreada e desmatamento.

Já o conceito de etnodesenvolvimento, que pouco aparece nessas discussões, complementa essa visão ao reconhecer que os povos indígenas e comunidades tradicionais possuem modos próprios de relação com o meio ambiente e de organização produtiva. Como vimos, diferentemente dos modelos convencionais de desenvolvimento, o etnodesenvolvimento valoriza os saberes locais e fortalece a autonomia das populações autóctones. Nesse sentido, iniciativas como o manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros, o ecoturismo comunitário e os sistemas agroflorestais parecem representar alternativas viáveis para um desenvolvimento regional amazônico mais equitativo e ambientalmente adequado.

A concepção andina de *buen vivir*, por sua vez, adotada como princípio constitucional no Equador e na Bolívia, também contribui para ampliação dessa discussão, pois propõe um modelo de desenvolvimento baseado no respeito à vida, à harmonia com a natureza e ao bem-estar coletivo. O *buen vivir* representa uma alternativa às concepções hegemônicas de progresso, ao priorizar a qualidade de vida em detrimento do crescimento econômico ilimitado. No contexto amazônico, esse conceito pode inspirar políticas que privilegiem a gestão participativa dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

Concordamos, por princípio, que o desenvolvimento regional na Amazônia precisa superar os modelos exógenos e predatórios que historicamente marcaram a região e adotar abordagens que integrem a sustentabilidade, o etnodesenvolvimento e os princípios do *buen vivir*. Isso implica a necessidade de políticas que valorizem os saberes locais, promovam a justiça socioambiental e garantam a participação efetiva das populações amazônicas nos processos decisórios. Somente por meio de um modelo inclusivo e respeitoso com as especificidades regionais será possível construir um outro desenvolvimento para a Amazônia.

Lembramos ainda que processos de desenvolvimento, em qualquer contexto, dependem da ação do Estado para sua consolidação e permanência em longo prazo. Em geral, as constituições e instituições estabelecidas moldam projetos de desenvolvimento, os quais são resultado de disputas políticas entre diferentes segmentos da sociedade. Esses projetos, por sua vez, fundamentam direitos e deveres dos cidadãos e se concretizam por meio de políticas públicas (Castro; Oliveira, 2019). Assim, compreender a natureza e a função das políticas públicas torna-se essencial para avaliar seu impacto nos modelos de desenvolvimento socioeconômico.

As políticas públicas podem ser definidas a partir de diferentes perspectivas. Howlett, Ramesh e Perl (2013) descrevem-nas como processos nos quais atores políticos, com suas respectivas restrições, buscam compatibilizar objetivos e meios políticos para resolver problemas sociais de forma aplicada. Já Secchi (2013, p. 01) define políticas públicas como “o conteúdo concreto e o conteúdo simbólico de decisões políticas, e o processo de construção e atuação dessas decisões”. Complementarmente, Rua (1998) enfatiza que políticas públicas resultam da atividade política e envolvem não apenas uma decisão isolada, mas um conjunto de ações estratégicas para sua implementação. Além disso, para o autor, o *status* público

das políticas não se deve ao tamanho da população impactada, mas, sim, ao caráter imperativo que carregam.

Essas definições, longe de serem concorrentes, são complementares. Distintas concepções sobre políticas públicas levam a diferentes formas de identificar problemas e propor soluções. Secchi (2016) destaca que o problema público, definido como a diferença entre uma situação atual (*status quo*) e uma situação ideal possível, ocupa papel central nos processos de formulação de políticas. Dessa forma, percepções distintas sobre um problema resultam em diferentes estratégias de intervenção, explicando a diversidade de modelos de análise das decisões político-administrativas.

Para Rodrigues (2015), os modelos de políticas públicas têm como objetivo revelar “quem ganha o quê, quando e como”. Eles permitem compreender como as políticas regulam comportamentos, afetam mercados, burocracias e distribuem benefícios à população. A relevância desse processo se dá pelo fato de que o Estado, ao arrecadar recursos da sociedade por meio de tributos, deve definir prioridades de investimento, selecionando algumas políticas em detrimento de outras. Suas ações – ou a falta delas – geram consequências que precisam ser investigadas e compreendidas.

As políticas públicas são, portanto, fundamentais para orientar ações governamentais que promovam o bem-estar social e a sustentabilidade econômica. Segundo Heidemann (2014), elas consistem um conjunto de decisões e ações tomadas pelo Estado para atender a demandas sociais, considerando diferentes contextos políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, sua formulação e implementação influenciam diretamente a redução das desigualdades e o crescimento econômico equilibrado.

Como discutido nesse trabalho, o conceito de desenvolvimento, vinculado às políticas públicas, tem evoluído ao

longo do tempo, ampliando-se de uma perspectiva estritamente econômica para uma abordagem multidimensional. Pimenta e Alves (2010) argumentam que políticas públicas voltadas para o desenvolvimento não devem apenas priorizar o crescimento do PIB, mas também a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a equidade na distribuição de oportunidades. Assim, governos precisam adotar estratégias que combinem aspectos estruturais e mecanismos participativos na formulação das políticas. Dessa forma, a análise criteriosa dos impactos das políticas públicas é essencial para garantir que seus objetivos sejam cumpridos.

A relação entre políticas públicas e desenvolvimento regional é destacada por Rotta, Lago e Kapelinski (2021), que enfatizam a necessidade de estratégias que impulsionem o crescimento econômico sem comprometer os recursos naturais. Os autores afirmam que “o desenvolvimento regional deve estar pautado na descentralização de investimentos e na valorização das potencialidades locais” (Rotta; Lago; Kapelinski, 2021, p. 78). Dessa maneira, políticas públicas eficazes devem levar em conta as especificidades de cada território e fomentar iniciativas endógenas, garantindo que o desenvolvimento ocorra de maneira equitativa, o que vale também para a Amazônia.

Heidemann (2014) acrescenta que a governança das políticas públicas deve ser orientada pela transparência, participação social e eficiência administrativa. O autor destaca que “a efetividade das políticas públicas está diretamente ligada à capacidade do Estado de articular diferentes setores e garantir mecanismos de controle e avaliação” (Heidemann, 2014, p. 110). Nesse contexto, a governança democrática é essencial para que as políticas públicas atendam às demandas da sociedade de maneira justa e sustentável.

Portanto, a implementação de políticas públicas eficazes na Amazônia também exige um Estado comprometido com a equidade social e a governança transparente. Pois, conforme aponta Furtado

(2007), o planejamento estatal é essencial para reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento mais equilibrado. Assim, na Amazônia, o avanço do desenvolvimento socioeconômico requer políticas públicas articuladas, sustentáveis e inclusivas, capazes de impactar positivamente a sociedade.

AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA

As políticas públicas de comunicação no Brasil desempenham um papel crucial na garantia da liberdade de expressão, na democratização do acesso à informação e na promoção da diversidade midiática. Essas políticas visam, em linhas gerais, a regular e a fomentar a pluralidade dos meios de comunicação, assegurando que a comunicação cumpra sua função social no desenvolvimento do país. Segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), “a compreensão das potencialidades dos meios de comunicação para alavancar a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos têm levado diversas instituições a elaborar estratégias de interlocução com a mídia, visando aprimorar e efetivar o trabalho informativo” (2011, p. 12).

As políticas públicas de comunicação que conhecemos compreendem diretrizes, regulamentações e iniciativas estatais que buscam assegurar o direito à informação e promover a inclusão digital. Marques de Melo (2008, p. 34) já destacava que essas políticas “não se restringem à criação de infraestrutura, mas também envolvem a formulação de diretrizes que considerem a comunicação como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional”.

Segundo Lima (2003, p. 45), a comunicação deve atuar como mediadora entre o Estado e a sociedade, promovendo transparência e participação social. Para o autor, “a comunicação pública exerce posição de mediadora entre o Estado e a sociedade, estabelecendo diálogo que promova a melhoria na relação governo/ cidadão, estimulando o conhecimento cívico”. Dessa forma, para o autor,

políticas públicas bem estruturadas devem garantir o acesso à informação de qualidade e fomentar a diversidade de vozes no espaço midiático.

A relação entre comunicação e desenvolvimento se manifesta no papel central que a informação exerce na formação de uma sociedade mais (ou menos) participativa e democrática. A Andi (2011, p. 65) argumenta que “a democratização do acesso à informação é um aspecto central para que a comunicação continue desempenhando seu papel no desenvolvimento social e econômico”. Isso significa que a ampliação da inclusão digital e o incentivo a veículos de comunicação independentes são fundamentais para garantir um ambiente comunicacional mais equitativo.

Nesse contexto, a regulação dos meios de comunicação é um fator determinante para evitar a concentração midiática. Como já apontava Marques de Melo (2008, p. 47), “a concentração midiática impede que diversas vozes sejam ouvidas, limitando a construção de um espaço público plural e democrático”. Assim, a adoção de políticas públicas que promovam a descentralização dos meios de comunicação se torna essencial para fortalecer a participação cidadã e reduzir desigualdades informacionais.

Apesar de sua importância, as políticas públicas de comunicação no Brasil enfrentam desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a concentração da propriedade midiática, que limita a diversidade de conteúdos e restringe o acesso à informação plural. De acordo com Lima (2003, p. 52), “a regulação dos meios de comunicação deve garantir que diferentes setores da sociedade tenham acesso a canais de expressão, evitando que o espaço midiático seja monopolizado por interesses privados”.

Além disso, a crescente digitalização da comunicação exige adaptações nas políticas públicas para lidar com questões como desinformação e regulação das plataformas digitais. O Observatório

da Imprensa (2022, p. 58) aponta que “é essencial que as políticas públicas de comunicação sejam desenvolvidas com base na valorização das temáticas locais e no engajamento comunitário, aspectos fundamentais para o desenvolvimento social”. Dessa forma, a formulação de diretrizes que regulem a comunicação digital se torna essencial para combater a disseminação de *fake news* e fortalecer o direito à informação de qualidade.

Outro ponto relevante é a necessidade de garantir políticas de comunicação que promovam a inclusão digital e o acesso universal à internet. Marques de Melo (2008, p. 68) já ressaltava que “o fortalecimento das políticas públicas de comunicação é um passo essencial para consolidar a democracia e garantir um desenvolvimento mais justo e inclusivo”. A democratização do acesso aos meios de comunicação e o investimento em infraestrutura digital são, portanto, estratégias fundamentais para reduzir a desigualdade informacional no país.

Como vimos, as políticas públicas de comunicação no Brasil são fundamentais para a promoção da democracia, da transparência governamental e da diversidade informacional. No entanto, sua implementação enfrenta desafios como a concentração midiática, a necessidade de regulação da comunicação digital e a ampliação da inclusão digital. Diante disso, torna-se essencial que o Estado desenvolva mecanismos que assegurem a pluralidade de vozes na mídia, promovam a regulamentação das plataformas digitais e fortaleçam o acesso à informação de qualidade, pois, como enfatiza Lima (2003, p. 61), “um sistema de comunicação democrático e acessível é essencial para que o desenvolvimento ocorra de forma equitativa e sustentável”. Dessa maneira, políticas públicas de comunicação bem estruturadas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais participativa e inclusiva.

A relação entre comunicação e desenvolvimento tem sido amplamente estudada sob diferentes perspectivas. As políticas

públicas de comunicação podem ser entendidas aí como ferramentas fundamentais para garantir o direito à informação e fomentar a participação social, elementos essenciais para o crescimento econômico e o fortalecimento democrático. Conforme observado por Lima (2003), um sistema de comunicação acessível e diversificado pode reduzir desigualdades sociais e ampliar a inclusão digital, permitindo que diferentes grupos sociais tenham voz ativa nas decisões políticas e econômicas.

De acordo com o Observatório da Imprensa (2022, p. 58), “é essencial que as políticas públicas de comunicação sejam desenvolvidas com base na valorização das temáticas locais e no engajamento comunitário, aspectos fundamentais para o desenvolvimento social”. Além disso, Marques de Melo (2008, p. 47) já destacava que a democratização da mídia é um fator essencial para que a comunicação possa impulsionar o desenvolvimento de maneira inclusiva. Assim, políticas públicas que incentivem a diversidade de meios e o fortalecimento de mídias alternativas são fundamentais para garantir que o desenvolvimento ocorra de forma equitativa.

Apesar de sua importância, a implementação de políticas públicas de comunicação enfrenta diversos desafios. No Brasil e no mundo, um dos principais entraves é a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos empresariais, o que limita a diversidade informacional e a pluralidade de opiniões. Outro desafio significativo é a necessidade de adaptação das políticas públicas de comunicação às novas tecnologias digitais. Com a ascensão das redes sociais e das plataformas de mídia digital, torna-se fundamental desenvolver estratégias que garantam a inclusão digital e o combate à desinformação.

Por fim, é essencial que as políticas públicas de comunicação sejam formuladas de maneira participativa, garantindo que diferentes setores da sociedade possam contribuir para a construção

de um ambiente comunicacional mais democrático e transparente. Como afirma Marques de Melo (2008, p. 58), “a comunicação deve ser vista como um direito fundamental, e não como um simples produto comercial, sendo necessário que o Estado atue para assegurar esse direito a toda a população”.

Percebemos que as políticas públicas de comunicação podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico, garantindo o acesso à informação, promovendo a diversidade midiática e fortalecendo a participação cidadã. As políticas públicas de comunicação na Amazônia também podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento regional, contribuindo para a inclusão social, o acesso à informação e a integração dos territórios amazônicos ao restante do país.

A comunicação, ao lado da infraestrutura e das políticas de desenvolvimento sustentável, já tem sido reconhecida como um fator estratégico para o crescimento econômico e para a preservação das culturas locais. Porém lembramos que a formulação de políticas públicas voltadas para a comunicação deve considerar as especificidades da Amazônia, garantindo acesso equitativo aos meios de comunicação e promovendo a inclusão digital.

As políticas de comunicação na Amazônia ainda são influenciadas por desafios como a extensa área geográfica, a baixa densidade populacional em muitas regiões e a limitada infraestrutura tecnológica. O Plano Regional de desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027 enfatiza que a expansão da telefonia móvel e da internet de alta qualidade é fundamental para integrar os territórios amazônicos e promover oportunidades de desenvolvimento (Sudam, 2024). Dessa forma, o investimento em infraestrutura digital parece crucial para permitir a conectividade das comunidades rurais e indígenas, ampliando o acesso a serviços essenciais como educação e saúde.

Além da infraestrutura, a democratização dos meios de comunicação na Amazônia deve ser uma prioridade das políticas públicas. Esse problema da concentração é ainda mais evidente na Amazônia, onde a grande mídia frequentemente ignora ou distorce as realidades locais. Assim, é essencial que as políticas públicas incentivem a criação de meios de comunicação comunitários e alternativos, fortalecendo a diversidade informacional regional.

Reconhecemos, portanto, que comunicação tem um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, pois permite a disseminação de conhecimentos sobre práticas ambientais responsáveis, direitos dos povos tradicionais e sua participação política. Segundo Loiola, Correia e Fernández (2024, p. 78), "o desenvolvimento regional deve estar pautado na descentralização de investimentos e na valorização das potencialidades locais". Para isso, políticas públicas devem fomentar a comunicação comunitária e garantir que os meios de comunicação sejam utilizados para fortalecer a cidadania e o engajamento social.

Outro fator relevante é a relação entre comunicação e desenvolvimento socioeconômico nos municípios amazônicos. Loiola, Correia e Fernández (2024) analisaram ainda a contribuição das políticas de comunicação para o desenvolvimento regional na Amazônia Ocidental, destacando a importância de estratégias comunicacionais para promover a inclusão e o crescimento econômico. Esse estudo reforça que a comunicação não deve ser vista apenas como um setor isolado, mas, sim, como uma ferramenta transversal que impacta diversas áreas, desde a educação até o empreendedorismo local.

Como vimos, a implementação de políticas públicas de comunicação na Amazônia enfrenta desafios estruturais e políticos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que a implementação da Política Nacional de desenvolvimento Regional (PNDR II) precisa considerar a comunicação como um elemento

essencial para a interação da Amazônia ao restante do Brasil (Ipea, 2023). Mas isso só não é suficiente. A falta de infraestrutura digital e a desigualdade no acesso à internet são barreiras significativas para que essas políticas alcancem seus objetivos.

Além disso, a concentração dos meios de comunicação no Brasil impacta negativamente a Amazônia, limitando o espaço para narrativas locais. O Observatório da Imprensa (2022, p. 58) alerta que “é essencial que as políticas públicas de comunicação sejam desenvolvidas com base na valorização das temáticas locais e no engajamento comunitário”. Isso reforça a necessidade de fomentar rádios comunitárias, plataformas digitais indígenas e redes locais de informação.

Por outro lado, a crescente digitalização e o avanço das redes sociais oferecem oportunidades para democratizar a comunicação na Amazônia. Novas plataformas de mídia têm permitido que comunidades indígenas e movimentos sociais ampliem suas vozes e desafiem narrativas dominantes. Assim, políticas públicas bem estruturadas podem potencializar essas novas possibilidades, promovendo maior inclusão e participação social.

Não podemos negar que as políticas públicas de comunicação são fundamentais para o desenvolvimento regional da Amazônia, pois podem garantir acesso à informação, promover a inclusão digital e fortalecer a cidadania local. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à concentração midiática e à desigualdade no acesso aos meios de comunicação. Para que a comunicação possa cumprir seu papel no desenvolvimento amazônico, é necessário que as políticas públicas incentivem a descentralização dos meios de comunicação, promovam a inclusão digital e assegurem a valorização das narrativas locais. Dessa forma, ao integrar a comunicação como um pilar estratégico do desenvolvimento regional, o Brasil talvez poderá

avançar na construção de uma Amazônia mais conectada, justa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES PARA (QUEM SABE) ADIAR O FIM DO MUNDO

Nas últimas décadas, surgiram abordagens críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, questionando não apenas suas consequências socioambientais, mas também sua própria viabilidade em longo prazo. Autores como Ailton Krenak (2019) e organizações como a Fundação Rosa Luxemburgo (2013) defendem que o desenvolvimento, ao se basear no crescimento econômico infinito e na exploração dos recursos naturais, tem contribuído para o colapso ambiental e social global. Nesse sentido, algumas correntes mais radicais sugerem não apenas reformular o conceito de desenvolvimento, mas abandoná-lo em favor de alternativas pós-desenvolvimentistas e decoloniais.

Ailton Krenak (2019) argumenta que a crise ambiental e social que enfrentamos não é apenas um problema técnico ou de governança, mas, sim, um reflexo de uma visão de mundo que separa a humanidade da natureza e promove uma lógica destrutiva. Segundo o autor, “não há como falar em desenvolvimento sustentável dentro de um modelo que, estruturalmente, exige o esgotamento dos recursos naturais e a exploração contínua das populações marginalizadas” (Krenak, 2019, p. 43). Para ele, as cosmologias indígenas oferecem caminhos alternativos ao resgatar o equilíbrio entre os seres humanos e o meio ambiente, rompendo com a ideia de progresso linear.

Na mesma linha, a Fundação Rosa Luxemburgo (2013) destaca que o modelo de desenvolvimento vigente, em vez de garantir prosperidade para todos, aprofunda desigualdades e acelera a degradação ambiental. O relatório publicado pela fundação ressalta que “a crença no crescimento econômico como solução universal tem levado ao esgotamento das bases materiais da vida, tornando

insustentável qualquer perspectiva de futuro dentro do paradigma vigente” (Fundação Rosa Luxemburgo, 2013, p. 29). Diante disso, a proposta de alternativas ao desenvolvimento ganha força entre pesquisadores e movimentos sociais que buscam novas formas de organização econômica e política para garantir a sobrevivência.

No mesmo sentido, o Núcleo de Estudos em Economia e Cultura (2018) propõe a realocação da economia como estratégia para reduzir a dependência dos mercados globais e fortalecer redes locais de produção e consumo. De acordo com seu estudo, “as comunidades que constroem suas próprias soluções locais para produção de alimentos, energia e bens essenciais reduzem sua vulnerabilidade a crises econômicas e ambientais” (Núcleo de Estudos em Economia e Cultura, 2018, p. 17). Essa perspectiva converge com iniciativas como o decrescimento, que propõe uma redução controlada da produção e do consumo para minimizar impactos ambientais e redistribuir riquezas de forma mais equitativa.

Marcos Leite (2019) reforça a necessidade de mudanças estruturais para que novas formas de organização econômica possam emergir. Em seu estudo sobre alternativas para o desenvolvimento brasileiro, ele aponta que “a superação do modelo econômico extrativista e dependente de *commodities* é essencial para criar uma base produtiva mais resiliente e sustentável” (Leite, 2019, p. 84). Segundo o autor, políticas públicas voltadas à inovação social, à agroecologia e ao fortalecimento das economias solidárias podem viabilizar caminhos alternativos ao desenvolvimento tradicional.

Como vimos, as abordagens do pós-desenvolvimento não buscam simplesmente reformular o conceito de desenvolvimento, mas, sim, deslocá-lo como paradigma central da organização social. Segundo Krenak (2019), a ideia de progresso imposta pelo Ocidente precisa ser questionada para que novas formas de vida sejam possíveis. Ele enfatiza que “a insistência no desenvolvimento nos

levou a uma situação de esgotamento, e talvez seja a hora de considerar que não precisamos de mais desenvolvimento, mas, sim, de outras formas de convivência” (Krenak, 2019, p. 66).

Essa perspectiva se alinha às cosmologias indígenas, que propõem modos de vida baseados no respeito à natureza e na reciprocidade entre seres humanos e ecossistemas. A experiência de povos originários da América Latina, como os que defendem o *Sumak Kawsay* e o *Suma Qamaña*, sugere que o futuro não deve ser pautado pelo crescimento econômico, mas, sim, pela qualidade das relações sociais e ambientais. Como destaca a Fundação Rosa Luxemburgo (2013, p. 42), “o conhecimento tradicional dos povos indígenas oferece contribuições valiosas para a construção de sociedades pós-desenvolvimentistas, onde o bem-estar coletivo não depende da exploração incessante dos recursos naturais”.

Em nossa análise, as teorias para adiar o fim do mundo representam uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento tradicional e sugerem caminhos alternativos baseados na realocação da economia, na redução do consumo e na valorização dos saberes ancestrais. Autores como Krenak (2019) e Leite (2019) apontam que o desenvolvimento, longe de ser uma solução universal, pode estar contribuindo para a perpetuação das desigualdades e para o colapso ambiental. Diante disso, propostas como o pós-desenvolvimento e as cosmologias indígenas emergem como alternativas viáveis para repensar a relação da humanidade com o planeta.

Se queremos evitar o colapso ecológico e social, precisamos questionar as bases do modelo econômico atual e abrir espaço para formas de organização que priorizem o bem-estar coletivo, a sustentabilidade e a justiça social. Como destaca Krenak (2019, p. 89), “adiar o fim do mundo não significa apenas sobreviver, mas criar novas possibilidades de existência em que o humano deixe de ser o centro e passe a ser parte de um todo maior”.

As políticas públicas de comunicação deveriam então desempenhar um papel crucial nessa construção, promovendo a autonomia dos povos indígenas e fortalecendo suas identidades culturais. Nesse contexto, a comunicação deve se portar como um eixo essencial para a promoção do diálogo intercultural, a garantia de direitos e a disseminação de informações que respeitem as especificidades dos povos indígenas. Por sua vez, as políticas públicas de comunicação devem considerar essa diversidade cultural dos povos indígenas em sua relação com os meios de comunicação. Isso, sem dúvidas, envolve o fortalecimento da comunicação comunitária, a criação de mídias indígenas alternativas e o acesso a tecnologias que permitam a difusão de conteúdos próprios.

Além disso, na Amazônia, a comunicação tem um papel essencial na defesa dos territórios indígenas e no combate às ameaças externas, como o avanço do garimpo ilegal e o desmatamento. Na região, a mídia indígena tem sido uma ferramenta fundamental para denunciar violações de direitos e mobilizar apoio nacional e internacional para a causa indígena. Dessa forma, políticas públicas que incentivem o acesso dos povos indígenas à comunicação digital e fortaleçam a produção de conteúdo próprio são essenciais para a promoção do autodesenvolvimento regional.

A democratização do acesso à comunicação pode permitir que os povos indígenas assumam o protagonismo na construção de suas próprias narrativas. Assim, a criação de rádios comunitárias, plataformas digitais e espaços de comunicação indígena fortalece a autonomia e a soberania dos povos originários. Nesse sentido, a concreção de uma Política Nacional de Autodesenvolvimento deve valorizar a participação dos povos indígenas na formulação das políticas de comunicação como um fator determinante para garantir que essas iniciativas sejam eficazes e respeitem suas especificidades culturais. Isso implica, entre outras coisas, promover a formação de

comunicadores indígenas, apoiar a infraestrutura de comunicação em territórios tradicionais e incentivar a produção de conteúdos que reflitam a realidade indígena.

Apesar dos avanços na implementação de políticas de comunicação, fica evidente com este estudo que ainda há desafios significativos a serem superados. A falta de acesso à internet em muitas comunidades indígenas e a concentração da mídia em grupos empresariais dificultam a disseminação de conteúdos produzidos pelos próprios indígenas. Além disso, a ausência de políticas públicas específicas para a comunicação indígena ainda é um entrave para a consolidação do potencial do comunicativo como ferramenta de desenvolvimento regional. Dessa forma, é necessário que os governos ampliem os investimentos em infraestrutura digital para comunidades indígenas e criem programas de capacitação para comunicadores indígenas.

Por outro lado, a digitalização e a crescente presença das mídias indígenas nas redes sociais oferecem novas oportunidades para fortalecer o autodesenvolvimento. As redes sociais têm sido utilizadas pelos povos indígenas como uma ferramenta poderosa para divulgar suas lutas, conectar comunidades e denunciar violações de direitos. Assim, políticas públicas que incentivem a digitalização da comunicação indígena podem potencializar essas iniciativas e garantir maior visibilidade às demandas dos povos originários.

As políticas públicas de comunicação são fundamentais para a promoção do autodesenvolvimento, garantindo que os povos indígenas tenham autonomia para produzir e disseminar informações de acordo com suas tradições e necessidades. No entanto, desafios, como a exclusão digital e a ausência de políticas específicas para a comunicação indígena, ainda precisam ser superados. Diante desse cenário, torna-se essencial que as políticas públicas incentivem a democratização do acesso à comunicação,

fortaleçam a mídia indígena e promovam o uso de tecnologias digitais para ampliar a visibilidade dos povos originários.

O avanço das crises ambientais, sociais e políticas tem colocado a humanidade diante de desafios existenciais. Como argumenta Krenak (2019, p. 32), “seguimos em um caminho de destruição se não repensarmos nossos modos de viver e de nos comunicar”. Nesse sentido, as políticas de comunicação emergem como instrumentos fundamentais para a criação de narrativas que promovam a sustentabilidade e o respeito às diversidades culturais, contribuindo para a construção de alternativas que evitem o colapso civilizacional.

As políticas de comunicação são essenciais para garantir a diversidade de vozes e narrativas em uma sociedade. Para Krenak (2019, p. 45), “a comunicação deve estar a serviço da coletividade e não ser mero instrumento de reprodução do pensamento hegemônico”.

O modelo de comunicação dominante, baseado na concentração midiática e na mercantilização da informação, tem sido amplamente criticado por estudiosos da comunicação e do desenvolvimento. Nessa perspectiva, Beltrão (1980, p. 58) já argumentava que “a comunicação deve servir às necessidades sociais e culturais dos povos, e não apenas aos interesses do mercado”. O paradigma das teorias para evitar o fim do mundo propõe um modelo comunicacional que prioriza a reciprocidade, a interconexão entre os povos e a sustentabilidade dos processos comunicativos (Acosta, 2016). É nesse escopo que Krenak (2019) sugere que “ao construir narrativas que resgatem a conexão entre os seres humanos e a natureza, podemos transformar nosso futuro” (p. 53).

Diversas iniciativas ao redor do mundo têm promovido experiências de comunicação que dialogam com a sustentabilidade e o bem viver. Esse modelo comunicacional, baseado na autonomia

das comunidades, contrasta com o modelo hegemônico da grande mídia, permitindo a emergência de novas formas de interação e expressão social, como bem postulava Peruzzo (2013). Krenak (2019) ainda argumenta, nesse sentido, que projetos de comunicação comunitária são essenciais para a construção de um futuro sustentável.

Diante do exposto, observa-se que a relação entre políticas de comunicação e as teorias para evitar o fim do mundo passa pela necessidade de construção de modelos comunicacionais alternativos, que priorizem a diversidade de vozes e promovam o diálogo intercultural. As experiências de comunicação popular e comunitária demonstram que é possível repensar as políticas de comunicação a partir de uma perspectiva que valorize o conhecimento tradicional, a coletividade e o respeito às diferenças culturais. Como conclui Krenak (2019, p. 75), “o futuro depende da nossa capacidade de narrar novas possibilidades para a humanidade”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária/ Elefante, 2016.

ACOSTA, L. E. *et al.* **Indicadores de bienestar humano indígena (IBHI)**. Primer reporte sobre el estado de los modos de vida y territorios de los pueblos indígenas del departamento de Amazonas. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-SINCHI, 2020.

ANDI. **Mídia e políticas públicas de comunicação**. Brasília: ANDI, 2011. Disponível em: <https://andi.org.br/publicacoes/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ARACATY E SILVA, M. L. **Desenvolvimento regional na Amazônia: Infraestrutura, capital humano, renda e trabalho.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2022.

ARAÚJO, B. **Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima (CIR).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, 2021.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: Possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Bases para uma nova política indigenista.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, p. 29-37.

BARBOSA, M. L. S. **Verdades, meias-verdades ou mentiras: As transmutações da narrativa jornalística na campanha eleitoral de 2018 em Roraima.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, 2021.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados.** São Paulo: Cortez, 1980.

BONIN, J. **Nos bastidores da pesquisa: A instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto.** In: MALDONADO, E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: Olhares, trilhas e processos.** Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 21-40.

CARVALHO, G. O. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2d54/3894f38ca5c1eb2b0e43e71bc4f29eeff9ab.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CASTRO, C.; OLIVEIRA, B. **Políticas públicas e desenvolvimento Social**. São Paulo: Atlas, 2019.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIETZ, A. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento em uma região de fronteira - O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C.; BECKER, B. (Eds.). **Fronteiras**. Brasília/Paris: Universidade de Brasília/ Orstom, 1998, p. 167-194.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencias. Medellín: Ediciones Unaula, 2014.

FERREIRA, J. **Desenvolvimento sustentável: apontamentos sobre o conceito**. Maringá: Uniedusul, 2021. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2021/12/E-BOOK-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. **Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: Um Roteiro Crítico**. Redalyc, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2930/293055456006.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FLORIT, L. F. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, n. 1, 2016, p. 255-271.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002 (Apostila).

FUNAI. **Etnodesenvolvimento**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-estrategica/instrumentos-de-gestao-estrategica/carteira-de-politicas-publicas/etnodesenvolvimento.pdf> . Acesso em: 19 fev. 2025.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Alternativas ao desenvolvimento ou pós-desenvolvimento?** 2013. Disponível em: <https://rosalux.org.br/alternativas-ao-capitalismo-outro-desenvolvimento-ou-pos-desenvolvimento/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLEGOS, R. R. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. In: SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO-SENPLADES. **Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay**. Senplades, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, A. C.; COSTA, M. L.; SIGNOR, A. **Desenvolvimento sustentável: Perspectivas e desafios para a sociedade moderna**. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/download/26260/16801/99318>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. La Paz: Coscoroba Ediciones, 2004.

GUDYNAS, E. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. **Revista de Estudios Sociales**, v. 32, n. 1, 2009, p. 34-47.

GUEVARA-ARISTIZÁBAL & J. F.; ESCHENHAGEN, M. L. Pensar em tempos de crise:- ¿Cómo dialogar con la vida? **Nómadas**, v. 46, n. 1, 2017, p. 237-250.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho de progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el *Sumak Kawsay*. In: HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. D (Eds.). **Sumak Kawsay Yuyay**. Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre *Sumak Kawsay*. Proyecto de Cooperación Interuniversitaria para el Fortalecimiento institucional de la Universidad de Cuenca en materia de movilidad humana y buen vivir. Huelva-España: Fiucuhu, 2014.

HOWLETT, M., RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas públicas seus ciclos e subsistemas**: Uma abordagem integradora. Elsevier, 2013.

IPEA. **Política regional na Amazônia: A PNDR II**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8999/1/Pol%C3%ADtica%20regional%20na%20Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEAL DE CARVALHO, N. *et al*. Desenvolvimento sustentável x desenvolvimento econômico. **Remoa**: Monografias Ambientais, v. 14, n. 3, set.-dez., 2015, p. 109-117. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/17768/pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LEITE, M. V. C. (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: Novos Horizontes para a mudança estrutural com igualdade**. Brasília: CEPAL, 2019.

LIMA, P. F. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. Florianópolis: **Em Tese**, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-69. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13681/12540/0>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LOIOLA, T.; CORREIA, L.; FERNÁNDEZ, M. **Políticas públicas de desenvolvimento regional na Amazônia Ocidental: o caso das Áreas de Livre Comércio**. Santiago: EURE, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v50n151/0717-6236-eure-50-151-0003.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MAMANI, F. H. **Buen vivir/ vivir bien**. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI, 2010.

MATTA, L. G.; VERDAN, M. F. **Construção histórica do conceito de desenvolvimento e suas múltiplas abordagens**. ResearchGate, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375368819_Construcao_historica_do_conceito_de_desenvolvimento_e_suas_multiplas_abordagens. Acesso em: 19 fev. 2025.

MEDEIROS, M. **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277748468_Etnodesenvolvimento_e_desenvolvimento_local_contributos_para_um_debate_teorico *Ethnodevelopment and local development contributions for theoretical debate*. Acesso em: 19 fev. 2025.

MOLINA, M. C.; PATY, M. R.; LÓPEZ, E. **La construcción del Suma Qamaña**. América Latina en movimiento, n. XXXVI, v. II, 2012, p. 18-21.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ECONOMIA E CULTURA. **Alternativas ao desenvolvimento: Relocalização e Resistências**. 2018. Disponível em: https://medium.com/%40nucleoacta_/alternativas-ao-

[desenvolvimento-relocaliza%C3%A7%C3%A3o-e-resist%C3%AAncias-2ad653837b6f](#). Acesso em: 18 fev. 2025.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Porque Precisamos de uma Política Pública de Informação**. São Paulo, 2022. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/por-que-precisamos-de-uma-politica-publica-de-informacao/]. Acesso em: 19 fev. 2025.

OLIVEIRA, H. M. P. **A Noção de Região em Milton Santos**. 2020. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/HELBERT%20MICHEL%20PAMPOLHA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LITTLE, P. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Revista Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://tellus.ucdb.br/tellus/article/download/23/32&ved=2ahUKewilInU6tSLAxVpH7kGHW7SFKEQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw0WhSlx-dnrgvCm3YrFM98>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. Revista Contemporânea, Comunicação e cultura - v.11 – n.01 – jan-abril 2013 – p. 138-158. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/download/6980/6087/23518&ved=2ahUKewj97PHk5dSLAxXRErkGHXsuAGUQFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw2feb7A1lTqsYrSIWGMoMSx>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. Políticas Públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. **Revista de Administração Pública**, n. 42, v. 2, abr. 2008.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9DggKcPYg3GSP9Z6qJB3jVj/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PIMENTA, C. A. M.; ALVES, C. P. (Orgs.). **Políticas Públicas & desenvolvimento Regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2015.

ROTTA, E.; LAGO, I. C.; KAPELINSKI, F. (Orgs.). **desenvolvimento e Políticas Públicas em Perspectiva: Alguns Ensaios sobre seus Dilemas e suas Possibilidades**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In RUA, M. G. & VALLADÃO, M. I. C. O estudo da política: tópicos selecionados. Paralelo 15, 1998.

SANTI, V. Princípios teórico-metodológicos para entrever Mediação e Mídiatização. In: **Anais...** VIII Seminário Internacional de Metodologías Transformadoras de la Red AMLAT, 2014, Caracas - Venezuela: CEPAP, 2014. v. 1. p. 132-15.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Cengage Learning, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, C. L.; CARON, A.; SANTOS JÚNIOR, P. S.; LOURENÇO, M. S.; SARAIVA, V. C. **Políticas Públicas e Indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: SaraivaUni, 2010.

SILVA, J. M. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES/ Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, 2010.

SOUZA, A. S. **Etnodesenvolvimento sustentável**: uma análise cienciométrica. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4293>. Acesso em: 19 fev. 2025.

STAVENHAGEN, R. **Ethnodevelopment**: a neglected dimension in development thinking (1986). In STAVENHAGEN, R. Pioneer on Indigenous Rights. Springer, 2013.

SUDAM. **Plano Regional de desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027**. Brasília: Superintendência do desenvolvimento da Amazônia, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

TORRES-SOLIS, M.; RAMÍREZ-VALVERDE, B. Buen vivir y vivir bien: alternativas al desarrollo en Latinoamérica. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 69, v. 1, 2019, p. 71-97.

VANHULST, J. El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. *Revista Latinoamericana*, n. 14, v. 40, 2015, p. 233-261.

VANHULST, J.; BELING, A. **El buen vivir**: una utopía latinoamericana en el campo discursivo global de la sustentabilidad. *Polis, Revista Latinoamericana*, n. 12, v. 36, 2013, p. 497-522.

VEIGA, J. E. **desenvolvimento sustentável**: uma perspectiva econômico-ecológica. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas. A contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In LIMA, A. C. S. & BARROSO-HOFFMANN, M. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

MÍDIA REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E CENTRALIZAÇÃO: desequilíbrios na cobertura noticiosa dos municípios da Região Metropolitana e de João Pessoa nos telejornais locais

Rodrigo Martins Aragão
Marcondes Santos de Oliveira Júnior
Thayanne Tavares Silva
Caio Guilherme Ribeiro Leite
Myllena Hellen Silva da Costa

INTRODUÇÃO

A mídia local é compreendida como um meio de comunicação identificado com um território delimitado e potencialmente articulado a uma comunidade inserida nesse espaço, conforme discutido por Peruzzo (2005). Mesmo diante de uma tradição de centralização da produção midiática no cenário nacional e frente ao crescente processo de globalização, tem sido sentida uma revalorização da comunicação e da mídia local. Redes nacionais, como a *Globo*, têm realizado flexibilizações em sua programação e estimulado estratégias regionais de programação e produções locais.

Um exemplo desse cenário é a realização do prêmio Globo, conduzido pela maior rede de televisão do país, que busca premiar suas afiliadas em estratégias de programação e de engajamento de audiência. Na edição de 2024, em que concorreram 120 emissoras locais, por exemplo, a afiliada em João Pessoa, *TV Cabo Branco*, recebeu dois prêmios: Melhor Audiência Praça Caderno (uma forma de medição de consumo de televisão) e Melhor Gestão de Programação (Jornal da Paraíba, 2024).

Este trabalho discute os processos de concentração da mídia brasileira, baseada em um modelo de desenvolvimento e de construção de identidade nacional e a forma como o afeta a comunicação regional, que se estabelece a partir de um modelo de comparação e dependência. Observa-se e questiona-se, diante do crescimento do interesse nas questões locais e da possibilidade de descentralização midiática e desenvolvimento regionais, os limites do modelo de organização regional, ainda baseado em processos de centralidades de menor escala, tanto nos sistemas de mídia como na organização de territórios.

Busca-se, dessa forma, tensionar as possibilidades de desenvolvimento regional, a partir do fortalecimento da mídia regional de forma, em alguma medida, também centralizada, tomando como referência a atuação de emissoras de televisão na Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e a presença de municípios, que não a capital paraibana, em telejornais de três emissoras locais, afiliadas a redes nacionais.

A pesquisa adotou uma metodologia quanti-qualitativa em duas etapas. A primeira, concentrada na primeira pergunta de pesquisa - Há emissoras de televisão nos municípios da região metropolitana, exceto a capital? -, baseou-se na metodologia de investigação de grupos de mídia locais apresentada por Fadul e Rebouças (2005) para identificar presença de concessões nos

municípios da RMJP, exceto a capital, seu tipo e vinculação a grupos de mídia locais.

A segunda etapa, que se concentrou na segunda pergunta - Como se dá a presença dos municípios na cobertura noticiosa dos telejornais locais? -, deu-se pelo monitoramento de telejornais de três emissoras locais em três dias distintos do mês de novembro de 2024 para identificação da presença de reportagens sobre os municípios da RMJP, suas temáticas e abordagens, entre outros elementos da construção do material.

MÍDIA, REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os meios de comunicação de massa no Brasil, como o rádio e a televisão, embora tenham surgido de emissoras locais com alcance regional, como aponta Peruzzo (2005), vivenciaram um processo acelerado de nacionalização e centralização de sua produção ao longo do século XX. O rádio, desde a década de 1930, desempenhou um papel estratégico na consolidação de uma identidade nacional, impulsionado pela estatização da *Rádio Nacional*, do Rio de Janeiro, e pela difusão de programas de alcance nacional, como “A Voz do Brasil” (Lima, 2016).

De maneira semelhante, a televisão iniciou, nos anos 1960, um movimento de integração de sua programação, utilizando o videoteipe e as primeiras formações de redes de transmissão para alcançar todo o território brasileiro. Essa reorganização, liderada pelo setor privado com suporte estatal, foi alinhada ao projeto de fortalecimento de uma identidade nacional articulada aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (Jambeiro, 2001).

A concentração da produção midiática no Brasil é influenciada por fatores da ordem política e critérios econômicos que configuram as dinâmicas do setor. Historicamente, a região Sudeste, em particular os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, destacou-se como o principal eixo produtivo de bens de consumo, além de

abrigar os maiores mercados consumidores do país. Essa centralidade econômica favoreceu a consolidação de um mercado publicitário, que desempenhou papel decisivo no financiamento dos veículos de radiodifusão, principalmente por meio da aquisição de espaços para veiculação de anúncios (Jambeiro, 2001). Ainda que tenha um papel fundamental para o processo de nacionalização, Pinto (2015) destaca, a partir de Milton Santos, um papel duplo da comunicação na configuração brasileira. Ao mesmo tempo que fortalece a concentração, representada na nacionalização, é um elemento de reafirmação do regional, enquanto identidade e mercado.

A autora, nesse sentido, identifica duas perspectivas principais de funcionamento e análise dos meios regionais no Brasil, um denominado “relacional assimétrico”; outro “superlocal”. No primeiro, a mídia regional é observada a partir da comparação com as emissoras com as quais formam rede; comparação na qual, sai perdendo, seja por

- a) a inferioridade técnica em relação aos suportes midiáticos das empresas que atuam nas três cidades [Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo]; b) a incapacidade de sustentação econômica das mídias regionais; c) a ocorrência de vínculos com políticos, sobretudo por meio do coronelismo eletrônico; e d) a concentração midiática em empresas de natureza familiar. Muitas vezes tais traços são expostos em conjunto para descrever determinada mídia ou grupo. (Pinto, 2015, p. 36)

Esse regime, evidenciado, inclusive, nas produções locais que levam nomes ou identificações que seguem o padrão das emissoras

chamadas cabeças de rede, fortalece uma lógica de dependência do local e do regional.

A segunda perspectiva, em alguma medida, também embasada na comparação, parece buscar a evidência da diferença ou o isolamento em relação às redes e reforçar traços e características do local que apenas poderiam ser apresentadas por sua própria mídia. A autora identifica, no entanto, que, apesar de poder apontar para o fortalecimento local, a perspectiva não aprofunda necessariamente para uma investigação do funcionamento dessas mídias que permita compreensão de seu desenvolvimento e de seus mercados, necessariamente.

Entre a oposição ao modelo hegemônico e a assimetria comparativa, a concentração da mídia brasileira se estabelece, especialmente entre veículos impressos, que praticamente deixaram de existir, e na televisão, cuja programação é quase integralmente dedicada a programas desenvolvidos entre Rio de Janeiro e São Paulo. Passos e Del Bianco (2016) indicam que tal concentração se perpetua à revelia das disputas no campo legal, ao resgatarem o histórico de tramitação de um Projeto de Lei de autoria de Jandira Feghali, que, em 1991, propôs a regulamentação da regionalização da programação dos meios de radiodifusão, com cota mínima de 30% da programação desenvolvida localmente. Apesar da proposição e de debates na Câmara Federal, o projeto não avançou.

É somente a partir do final da primeira década dos anos 2000 que uma inflexão no cenário midiático brasileiro, marcada por uma crescente valorização dos sistemas de mídia regional passa a ser observada, puxada, não pela legislação, mas pelo próprio mercado. Essa transformação passa a ocupar espaço nos planos de mídia do governo federal e de grandes empresas privadas de alcance nacional, que passaram a diversificar seus investimentos publicitários, ampliando sua presença em um número maior de municípios (Pinto, 2013). Esse crescimento foi acompanhado

também pela maior profusão de sites e portais de conteúdo on-line regionalizados. Como exemplo, Pinto (2013, p. 97) indica o *G1 Regiões*, que, em agosto de 2013, “já contava com sites individuais para todos os estados e o Distrito Federal (DF), somando 50 páginas”.

Percebe-se, a partir disso, um crescente interesse em dialogar com os cenários de mídia regionalizada. Sobre essa questão, Peruzzo (2005) identifica um aumento no interesse comercial voltado à mídia regional. No entanto, a autora ressalta que parte dessa recente valorização parece estar alinhada a uma estratégia de ampliação de mercado por parte das grandes redes, mais do que a uma real valorização da diversidade regional. No entanto, permanece limitado o espaço de programação local sobre a qual as emissoras regionais têm autonomia e, por conseguinte, fortalece-se a tendência de assimetria relacional, em que os agentes de produção local reproduzem modelos e estilos da mídia nacional de referência.

Na Europa, pesquisas têm apontado para uma tendência de valorização da dimensão local/regional da mídia, ao mesmo tempo que são feitas análises dos processos de nacionalização e de internacionalização. Nos Estados Unidos e Canadá, apesar da força da televisão nacional, é histórica e crescente a importância das TVs e rádios locais, ao mesmo tempo em que se observa uma aceleração da internacionalização midiática (Fadul; Rebouças, 2005, p. 1). Os autores destacam as especificidades dos cenários regionais de mídia no Brasil, enfatizando a necessidade de análises segmentadas.

Pinheiro e Dourado (2016) articulam as obras de Celso Furtado e de César Bolaño para apontar as proximidades do pensamento dos autores em relação ao desenvolvimento, na articulação entre economia e comunicação. Ao mesmo tempo que o economista critica a lógica da dependência (do capital externo) e da concentração (de poder) que se estabelecem no Brasil desde sua formação econômica (Furtado, 1977), é possível estabelecer um

paralelo nos modelos de comunicação estabelecidos no país, em especial na radiodifusão e nas telecomunicações, que se desenvolvem de forma igualmente dependente e concentrada.

O projeto de desenvolvimento de Furtado, baseado na soberania nacional, não se limita a imitar modelos internacionais ou se baseia neles para se estabelecer de forma independente. Bolaño aproxima esse pensamento ao campo da comunicação no Brasil, pensando em sua independência do capital, da tecnologia, dos padrões tecnoestéticos dos grupos de mídia estrangeiros e propõe o estímulo à produção cultural nacional. De forma semelhante, pode-se questionar os modelos de mídia regional no Brasil a partir das mesmas questões, tendo em vista, principalmente, a perspectiva de imitação que se estabelece nas relações entre redes e afiliadas, apontada na relação assimétrica acima discutida.

Bolaño e Melo (2001), ao discutirem a questão do desenvolvimento regional, mais especificamente, apontam para o fato de que, no cenário de globalização, tanto é possível identificar uma possibilidade de ampliação das desigualdades, uma vez que na lógica de trocas no sistema-mundo, há a tendência de maior concentração, quando um fortalecimento do local, que pode se articular com agentes externos em lugar de depender internamente. Um elemento a partir do qual os autores apontam a possibilidade de desenvolvimento de novas formas de crescimento que não se deem, necessariamente, a partir de um centro.

Faz-se necessário, no entanto, apresentar problematizações em duas frentes: a discussão sobre as dimensões e nomenclaturas da distribuição da mídia chamada regional e a organização do nacional e do regional a partir da lógica dos centros.

REGIONALIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO

A discussão que se trava em torno da mídia regional não se encerra na relação que esta estabelece com os polos de

concentração, em relação desigual entre periferia e centro. Sônia Aguiar (2015), por exemplo, alerta para a necessidade de se discutir, no âmbito da própria região, definições ou delimitações mais precisas em relação aos meios de comunicação que não se deem, necessariamente, de forma hierárquica. A autora propõe uma observação das formações e relações que se estabelecem entre emissoras de televisão na formação de redes regionais.

Com base a observação das afiliadas da *Rede Globo*, a autora classifica as redes como: i) regionais supraestaduais, que alcançam mais de um estado, presentes, principalmente, no Norte e no Centro-Oeste; ii) regionais estaduais, que englobam a totalidade ou maior parte de um estado; iii) as redes subestaduais, que atuam de forma limitada em mesorregiões de um estado; e, por fim, iv) as emissoras locais com cobertura sub-regional, definidas como “geradoras de programação local, vinculadas a uma única concessão de TV aberta, geralmente situadas em capitais ou cidades polo” (Aguiar, 2015, p. 12). É nessa última categoria que a autora identifica as emissoras afiliadas à *Rede Globo* na Paraíba, *TV Cabo Branco*, em João Pessoa, e *TV Paraíba*, em Campina Grande.

Essa definição, no entanto, apresenta algum conflito com a colocação das próprias emissoras, que parecem indicar uma abrangência estadual, ao se identificar como maior grupo de comunicação do estado, no qual se somam emissoras de rádio e portais de notícias, além das emissoras de televisão (*TV Cabo Branco*, 2024). Esse caráter pode ser reforçado, em primeiro momento, pela identificação de uma série de retransmissoras, associadas às duas emissoras que compõem o grupo no estado (sete, vinculadas à empresa da capital paraibana e 21 outorgadas à empresa campinense) (Mosaico, 2024).

Nesse sentido, percebe-se que há, ainda que possamos pensar em uma mídia regional, questões de relativa concentração que se estabelecem de maneira análoga às relações regionais no país e

entre as nações internacionalmente. Esse elemento pode se explicar, também, pela própria organização da lógica de funcionamento das cidades no formato de classificação nacional que, inclusive, fundamenta suas políticas.

Pinto (2015) discute, por exemplo, como o IBGE realiza a classificação das cidades em níveis, a partir, principalmente, da centralidade de um município em relação a outros. Essa centralidade pode ser identificada pela presença de capital, infraestrutura e oferta de serviços, a exemplo da comunicação. A classificação resulta, por exemplo, na identificação de metrópoles, capitais e centros regionais e estaduais. Nessa perspectiva, percebe-se que a lógica da centralidade, ainda que em outros níveis, no seio das regiões.

É a partir daí que se estabelece essa pesquisa, que busca compreender a distribuição dos meios de comunicação no cenário regional, tomando como base a RMJP, assim como a atuação efetivamente regional dos veículos de comunicação nela presentes.

METODOLOGIA

A pesquisa que dá origem a este capítulo se estabeleceu em duas etapas, associadas às duas questões de pesquisa estabelecidas. Para identificar a existência, ou não, de emissoras de televisão em municípios da RMJP, fora da capital, buscou-se em Fadul & Rebouças (2005), o desenho metodológico para coleta de dados. Os autores propõem uma metodologia para mapear grupos de mídia regionais, a partir da qual construímos a nossa proposta de procedimento metodológico para esta pesquisa.

A primeira etapa é o levantamento de dados referentes às empresas de mídia locais, a partir de informações obtidas via Sistema de Consultas Virtual da Anatel (Anatel, 2024), usando a aplicação de filtros pelos municípios. Foram buscadas as concessões outorgadas nos municípios de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pedras de Fogo, Rio Tinto, Pitimbu e

Santa Rita. Em seguida, foram realizadas consultas virtuais do *status* de atividade em 2024 pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades mapeadas, bem como a verificação das unidades federativas nas quais estas entidades possuem sede.

Essa etapa do trabalho, de caráter quantitativo, descritivo e documental, permite-nos identificar a presença de atuação de grupos e empresas de mídia na região e a sua forma de atuação, a partir da identificação de três elementos: i) o tipo de concessão outorgada; ii) a localização da empresa responsável; e iii) sua vinculação com o estado ou a região.

A segunda etapa da pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, baseou-se no acompanhamento de edições de telejornais de três emissoras locais, em três dias distintos no mês de novembro de 2024, de modo a identificar a presença dos municípios da RMJP na cobertura noticiosa desses programas. Dessa forma, buscou-se compreender especificidades e características, bem como evidenciar os elementos desse sistema midiático que promovam discussões a respeito do vazio noticioso sobre a realidade cotidiana e as agendas municipais das cidades que compõem a maior região metropolitana do estado da Paraíba, questão refletida na cobertura jornalística regional, que é objeto de estudo deste trabalho.

MAPEAMENTO

Com base na coleta de dados realizada por meio do sistema virtual de consultas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), foi possível constatar a presença total de 34 sinais das empresas que transmitem sons e imagens na RMJP. Aqui, adota-se a composição atual das 11 cidades da Região Metropolitana - com exceção da capital paraibana - relatada no Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), a saber que a cidade de Mamanguape deixou o conjunto para formar sua própria região metropolitana (Vale do Mamanguape) em 2013.

Dessa forma, a distribuição é assim configurada: um sinal na cidade de Alhandra; dois em Bayeux; três em Caaporã; dois em Cabedelo; três na cidade do Conde; e oito em Pedras de Fogo, além de Rio Tinto, Pitimbu e Santa Rita que contam com cinco sinais cada. As cidades de Lucena e Cruz do Espírito Santo, por outro lado, não recebem sinal de nenhuma empresa desse nicho, de acordo com a consulta realizada em novembro de 2024. A apresentação visual dos dados supracitados foi esquematizada na Tabela 1.

Nesse tópico, a pesquisa realizada acabou por evidenciar também a ausência de entidades geradoras nessas cidades, isto é, empresas que realizam radiodifusão de sons e imagens digital (GTVD). Observou-se, na verdade, que dos 34 canais ocupados, 28 fazem apenas a retransmissão de televisão Digital (RTVD), sendo os seis restantes ainda retransmissores de Televisão (RTV). Dessa forma, evidencia-se, em alguma medida, a centralidade da capital em relação aos municípios vizinhos e a dependência a que esses se encontram submetidos do ponto de vista da comunicação.

A partir das consultas em relação às empresas responsáveis pelas concessões, percebe-se que 11 canais estão outorgados a emissoras do estado do Pará, quatro do Mato Grosso do Sul, cinco de São Paulo, seis do Distrito Federal, duas do Paraná e uma de Minas Gerais. Dessa forma, das 34 retransmissoras que se estabelecem nessas cidades, apenas cinco são retransmissões de conteúdos estaduais. Destaca-se, ainda, a natureza esmagadoramente mercadológica dessas entidades, uma vez que 28 delas são comerciais e apenas seis são públicas.

Identificou-se, também, a vinculação dessas retransmissoras com CNPJ ativo na Paraíba aos grupos de mídia locais. Foram localizadas vinculações à *Rede Paraíba de Comunicação* (já citado), que gere, na capital, a *TV Cabo Branco*, emissora afiliada da *Rede Globo*; ao *Sistema Correio*, que comanda a *TV Correio*, afiliada à *Rede Record*; e ao *Grupo Marquise*, gestor da *TV Tambaú*, afiliada ao

SBT. Importante destacar a vinculação das emissoras locais com retransmissoras capazes de ampliar seu sinal a um maior número de municípios, às três principais redes de televisão em âmbito nacional, o que aponta um regime de concentração e expansão próprios das dinâmicas do sistema midiático nacional.

Tabela 1 - Presença de sinais de entidades radiodifusoras por cidade

Presença de sinais das entidades radiodifusoras por cidade	
MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Alhandra	01
Bayeux	02
Caaporã	03
Cabedelo	02
Conde	03
Cruz do Espírito Santo	0
Lucena	0
Pedras de Fogo	08
Pitimbu	05
Rio Tinto	05
Santa Rita	05
Total da Região Metropolitana	34

Fonte: Elaborada pelos autores.

MONITORAMENTO

Identificada a concentração da geração de notícias nas capitais, associada à atuação, no mínimo, de ampliação da abrangência do sinal para municípios da região metropolitana, buscou-se identificar como essas cidades se apresentam na

cobertura dessas emissoras, a partir do jornalismo produzido localmente. Assim, como parte do percurso de análise, investigou-se em especial o caráter das narrativas apresentadas, corroborando com a perspectiva de fundamental importância em questionar se existe uma preocupação editorial ao retratar as dinâmicas das cidades metropolitanas de forma ampla ou se a narrativa se mantém centralizada na capital paraibana, conforme as prioridades editoriais.

Dessa forma, a pesquisa buscou esquematizar as matérias veiculadas nos seis principais programas jornalísticos de três emissoras da João Pessoa - *TV Cabo Branco*, *TV Correio* e *TV Arapuan*, no que se utiliza como base o relatório de acompanhamento desses programas nos dias 4, 6 e 8 de novembro de 2024. Foi selecionada uma data específica para a análise de cada grupo de programas de acordo com sua emissora. Dessa forma, no dia 4 de novembro, foram analisados os programas da *TV Cabo Branco*, a saber: "JPB1" e "JPB2". Em seguida, no dia 6 de novembro, foram monitorados os programas da *TV Correio*, "Correio Verdade" e "Jornal da Correio". Por fim, no dia 8 de novembro, foram observados os programas da *TV Arapuan*, "Cidade em Ação" e "Rota da Notícia".

Os programas telejornalísticos aqui estudados foram escolhidos pelo critério de programas do gênero "Informação", de modo a integrar as definições propostas por José Carlos Aronchi de Souza sobre classificação dos gêneros e formatos televisivos no livro "Gêneros e Formatos na Televisão Brasileira" (2015). Ademais, os noticiários foram divididos, para fins de análise e acompanhamento, em dois turnos distintos, sendo o primeiro correspondente aos programas informativos diurnos, que, em sua maioria, iniciam às 11h50 e adentram pelo período da tarde, enquanto o segundo turno dedica-se aos programas veiculados no período da noite, por volta das 19h - ambos os grupos no horário de Brasília.

Após a organização dos programas informativos por emissoras, deu-se início à etapa de acompanhamento da cobertura jornalística realizada por esses agentes. Dentre os seis programas analisados, destacam-se dois que possuem as características formais de um telejornal: o "JPB1" e o "JPB2", vinculados pela *TV Cabo Branco*, afiliada da *Rede Globo* na Paraíba. Os demais programas noticiosos observados, embora realizem coberturas jornalísticas, inserem-se predominantemente em um ecossistema de notícias com foco em temáticas policiais.

Os dados obtidos via monitoramento próprio dos telejornais em questão foram sistematizados em uma tabela síntese da quantidade total de matérias por programa, bem como da relação de matérias sobre João Pessoa, sobre a região metropolitana e matérias sobre assuntos estaduais e federais, intituladas "outros níveis". Por meio dessa classificação, busca-se interpretar a abordagem jornalística de cada programa e recorrer a um panorama mais detalhado da cobertura informativa sobre a região metropolitana de João Pessoa.

Tabela 2 - presença da RM na cobertura jornalística dos programas informativos locais

Programas informativos	Total de matérias	Matérias de JP	Matérias da RM	Matérias de outros níveis
JPB1	12	8	2	2
JPB2	8	5	1	2
Cidade em Ação	7	4	2	1

Rota da Notícia	12	7	2	3
Correio Verdade	14	8	0	6
Jornal da Correio	11	7	1	3
Total	64	39	8	17

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao olhar para os dados catalogados pelo levantamento, percebe-se uma linha de distribuição que evidencia a predominância de matérias focadas em João Pessoa (JP) nos programas, enquanto a cobertura da região metropolitana (RM) é mais restrita. Entre os programas analisados, infere-se que há uma quantidade maior de matérias dedicadas à cidade de João Pessoa, o que sublinha o foco da cobertura jornalística na capital. Por exemplo, programas como o "JPB1", "JPB2", "Rota da Notícia" e "Jornal da Correio" demonstram o índice de concentração de matérias sobre João Pessoa, com números que variam de cinco a oito matérias para a cidade. Em contraste, a cobertura da região metropolitana representa um indicativo de aparição esparsa e menor, com baixa cobertura entre os programas analisados, como observado no "JPB2" (uma matéria sobre RM), no "Jornal da Correio" (uma matéria sobre RM) e no "Correio Verdade", programa informativo que apresentou a maior quantidade de matérias entre os programas, mas nenhuma delas dialogou com a região metropolitana.

Os dados sobre as reportagens foram sistematizados a partir dos turnos de exibição, de modo a permitir uma comparação entre as emissoras nos mesmos turnos de exibição.

TELEJORNALIS DIURNOS

O levantamento realizado sobre a cobertura do telejornal "JPB1" no dia 4 de novembro de 2024 revelou a baixa representação da RMJP em comparação com outras áreas abordadas pelo telejornal. No total, o programa exibiu 12 matérias, das quais apenas duas se concentraram na região metropolitana, o que serviu para indicar, no contexto da programação, uma lógica de cobertura com características reduzidas das localidades interligadas à capital.

A primeira dessas matérias, intitulada "Homem é assassinado em Cabedelo", relatou um homicídio ocorrido em um dos municípios integrantes da RMJP, enquanto a segunda, "Calendário JPB: Estamos de volta à Praça do Quiosque em Santa Rita", tratou de ação ocorrida em município integrante da região metropolitana. A iniciativa buscava promover serviços e ações comunitárias, reforçando o papel social do telejornal na mediação de questões locais.

A principal característica evocada pelo quadro é a divulgação de denúncias de irregularidades em diferentes locais, especialmente em áreas de João Pessoa. Além de apontar problemas, o quadro revisita as regiões denunciadas para verificar e divulgar à população se as questões levantadas foram solucionadas ou continuam sem intervenção das autoridades responsáveis.

Ao saltar para o nicho de programas com perfis mais policiaiscos, como o "Correio Verdade", verificou-se uma lacuna informacional a respeito das localidades integradas à João Pessoa. Em 6 de novembro, data escolhida para o monitoramento do programa, não foi reportada nenhuma agenda informativa referente à RMJP na programação analisada. Em contraste, o programa "Cidade em Ação", conhecido também por seu viés policiaisco, apresentou, em sua edição de 8 de novembro, duas matérias que abordaram acontecimentos ocorridos em municípios da região

metropolitana. A primeira reportagem tratou de dois homicídios registrados em Cruz do Espírito Santo, enquanto a segunda adotou um tom mais descontraído ao relatar um caso de uma dentista de Cabedelo que recebeu uma galinha como presente de um paciente. Além dessas matérias, a programação do dia incluiu outra notícia envolvendo a região de Cabedelo, dessa vez em conexão com a capital, João Pessoa, cuja matéria abordou o caso de uma mulher que sofreu um acidente em uma área que interliga as duas localidades, o que evidenciou um caráter de convergência de acontecimentos entre os dois municípios.

TELEJORNALIS NOTURNOS

No tangente ao "JPB2", jornalístico da *TV Cabo Branco*, foi identificada apenas uma matéria referente à região metropolitana veiculada na edição de 4 de novembro de 2024, sendo as sete matérias restantes focadas em agendas da capital – a exemplo de campanha de vacinação, abertura de concurso público e votações realizadas na Câmara de Vereadores de João Pessoa – ou em assuntos de nível estadual. A matéria em questão, intitulada "Incêndio em Mata na BR 230" versava sobre um incidente acontecido em Cruz do Espírito Santo, cuja fumaça teria alcançado alguns bairros da capital.

O "Jornal da Correio", por sua vez, apresentou discrepância ainda maior na relação entre quantidades de matérias veiculadas *versus* matérias nas quais se abordam as cidades metropolitanas, uma vez que apenas uma das 11 notícias que compuseram a edição de 6 de novembro tratavam da região foco desta pesquisa. Na ocasião, precedendo os tópicos sobre o endividamento da família pessoense, uma pesquisa realizada pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor da Paraíba (Procon-PB) e a inauguração de novo parque na capital, foram ao ar imagens de uma avenida no limite entre as cidades de João Pessoa e Cabedelo, que teria ficado

esburacada em consequência a algumas obras que haviam sido realizadas na BR.

Por outro lado, o programa "Rota da Notícia", produzido pela *TV Arapuan* e exibido em 8 de novembro, apresentou o maior número de matérias sobre a região metropolitana entre os três programas analisados. Entre as dez matérias exibidas na edição em questão, uma delas tratava de um homicídio acontecido em Cruz do Espírito Santo no mesmo dia, ao passo em que a notícia sobre a cidade de Cabedelo consistia no pagamento inusitado de uma galinha que uma dentista teria recebido após oferecer uma consulta.

Aqui, é possível observar certa prioridade em noticiar as cidades metropolitanas por meio dos seus casos de violência ou de assuntos de caráter mais diversional – que não necessariamente possuem relevância jornalística – em detrimento de iniciativas da saúde municipal ou eventos culturais, por exemplo.

Um elemento identificado em relação à *TV Correio* e à referida edição do "JBP2", a saber que a única matéria sobre a RMJP que foi veiculada parece ter sua relevância pautada apenas em eventos cujas implicações atingiram, em certa medida, a capital paraibana. Ademais, observou-se outro ponto em comum relacionado aos dois programas supracitados: a limitação assentada numa abordagem das cidades metropolitanas que se dá apenas por meio de iniciativas do jornalismo participativo, com envio de material por canais de interação com a audiência, sem deslocamento para a produção das matérias nas cidades em questão.

A pesquisa levanta um dos possíveis obstáculos em realizar a devida cobertura jornalística dos casos ocorridos fora da capital: a dificuldade de recursos refletida na inviabilidade do deslocamento de pessoal e infraestrutura em tempo hábil para a produção da notícia nessas cidades.

Por outro lado, apesar da diferença ainda díspare na abordagem sobre a RMJP, vale ressaltar que o "Rota da Notícia"

rompe com o que foi observado nos outros dois jornalísticos analisados, uma vez que ambas as notícias sobre a região metropolitana veiculadas na edição de 8 de novembro contaram com deslocamento de repórteres, captação de imagens e entrevista com moradores locais e autoridades responsáveis nas cidades noticiadas realizadas pela própria equipe jornalística. Além disso, o telejornal da *TV Arapuan* também entregou o maior percentual de matérias referentes a essas cidades, tendo 20% da sua edição dedicada à RMJP, contra 12,5% do "JPB2" e 9,09% do "Jornal da Correio".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e a discussão dos dados permite observar que, mesmo com um crescimento da regionalização nos discursos sobre a mídia, permanece um princípio de centralidade mesmo no âmbito regional. No âmbito da RMJP, apenas a capital paraibana conta com emissoras geradoras, sendo as concessões localizadas nos demais municípios meras retransmissoras, das quais apenas cinco são vinculadas a grupos de mídia locais. Essa realidade indica para alguns limites nesse processo de descentralização, seja pela forte atuação de grupos de outros estados, que podem transmitir suas programações localmente, além das redes com emissoras afiliadas locais.

Tensiona-se, também, o quanto a lógica do processo de valorização regional se dá, de fato, nesse âmbito. A percepção de que apenas três grupos de mídia locais têm retransmissoras na RMJP, ainda que não sejam conclusivos, permite discutir qual o efetivo alcance regional ou estadual das emissoras. Além disso, torna-se evidente a concentração, em menor escala, na capital, o que situa os demais municípios em um regime de dependência.

O monitoramento dos telejornais, por sua vez, corroborou essa percepção ao identificar uma forte concentração da pauta noticiosa

na capital, com baixa presença ou menção aos demais municípios da região em seus telejornais. Apenas 12,5% das matérias apresentadas retratavam questões ligadas a essas cidades, enquanto mais de 25% destacavam temas de abrangência estadual ou nacional, ou centradas em outras cidades de maior porte.

As temáticas e abordagens, voltadas a *fait-divers*, baseadas em material enviado pelos telespectadores e contadas, por vezes, da perspectiva da capital, também reforçam um regime de dependência, em que qualquer desenvolvimento que se dê parece seguir a lógica da uma periferia puxada por um centro. A questão, inclusive, destaca-se quando se considera que, no âmbito mesmo econômico e de mercado, esse apagamento pode vir às custas de uma parcela significativa da possível audiência localizada nos municípios vizinho à capital e que, no caso de João Pessoa, representa cerca de um terço de toda a população da Região Metropolitana.

Mesmo que de forma limitada pelo caráter exploratório e do recorte restrito de cidades, telejornais e edições que compuseram o *corpus* da pesquisa, o trabalho aponta caminhos interessantes para se pensar o modelo de comunicação e de que forma se dá ou pode se dar a expansão e o desenvolvimento regional, quando, ainda lastreado em uma dinâmica de concentração, não evidencia a diversidade dos territórios de abrangência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Computação. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT7-GC.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANATEL. **Canais de Radiodifusão**, 2024. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>. Acesso em: 20 de nov. de 2024.

BOLAÑO, C. Indústrias criativas e os conceitos de cultura, inovação e criatividade em Celso Furtado. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 4, p. 3-14, 2011, p. 3-14. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5594/4054>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BOLAÑO, C., MELO, R. Tecnologias da informação e da comunicação para um novo enfoque sobre o desenvolvimento regional. **Comunicação e Sociedade**, v. 3, n. 1-2, 2001, p. 147-161. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1281/1263>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FADUL, A., REBOUÇAS, E. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/13.-Por-uma-perspectiva-metodologica-para-os-estudos-dos-sistemas-e-grupos-de-midia-o-caso-do.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GOBAT, G. **Região Metropolitana de João Pessoa (PB)**. FnemBrasil.org. Disponível em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-joao-pessoa-pb/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil no século XX**. Salvador: Edufba, 2001.

JORNAL DA PARAÍBA. **Rede Paraíba vence Prêmio Rede Globo 2024 em duas categorias**. 2024. Disponível em:

<https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/rede-paraiba-vence-premio-rede-globo-2024-em-duas-categorias>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PASSOS, G., DEL BIANCO, N. A regulamentação da regionalização da TV no congresso nacional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n. 4 (número especial), dez/2016, p. 80-100. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2605/557>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, 1o. sem. 2005, p. p. 67-84. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b85f/f21fe1af68936a0333f96599b612f30edca5.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PINHEIRO, M. Dourado, J. Celso Furtado em uma perspectiva Comunicacional: uma reflexão das relações desenvolvimento, criatividade e inovação. In: DOURADO, J., LOPES, D. **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 431-462.

PINTO, P. **Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil**. Ciberlegenda, n. 29, 2013, p. 95-107. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36945/21520>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PINTO, P. **Mídia regional brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

TV CABO BRANCO. 2024 **Rede Paraíba de Comunicação**. Disponível em <https://redeglobo.globo.com/tvcabobranco/noticia/rede-paraiba-de-comunicacao.ghtml>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMO CARACTERÍSTICA DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO DA UEPG

Fernanda Cavassana
Cintia Xavier

O presente capítulo debate a contribuição das pesquisas em Jornalismo para estudos sobre localidades a partir das pesquisas desenvolvidas pelos pós-graduandos em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em suas dissertações. Neste estudo, compreendemos a relevância das localidades e seus sistemas para a formação das identidades e os sistemas midiáticos, que incluem jornalismo local/regional, como um dos elementos que formam e determinam tais identidades locais, a partir de diversos fatores. Entre eles, a proximidade.

Metodologicamente, esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória que aciona métodos mistos. Para nossa análise, mesclamos estratégias de revisão bibliográfica, análise documental, análise cienciométrica e relato de experiência. Enquanto pesquisa

qualitativa e exploratória, todas essas estratégias vão ao encontro dos procedimentos metodológicos que podem ser acionados para coletar e encadear evidências de múltiplas fontes num estudo de caso (YIN, 2015). Aqui, a produção do Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor), da UEPG.

A análise documental se dá, majoritariamente, a partir do documento de avaliação qualitativa do programa, submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2021, além do site que reúne informações e as dissertações do PPGJor⁸. A revisão bibliográfica é acionada para diálogo com a literatura pertinente, enquanto as dissertações são analisadas de forma mais sistemática.

Nesse sentido, exploramos técnicas da cienciometria como estratégia para sistematizar e quantificar características dessas produções, inclusive, por meio da estatística descritiva. Para este capítulo, o procedimento é acionado de forma preliminar, a restringir o escopo das dissertações defendidas pelo PPGJor-UEPG a uma amostra de pesquisas sobre jornalismo local/regional⁹. Aqui, não estamos restringindo o *corpus* à alguma definição fechada de jornalismo local ou regional. O conjunto é formado por dissertações que, em alguma instância, abordam elementos jornalísticos sob a perspectiva das localidades e/ou territórios.

As 60 dissertações publicadas pelo PPGJor-UEPG até o momento tiveram seus títulos, resumos e palavras-chave lidos e

⁸ Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgjor/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

⁹ Este capítulo é, portanto, um recorte de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento que visa aplicar estratégias da Cienciometria para investigar características e particularidades da atuação científica do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UEPG.

foram selecionadas 32 dentro dos critérios de apreensão de um objeto de pesquisa local ou regional. A análise descritiva também se dá após a identificação de características, padrões e temáticas a partir da leitura sistemática desses estudos. Por fim, o relato de experiência enquanto método é acionado uma vez que incluímos na nossa análise informações pautadas. Defendemos, ainda, o acionamento dos documentos do PPGJor como parte desse relato de experiência, uma vez que uma das autoras foi responsável por sua elaboração e depoimento - especialmente em relação à seção qualitativa - da última avaliação submetida à Capes por meio do portal *Sucupira*.

Após essa introdução, apresentamos o PPGJor da UEPG, detalhando particularidades da sua atuação, área de concentração e linhas de pesquisa, além de um breve histórico sobre sua atuação. Depois, um tópico teórico debate algumas abordagens sobre jornalismo e localidade, recorrendo, principalmente, a algumas das contribuições que as pesquisas de geografias da comunicação têm fornecido sobre o tema. Na sequência, outro tópico é analítico, dedicado a apresentar os principais resultados e contribuições das dissertações já publicadas pelo PPGJor-UEPG. Encerramos com as considerações finais.

O PPGJor-UEPG

O Programa Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJor) foi criado em 2012 (Proposta APCN 7334), e o início das atividades ocorreu em 2013. É o primeiro e único Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Jornalismo no Paraná e o segundo do Brasil. O PPGJor tem na área de concentração os “Processos Jornalísticos” e está estruturado em duas linhas de pesquisa: “Processos de Produção Jornalística” e “Processos Jornalísticos e Práticas Sociais” (PPGJor-UEPG, 2021).

As linhas buscam contemplar tanto aspectos voltados às bases teóricas e conceituais do Jornalismo, suas dinâmicas, rotinas produtivas e da produção midiática quanto as relações do Jornalismo com os demais campos do conhecimento, valorizando as interfaces da comunicação com as representações sociais. As duas linhas de pesquisa convergem no estudo das dinâmicas internas e externas ao Jornalismo, oferecendo olhares distintos e complementares na observação dos fenômenos jornalísticos (PPGJor-UEPG, 2021).

Os objetivos gerais e específicos do PPGJor estão em consonância com a área de concentração, com as linhas de pesquisa e com os grupos de pesquisa liderados por seus docentes, uma vez que busca capacitar recursos humanos para o exercício da atividade docente e de pesquisa em graduação e pós-graduação em Jornalismo (PPGJor-UEPG, 2021).

Destacamos a atuação local dos docentes, que estão envolvidos em debates e controle social de políticas públicas, com participação em conselhos municipais e estaduais de diferentes áreas, como saúde e cultura. Todo o corpo docente do PPGJor atua também na graduação e em projetos de extensão. Destacamos os vínculos com esferas da sociedade civil local a partir de parcerias extensionistas. Além disso, essas articulações fortalecem o vínculo do PPGJor e da UEPG com a realidade local. De certa forma, isso se reflete na própria inserção dos docentes nos debates sobre políticas públicas e reforça a formação e característica de pesquisas comprometidas com a realidade nacional, regional e local (PPGJor-UEPG, 2021).

Além de contribuir para a integração de ações de ensino e pesquisa na área de concentração (Processos Jornalísticos), o PPGJor gera produção de conhecimento na área de ação do Programa (Jornalismo) de forma integrada com grupos de pesquisa já existentes em outras instituições, seja em nível regional, nacional ou

internacional. São ainda objetivos específicos do programa: qualificar pesquisadores, docentes e profissionais da área para intervir na sociedade, a partir da investigação e da construção do conhecimento em processos jornalísticos; habilitar pesquisadores para atender demandas sociais emergentes de produções jornalísticas; incentivar a cultura da pesquisa em Jornalismo e contribuir no desenvolvimento e fortalecimento da pós-graduação em Comunicação no Estado do Paraná. Tais ações demonstram que o PPGJor desenvolve pesquisa comprometida e com credibilidade frente à comunidade científica (PPGJor-UEPG, 2021).

Desde as primeiras defesas, em 2015, até novembro de 2024, o programa em Jornalismo da UEPG já outorgou o título de mestre para 60 egressos. Dos 60 mestres formados pelo PPGJor, 12 concluíram doutorado e outros 17 estão em fase de doutoramento. Os números demonstram a inserção do mestrado em Jornalismo da UEPG no cenário da pesquisa e da pós-graduação nacionalmente. Essa relevância e influência na área tende a ser ampliada nos próximos anos, com as primeiras turmas de doutorado, curso recém-aprovado pela Capes.

A atuação do PPGJor-UEPG com foco na regionalidade tem sido percebida por nós em, pelo menos, três dimensões. A primeira diz respeito ao desenvolvimento científico sobre o Jornalismo e a formação qualificada de pesquisadores e mestres em uma cidade do interior, que também atua de forma central em sua região e estado. A segunda refere-se ao intercâmbio regional promovido dentro do programa ao receber estudantes de outros lugares, que trazem para a UEPG questões sobre o jornalismo de suas localidades. Em seu histórico, o PPGJor-UEPG já recebeu graduados oriundos de todas as regiões brasileiras para realizar o curso do mestrado em Jornalismo, não só da “região concentrada” Sul e Sudeste, mas também do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Do exterior, também recebemos estudantes de países do Sul Global, como

Moçambique, Paraguai e Argentina, com interesses de pesquisa em Jornalismo articulados a aspectos políticos e socioculturais da realidade de seus territórios. E, por fim, como essa análise busca expor, percebemos a contribuição do PPGJor-UEPG com a produção de pesquisas e conhecimento nas interfaces do Jornalismo e Geografia ao dedicar boa parte de suas investigações a objetos, temas e processos jornalísticos imbricados às questões das localidades.

PARA PENSAR O JORNALISMO E INTERFACES COM A GEOGRAFIA

As investigações sobre a interface da Comunicação com a Geografia têm se consolidado no país nas últimas décadas, com destaque para alguns pesquisadores, universidades e grupos de pesquisa em associações dedicados especificamente ao tema. Algumas coletâneas se destacam sobre o assunto, organizadas pelo Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), como é o caso Moreira *et al.* (2019 e 2024).

Esse debate interdisciplinar também interessa ao campo de estudo do Jornalismo, especialmente ao considerarmos a relevância dos fluxos comunicativos, como aqueles produzidos e geridos pelas mídias jornalísticas, para a construção de sentidos, disseminação de conhecimento e apreensão da realidade. Com o objetivo de refletir a atuação do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UEPG como contribuinte à produção de conhecimento sobre jornalismo e localidades, trazemos algumas abordagens sobre o tema nesta seção.

Podemos considerar que “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (Santos; Silveira, 2001, p. 248), incluindo, pois, o sistema de mídias desses territórios. Segundo

Deolindo (2018, p. 65), enquanto aspectos geográficos, os “circuitos espaciais de produção, distribuição e consumo (...) apenas mais recentemente vêm figurando de modo sistemático entre as preocupações dos estudos de mídia”. Há uma defesa da autora de que haja mais investigações focadas nesses aspectos para suprir tal lacuna, principalmente, numa perspectiva de contribuição para formação cidadã em relação aos territórios. Sabe-se que essa discussão é pertinente ao debate de jornalismo de proximidade e a dicotomia global *versus* local (ou termo “*glocal*”)¹⁰.

Na obra bastante referenciada na área, Santos e Silveira (2001) indicam algumas características do território brasileiro derivadas do desenvolvimento da ciência, tecnologia e informação. A oferta de produtos e serviços especializados – incluindo os simbólicos, como os da comunicação e os culturais – é uma dessas características. “O espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas que nos indicam como o território é usado” (Idem, p. 11). Nas palavras dos autores, “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (Idem, p. 247).

Sua pertinência para os estudos da Comunicação e do Jornalismo é justamente por considerar que “o espaço é sempre

¹⁰ Aqui, há uma evidente opção nossa em revisar apenas alguns aspectos abordados pelas interfaces da Geografia e Comunicação para esse capítulo. Não se debate, portanto, outras vertentes teóricas voltadas aos conceitos de jornalismo local, regional ou de proximidade. Reconhecemos, no entanto, a relevância também desses estudos.

histórico". Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações" (Ibidem, p. 248). Ademais, no século XXI, mais do que o meio natural ou só técnico, o território é estabelecido fortemente pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e informação.

Definir, portanto, as pesquisas que se enquadram como aquelas voltadas para o jornalismo local e/ou regional é mais do que estabelecer uma escala diante da dimensão territorial ou em contraste com os grupos midiáticos nacionais e internacionais. Trata de, ao mesmo tempo, compreender a região de influência desses produtos jornalísticos, como também ter como objeto de pesquisas da área produtos e serviços que garantam condições de troca simbólica e pertencimento em determinados espaços, condicionando, social, política e historicamente determinado território.

Diante dessa atualidade e difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional, além das heranças do território brasileiro, Santos e Silveira (2001, p. 268) propõem uma nova divisão regional do país: "região concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia". Essas quatro grandes regiões ilustrariam as desigualdades territoriais, zonas de altas e baixas densidades, bem como as desigualdades econômicas, sociais e culturais. "Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso, cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades" (Santos; Silveira, 2001, p. 13).

As obras de Milton Santos constituem "um referencial pertinente e profícuo para estudar o fenômeno da comunicação social em pequenos e médios centros urbanos não metropolitanos, ainda que o autor não tenha se dedicado mais especificamente à temática" (Deolindo, 2018, p. 77). Santos (1955) indicava que o

avanço tecnológico e os recursos econômicos são relevantes para determinar a abrangência de um veículo de comunicação, bem como o nível de profundidade da apuração e reportagem jornalística e de influência. A partir de sua contribuição, a “região jornalística” de um jornal seria delimitada por uma perspectiva funcional, enquanto o periódico determinava se noticiaria acontecimentos de interesse nacional, estadual, regional ou local.

Tributária de Santos, Deolindo (2018) defende a atualidade de várias contribuições do autor porque, mesmo diante da globalização, não há integração equânime de “pessoas, ideias, recursos e territórios”. Há de se considerar que os avanços tecnológicos na era digital não representam uma democratização e acesso igualitário à cultura e à informação, o que tende a potencializar a relevância da produção jornalística dentro de suas fronteiras e territórios locais. A premissa da autora é a de que localização, condições de produção e visão dos gestores sobre a função do veículo de comunicação na comunidade são fatores que interferem na conduta e desempenho econômico e sociais desses veículos (Deolindo, 2018).

Destaca-se que Santos (1955) analisou a relação geográfica com a produção jornalística, considerando as limitações tecnológicas e de suporte. Contribui, principalmente, para apreensão do impacto da produção física e analógica, bem como pensar a circulação limitada territorialmente e delimitada pelos meios de transporte e comunicação. Contudo, cabe ainda destacar a ressalva de Deolindo (2018, p.58) de que a interpretação de que a mídia regional é “deficitária e inferior ao jornalismo praticado por grandes firmas localizadas nas capitais e regiões metropolitanas”, presente na obra do autor em 1955, “já não dá conta do fenômeno” na atualidade. Especialmente, porque as mídias de “referência”, praticadas nos grandes centros urbanos, estão localizadas e centralizam as informações nesses locais, de tal forma que não há

assuntos “nacionais”, mas abordagens que definem uma pauta nacional pela perspectiva de tais veículos.

A definição de uma cidade se baseia pelo debate de centralidade de um núcleo. Cálculos que embasam “na densidade da oferta de produtos e serviços por determinados núcleos urbanos e na força do setor terciário nesses espaços” (Deolindo, 2018, p. 62). Assim, além das demandas locais, a centralidade de algumas cidades diante de suas regiões justifica a presença de determinadas empresas midiáticas. Nessa discussão, a autora trabalha com o conceito de cidades de interior, que “incluem aquelas cidades que detêm certa condição de centralidade dentro de uma região e também aquelas cidades que formam, junto com essas primeiras, a referida região” (Deolindo, 2016, p. 56). É o caso de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais no Paraná.

A partir do estudo da mídia fluminense, Deolindo (2016, p. 269) define tipos ideais da “área da região jornalística” contemporânea, composta por três dimensões, conforme as áreas de cobertura, de negociação publicitária e a de circulação ou alcance. Em diálogo, Reis (2018, p. 62) busca acionar uma quarta dimensão, delimitando a área da notícia, que “corresponde ao ambiente das páginas dos jornais em que são publicadas regularmente informações de outras localidades além da sede do veículo”. Para esta autora, o entendimento de uma área da notícia reconhece a atuação jornalística para além da área de distribuição e apuração, pois também agrega pautas sugeridas, como as enviadas por meio de *releases* de assessoria, especialmente as de prefeituras e empresas de cidades menores (Reis, 2018).

Compreende-se, então, que o jornalismo também gera conhecimento geográfico. “Incluindo e excluindo lugares, os jornais criam (...) regionalizações capazes de orientar o homem e a sociedade no mundo real” (Reis, 2018, p. 65). As notícias da mídia subnacional são capazes de produzir “diferenciações geográficas

que levam a uma regionalização capaz de fornecer aos leitores a capacidade de imaginar os contornos dos locais em que estão presentes e seus próprios mapas mentais” (Reis, 2018, p.65).

Ao passo que uma única racionalidade é imposta pela globalização, cada lugar responde a isso conforme sua própria racionalidade (Santos, 2002). Dessa forma, entende-se que a localização diz respeito mais às posições econômicas e sociopolíticas de um lugar, o que é flexível e mutável, do que sua posição física, fixa. Pode, pois, ser compreendida como relativa e reativa. Debater a relevância da comunicação social e do Jornalismo nessas localidades colabora com a reflexão sobre o quanto esses territórios oferecem condições necessárias para promover “o espaço da racionalidade”. Conforme Santos e Silveira (2002), tal racionalidade se refere ao uso adequado do espaço pelos atores econômicos, sociais, culturais e políticos. E, na atualidade, é o meio técnico-científico-informacional que constitui tal espaço.

Reis (2022) faz um levantamento de pesquisas sobre jornalismo local e regional defendidas entre 2010 e 2020 nos programas de pós-graduação na grande área da Comunicação e Informação, o que inclui os PPGs de Jornalismo. Uma das conclusões da autora é de que, nessas pesquisas, “o uso das expressões ‘local’ e ‘regional’, por exemplo, está mais associado à localização da pesquisa empírica do que um aporte teórico utilizado pelos pesquisadores (Reis, 2022, p. 592). Já Souza e Lima (2022) analisam como a relação entre jornalismo e território é abordada nas pesquisas desenvolvidas por pós-graduandos no Brasil entre 2005 e 2020. Os autores acionam conceitos como “comunitário, local, regional, proximidade, interior e hiperlocal” na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para realizar o mapeamento, que indica uma concentração da pesquisa em PPGs de Comunicação e Jornalismo. Para eles, “a discussão sobre o território no âmbito jornalístico, mesmo hoje, parece indicar dificuldades de

uma conceituação mais objetiva e os limites entre eles, bem como outros parâmetros (sociais, históricos, culturais etc.)” (Souza; Lima, 2022, p. 34). Ambos os trabalhos se aproximam, metodologicamente, do nosso, cuja análise se dá na próxima seção.

ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DO PPGJor

A nossa análise é essencialmente descritiva e exploratória, articulando as evidências levantadas para este estudo de caso. Ao retomar as dissertações defendidas e publicadas pelo PPGJor-UEPG, procura-se identificar características comuns desses estudos e como eles colaboram para a produção de conhecimento acerca do Jornalismo em seus territórios e localidades. A Tabela 1, a seguir, resume os resultados obtidos, por ano, da identificação das dissertações de Jornalismo da UEPG com abordagens locais e regionais. A partir dessa seleção, analisamos textualmente as 32 pesquisas que representam mais da metade do total de dissertações publicadas. Detalhamos algumas nas próximas páginas.

Tabela 1 - Dissertações defendidas no PPGJor da UEPG (n)

Ano	Total	Local/regional	
		n	%
2015	7	5	71,43
2016	7	4	57,14
2017	9	7	77,78
2018	6	2	33,33
2019	10	6	60,00
2020	5	3	60,00

2021	5	1	20,00
2022	2	1	50,00
2023	5	1	20,00
2024	4	2	50,00
Total	60	32	53,33

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir do PPGJor-UEPG (2024).

Acionando estratégias da cienciometria, chega-se a essa seleção, por meio da leitura de todos os títulos, resumos e palavras-chave das dissertações classificadas em “Local/Regional”, caso abordassem a questão de localidade e territórios de uma forma central na pesquisa desenvolvida. Assim, não é apenas a delimitação de um veículo de abrangência local ou regional que levou a essa classificação. Esse é, por exemplo, o caso da dissertação “Os processos de recepção telejornalística no Distrito Rural de Itaiacoca”, de autoria de Luana Sandra de Souza, defendida em 2018 no PPGJor.

A pesquisa de recepção de conteúdo telejornalístico acionou diferentes técnicas metodológicas para analisar “o consumo das informações jornalísticas pelos moradores e a sua relação com as transformações de um ambiente tido como rural”. O objeto empírico foi o telejornal indicado, pelas famílias acompanhadas, como aquele mais procurado para consumo de notícias, o “Jornal Nacional”, da *TV Globo* (Souza, 2018). Nessa pesquisa, o território é categoria analítica fundamental, especialmente por debater aspectos específicos do cotidiano na área rural em perspectiva comparada com o desenvolvimento urbano. Entre os achados da investigação, destaca-se que, no referido distrito, o cotidiano rural já se aproxima, em muitos aspectos, às características dos moradores da área urbana, inclusive, em relação ao acesso aos meios de comunicação e noticiosos (Souza, 2018).

Outra pesquisa do programa determinada pela questão da territorialidade e de identificação cultural é “Marcas de um jornalismo regional: identidade cultural gaúcha nos diários paranaenses”, de autoria de Aline Jasper (2016). A autora defende que “o jornalismo regional tem um papel fundamental na revalorização das singularidades e regionalismos, bem como na formação de identidades e representação da cultura na mídia” (Jasper, 2016, p. 7). Para essa análise, o contexto histórico, cultural e de colonização do estado do Paraná (área de produção e circulação dos jornais analisados) é considerado, dialogando, principalmente, com a influência da cultura gaúcha que, conforme a pesquisa, “criou raízes e foi apropriada, modificada e assimilada pelo povo paranaense” (Ibidem):

Com a análise dos dados, pôde-se perceber como as especificidades regionais e as características do jornalismo regional interferem no tratamento dado pelos diários ao tema. Uma das constatações aponta que, quanto maiores as cidades e tiragens dos jornais, menor é a quantidade de referências à cultura gaúcha, muito provavelmente em função da pluralidade cultural que advém de públicos numericamente maiores. O estudo indica ainda que, no Oeste e Sudoeste do Paraná, são publicadas mais notícias sobre o gauchismo, pelas particularidades da colonização da região. (Jasper, 2016, p.7)

Também há pesquisas do PPGJor que colaboram com o conhecimento do Jornalismo, principalmente, ao investigar realidades dos profissionais em seus territórios. É o caso, por

exemplo, da pesquisa intitulada "A formação profissional de editores no *Diário dos Campos* e na *Gazeta do Povo*", defendida por Gisele Barão no PPGJor em 2015. Aplicada ao contexto profissional paranaense, a dissertação evidencia como "a atividade do editor é composta por competências relacionadas à deontologia do Jornalismo e pelo desenvolvimento no mercado" (Silva, 2015, p. 65). Os resultados também indicam que, nos cursos de Jornalismo do estado do Paraná, os currículos tendem a ter uma grade focada na formação, principalmente, de repórteres e não para o ensino de técnicas de edição (Silva, 2015). Tais resultados também vão ao encontro de outra colaboração das pesquisas de pós-graduação em Jornalismo, que contribuem com o diagnóstico de formação e podem embasar propostas pedagógicas e estratégias curriculares dos cursos. Essa contribuição tem o potencial de ser mais rica da perspectiva local, porque pode considerar particularidades e demandas, sociais, culturais e econômicas, específicas dos territórios na análise.

A dissertação "As mulheres no jornalismo do Paraná: uma análise de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho", defendida por Lígia Tesser Pereira em 2020, também contribui com o diagnóstico profissional, adicionando a dimensão do gênero na avaliação dos problemas enfrentados por jornalistas nas redações locais. Em sua apresentação, a autora destaca que "com o estudo das desigualdades de gênero enfrentadas pelas jornalistas no Paraná, pretende-se contribuir com o conhecimento e difundir as experiências das jornalistas no âmbito periférico, uma vez que esses estudos tendem a se concentrar em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo" (Pereira, 2020, p.10).

A redação jornalística do interior também é foco da pesquisa desenvolvida por Carla Andréa Mazzochin. Intitulada "Enxugamento das redações de telejornalismo no interior do Paraná: abordagem sobre uma redação do principal conglomerado regional – *RPC/ Rede*

Globo", a dissertação foi defendida em 2023. A partir de entrevistas e observação direta no ambiente de trabalho dos profissionais, ficam evidenciadas "as mudanças no telejornalismo no interior do Paraná, impactadas pelas transformações tecnológicas, bem como o enxugamento de profissionais nas redações, com demissões de pessoal e extinção de funções" (Mazzochin, 2023, p. 7).

Não são só os veículos e as redações locais/regionais, mas também os objetos de atenção das pesquisas de mestrado do PPGJor. Do mesmo modo que as pesquisas de recepção aos processos de pós-produção e circulação jornalísticos, outros objetos de investigação podem colaborar analiticamente com o nível de informação política do debate público – o que é de interesse do jornalismo. Sobre isso, um dos exemplos de pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGJor é o estudo de Edson Gil Santos Júnior, defendido em 2015, com o título "O jornalismo da fonte como parte necessária de um jornalismo plural democrático: as rotinas da divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná".

A dissertação indica transformações da produção do conteúdo jornalístico, produzido pelo setor de comunicação da instituição, diante das mudanças tecnológicas da informação. Também identifica a busca pela objetividade "como ferramenta para alcançar a credibilidade e, assim, em um contexto de jornalismo pluralizado, pela grande demanda de informações disponíveis, se consolidar como referência especializada confiável, frente a outros meios" (Santos Jr., 2015).

De modo semelhante, menciona-se a dissertação "Jornalismo sindical paranaense: características da produção editorial dos jornais de seis sindicatos de Curitiba, PR", defendida por Alex Ribeiro em 2016. A seleção de seis veículos de imprensa sindical da capital paranaense faz com que a análise também seja impactada pelas pautas e demandas dos movimentos de trabalhadores locais, uma vez identificada a "marca da imprensa sindical, o protagonismo da

própria entidade sindical nas temáticas abordadas e da diretoria do sindicato como fala predominante nos jornais à frente dessa produção jornalística” (Ribeiro, 2016).

Menciona-se também a pesquisa “Jornalismo a serviço de quem? Produção editorial informativa em assessorias de imprensa de prefeituras no interior do Paraná”, defendida por Matheus Kara em 2017. O trabalho considera que as características da comunicação e gestão local de cidades do interior também contribuem com o campo voltado para a relação sociopolítica dos territórios onde essas informações são produzidas e circulam.

Em 2024, Luiza Moro defendeu a dissertação “O radiojornalismo no interior do Paraná: as lógicas de produção da notícia na rádio *CBN Ponta Grossa*”, que tem como foco investigar a produção jornalística local de uma rádio *all news* filiada a um grupo nacional. Tensionando a produção noticiosa local e a cabeça de rede, a pesquisadora evidencia que:

A notícia, apesar da tentativa de aproximação com o local, acaba sendo distanciada, afastando-se da própria natureza do rádio, vista a falta de produção própria e a excessiva utilização de matérias externas. Subordinada à cabeça de rede, ao encontro da objetividade, a notícia na *Rádio CBN Ponta Grossa*, é veiculada, sobretudo, de forma a preencher a grade de programação, o que gera distanciamento do interesse público do município. (Moro, 2014, p. 89)

Embora a facilidade de acesso e a proximidade aos produtos, instituições e atores do campo jornalístico justifiquem a maior parte

das dissertações do PPGJor voltadas para as regiões dos Campos Gerais e do estado do Paraná, evidencia-se que isso não restringe a abrangência das pesquisas realizadas no programa. Tampouco, a produção de conhecimento sobre Jornalismo é delimitado territorialmente. Temos pesquisas que debatem diretamente a relação do Jornalismo com outras localidades e territórios subnacionais.

A dissertação "A cultura nos diários maranhenses: uma análise editorial dos jornais *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial*, *Pequeno* e *O Progresso*", de Thais Reis, defendida em 2017, é um primeiro exemplo disso. Com foco na temática cultural, a pesquisa se dedicou à análise de 224 edições desses veículos regionais, que têm influência relevante sobre o fluxo de informações no território maranhense. Entre os resultados, evidencia-se "a presença de uma cultura enraizada nas realidades das cidades-sede dos veículos (São Luís e Imperatriz) e distante das tradições e manifestações populares" (Reis, 2017).

No mesmo ano, Nayane Cristina Rodrigues Brito defendeu a dissertação intitulada "Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do sul do Maranhão: mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos". Em contribuição direta às pesquisas da interface da Geografia com a Comunicação e o Jornalismo, o trabalho oferece um mapeamento cartográfico radiofônico do sulmaranhense, abrangendo 61 emissoras. Um dos resultados da pesquisa é a evidência de que o volume do noticiário produzido por essas emissoras é inferior à quantidade de reprodução de "informações noticiosas adquiridas em sites, blogs, agências de notícias radiofônicas, *WhatsApp*, entre outros. Uma situação relacionada diretamente à dinâmica de funcionamento dessas emissoras, com poucos profissionais para o trabalho de apuração" (Brito, 2017).

Os resultados obtidos apresentam uma cartografia do rádio sulmaranhense, com a existência de 61 emissoras. Quanto ao radiojornalismo, a produção de notícias é inferior à reprodução de informações noticiosas adquiridas em sites, blogs, agências de notícias radiofônicas, *WhatsApp*, entre outros. Uma situação relacionada diretamente à dinâmica de funcionamento dessas emissoras, com poucos profissionais para o trabalho de apuração.

Gustavo Ribas, por exemplo, defendeu, em 2017, a pesquisa "(In)dependência das iniciativas jornalísticas digitais do século XXI com escopo na região amazônica: análise dos sites *Amazônia Real e Infoamazonia*". Como o título indica, a dissertação debate, principalmente, a noção de independência dos novos veículos jornalísticos da era digital, com estudo de casos múltiplos, a partir de dois portais voltados para a realidade amazônica.

Outra investigação sobre o Jornalismo no território amazônico foi realizada por Abinoan dos Santos e defendida em 2019. Com o título "A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990)", a pesquisa mapeou veículos e delimitou marcos jornalísticos, com enfoque nos aspectos socioeconômicos, tecnológicos e culturais da região:

Por ser uma mídia fora do eixo *mainstream*, o jornalismo regional emerge como principal aporte teórico, contudo, esta pesquisa propõe um novo termo, o Jornalismo Amazônico, delineado pela especificidade logística da região. Este estudo culminou na catalogação de 27 iniciativas jornalísticas entre jornais impressos, rádios e TVs, que representaram 47 marcos na história do jornalismo amapaense. (Santos, 2019, p. 09)

Outra pesquisa em que os aspectos geográficos são considerados é a dissertação “Olhar para a fronteira: O fazer jornalístico em *La Voz de Cataratas* (Puerto Iguazú/Argentina), *Gazeta Diário de Foz do Iguaçu* (Foz do Iguaçu/Brasil) e *Vanguardia* (Ciudad del Este/Paraguai)”, de Márcio Barbosa Norberto, publicada em 2018. Esse é um exemplo importante de que a localidade não se restringe à divisão político-geográfica do território. As regiões fronteiriças, como os municípios brasileiros na divisa com outros países latino-americanos, constituem-se localidades por suas próprias culturas e relações sociais cotidianas. Em sua investigação, Norberto (2018) analisou “as formas de representação da realidade fronteiriça, a tematização predominante, as fontes utilizadas, entre outras características próprias do fazer jornalístico” (p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência relatada e da análise das dissertações de mestrado defendidas no PPGJor da UEPG, identifica-se que o desenvolvimento regional se constitui como uma das características das pesquisas desenvolvidas. A partir das referências mobilizadas, entendemos a relevância das localidades e seus sistemas para a formação das identidades. O jornalismo local e/ou regional constitui-se um dos elementos que forma e determina tais identidades locais, a partir da proximidade.

Entende-se, portanto, a discussão como inicial. Essa primeira análise descritiva e exploratória também servirá para observar elementos que corroboram com a bibliografia trabalhada diante da dimensão geográfica, como eixo relevante para determinar as identidades, as características e contribuir para definição do conceito de um jornalismo local/regional. Na pesquisa mais completa, em desenvolvimento, buscaremos aprofundar a análise sobre as características dessas dissertações, por exemplo, considerando a análise da formação e territórios de origem dos pesquisadores, bem

como as referências bibliográficas mais acionadas, metodologias e outras particularidades dos objetos e recortes investigados por essas dissertações.

De todo modo, como procuramos expor aqui, temos indícios de uma identidade do PPGJor/UEPG em construção, vinculada a contribuir com o conhecimento sobre Jornalismo e localidades. Isso se dá pelos objetos e temas investigados dentro da área de Processos Jornalísticos, bem como pela geolocalização do programa em uma cidade do interior com influência regional, além do intercâmbio do corpo discente, oriundo de diferentes localidades, de dentro e fora do país, para realizar a pós-graduação em Jornalismo em Ponta Grossa.

REFERÊNCIAS

BRITO, N. C. R. **Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do Sul do Maranhão** – Mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual De Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2017.

DEOLINDO, J. S. **Regiões jornalísticas: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

DEOLINDO, J. Milton Santos: textos e conceitos para o estudo da mídia do interior. In: BALDESSAR, M. J.; MONJE, D. I. (Orgs.). **Diálogos latino-americanos: comunicação e democracia em tempos de convergência**. São Paulo: Intercom, 2018.

JASPER, A. **Marcas de um jornalismo regional: Identidade cultural gaúcha nos diários paranaenses**. 2016. Dissertação (Mestrado).

Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2016.

MOREIRA, S. V.; *et al.* (Orgs.) **10 anos**: O percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 2019.

MOREIRA, S. V. *et al.* (Orgs.) **15 anos**: Geografias da comunicação: orientações teóricas e metodológicas do percurso. São Paulo: Intercom, 2024.

MORO, L. Z. **O radiojornalismo no interior do Paraná**: As lógicas de produção da notícia na *Rádio CBN Ponta Grossa*. 2024. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2024.

NORBERTO, M. B. **Olhar para a fronteira**: O fazer jornalístico em *La Voz de Cataratas* (Puerto Iguazú/Argentina), *Gazeta Diário de Foz do Iguaçu* (Foz do Iguaçu/Brasil) e *Vanguardia* (Ciudad del Este/Paraguai). 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2018.

PEREIRA, L. T. **As mulheres no Jornalismo do Paraná**: uma análise de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho. 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2020.

PPGJOR-UEPG. **Avaliação do Programa Quadriênio 2017-2021**. Sucupira, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/coleta_online/proposta/formProposta-Progama.jsf?cid=. Acesso em: 19 nov. 2024.

PPGJOR-UEPG. **Site do PPGJor/UEPG**. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgjor/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

REIS, T. A. A study on local and regional journalism in Brazil: a survey of theses and dissertations (2010–2020). **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 3, 2022, p. 574–597. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1541>. Acesso em: 05 nov. 2024.

REIS, T. A. Região das Notícias: um estudo da representação regional nas páginas do jornal Correio. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 26, jan./jun. de 2018, p. 59-74. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/5981>. Acesso em: 05 nov. 2024.

RIBAS, G. P. **(In)dependência das iniciativas jornalísticas digitais do século XXI com escopo na região amazônica: análise dos sites *Amazônia Real* e *Infoamazonia***. 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2017.

RIBEIRO, A. T. **Jornalismo sindical paranaense: características da produção editorial dos jornais de seis sindicatos de Curitiba, PR**. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2016.

SANTOS, A. S. **A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990)**. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2018.

SILVA, G. B. **A formação profissional de editores no *Diário dos Campos* e na *Gazeta do Povo***. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2015.

SOUZA, J. J. G.; LIMA, M. E. O. Territórios jornalísticos: interseções, contraposições, complementações e similitudes nas definições conceituais. *Lumina*, v. 16, n. 3, set./dez. 2022, p. 20-36.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e metodologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

“QUEM SABE DA FAVELA É O FAVELADO”: Estudo de caso do projeto Voz das Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o jornalismo comunitário

Jade Gonçalves Castilho Leite

INTRODUÇÃO

A partir do estudo de caso do jornal comunitário *Voz das Comunidades*, o presente trabalho analisou a comunicação comunitária na prática. Além disso, observou-se como esse espaço pode possibilitar a construção de outras narrativas sobre as regiões, por meio do olhar de quem vive e constrói o território, valorizando suas potencialidades e olhares. Desenvolvido no âmbito do trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em Educomunicação feita pela autora, o artigo revisita, atualiza e compila o estudo feito anteriormente.

Retomando os conceitos de jornalismo comunitário e Educomunicação, a pesquisa evidenciou a importância da

comunicação como direito e as possíveis contribuições da *práxis* educacional para projetos feitos em uma comunidade. Na Educomunicação, alguns autores já discutem a comunicação em comunidade. Ao longo das últimas décadas, o direito humano à comunicação tem sido debatido e reconhecido por diversos instrumentos legais, como a própria Constituição Federal de 1988. Para além dos direitos constitucionais, é importante retomar os fundamentos ontológicos da comunicação na formação da sociedade. Assim, ela se dá como uma situação social, na qual as pessoas criam conhecimento juntas, humanizando o mundo. Nesse sentido, o jornalismo comunitário se alinha à uma comunicação educacional, uma vez que visa a desenvolver ecossistemas comunicativos democráticos. A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, haja vista que possibilita que a pessoa se torne sujeito de atividades dos meios de comunicação.

O objeto deste trabalho foi o *Voz das Comunidades*. Para fundamentar a análise, foram realizadas entrevistas em profundidade com Rafael Costa, repórter, e com o fundador do *Voz*, Rene Silva, em relato cedido à pesquisa, além da revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Definido como um jornal comunitário, o veículo apresenta essa proposta na elaboração de suas reportagens, produtos noticiosos e midiáticos.

Ao trabalhar temas de interesse dos moradores das comunidades, os textos trazem o olhar dos repórteres que vivem lá, ou seja, fogem dos estereótipos e estigmas presentes nos meios de comunicação pertencentes aos monopólios de mídia no Brasil. Rafael Costa é jornalista e atua como repórter do jornal comunitário *Voz das Comunidades* desde fevereiro de 2022. Na escrita e apuração das pautas, de acordo com Rafael, o jornalista entra e apura a pauta detalhadamente para a produção do texto; dirige-se ao local do acontecimento, conversa com os moradores da

comunidade e aciona órgãos públicos, instituições e entidades envolvidas. Sob essa perspectiva, a prática jornalística dos repórteres se dá em um processo dialógico com a comunidade, trazendo seu olhar e vivência, com o agir educomunicativo.

Com isso, o jornalismo dentro das comunidades é uma perspectiva independente, pública e cidadã, voltada à participação dos sujeitos. Enquanto atividade da mídia alternativa, pode ser relacionado às práticas educomunicativas, em especial quando se converte em estratégia para a expressão e circulação de perspectivas pouco evidenciadas sobre o mundo. No caso do projeto analisado, o olhar dos moradores das comunidades do Rio de Janeiro se faz presente nas pautas e notícias apuradas pelos repórteres. No entanto, o *Voz das Comunidades* ainda não traz o morador para o centro da produção desse ecossistema comunicativo. Por fim, as reflexões e questões trazidas neste trabalho buscaram contribuir para o debate entre as relações da Educomunicação com o jornalismo comunitário e como esse exercício defende o direito humano à comunicação e ao conhecimento como bandeira de luta.

DIREITO À COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

Ao longo das últimas décadas, o direito humano à comunicação tem sido debatido, questionado e reconhecido por diversos instrumentos legais e entidades. O pacto civilizatório da Constituição Federal de 1988 marca direitos e deveres de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras. Com relação ao direito de comunicação, no Capítulo V, Artigo 220, é garantida a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação. De qualquer forma, processo ou veículo de comunicação não sofrerão nenhum tipo de restrição ou censura. Assim, é assegurado a todos o acesso à informação.

Além do direito à informação, a Constituição Cidadã assegura a toda pessoa o direito à liberdade de pensamento e de expressão.

Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideais de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Artigo 19, assegura que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio. Outros direitos presentes e assegurados pela Declaração são o direito à liberdade de informação e o direito ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação, como uma questão de cidadania.

Na carta magna brasileira, os direitos à educação e à informação estão circunscritos, mas não basta somente essa garantia constitucional. Também é preciso que se cobre o dever do Estado para seu cumprimento e observância. “Comunicar, expressar livremente fatos e ideias, pressupõe o domínio do código e o acesso aos conteúdos que permitirão produzir mensagens e difundi-las, divulgá-las” (Melo, 1986, p. 69). Para além dos direitos constitucionais e do reconhecimento da comunicação como direito humano, é importante retomar os fundamentos ontológicos da comunicação na formação do ser humano e da sociedade.

Nesse sentido, dois aspectos inerentes a uma sociedade é a comunicação e a ‘leitura’ da palavra. O ser humano precisa se comunicar para manter sua sobrevivência em uma comunidade de caráter coletivo. O conceito de comunicação perpassa as relações sociais e o próprio processo de aprendizado e leitura da realidade. A necessidade de comunicação está intimamente relacionada ao pensamento humano, segundo os psicólogos Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) e Alexei Leontiev (1903-1979). Os seres humanos, a partir da evolução natural, tornaram-se biologicamente

aptos à realização do trabalho, influenciados mutuamente a essas mudanças por essa atividade, como um processo que liga o homem à natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza.

A comunicação perpassa as relações sociais, processos de aprendizado e leitura da realidade desde o alvorecer do processo de evolução de nossa espécie. Comunicar é construir laços de sociabilidade, faz parte da edificação das instituições sociais. A partir disso, vê-se necessário o entendimento do processo de se comunicar, a importância da linguagem e o seu caráter fundamental a um indivíduo no meio social. Assim como apontar a relação entre a linguagem e o pensamento no processo de comunicação, também é preciso refletir acerca da leitura da palavra. De acordo com Paulo Freire (2017), a leitura do mundo precede a leitura da palavra como parte desse aprendizado, no qual o contexto social e cultural de qualquer indivíduo deve ser considerado no âmbito do estudo. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Nessa perspectiva, entende-se que a leitura e a comunicação são procedimentos em que os envolvidos fazem parte da construção e desenvolvimento de ambos, atuando como sujeitos. Segundo Freire (2017), na prática da comunicação democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas, tendo seus comandos dados a partir de palavras, temas significativos e da experiência comum de quem recebe e produz as informações veiculadas e produzidas. A comunicação se dá como uma coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer e implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. A comunicação se entende como o diálogo na medida em que não é transferência de conhecimento, mas um encontro dos sujeitos e interlocutores que seguem em busca pela informação. Assim, de acordo com Lima (2011), a comunicação é uma situação social, na qual as pessoas criam conhecimento juntas, transformando e humanizando o

mundo, não o impondo. Kaplún, na obra “El Comunicador Popular” (1985), afirma que a verdadeira comunicação não se dá por um emissor, que fala, e um receptor, que escuta.

La verdadera comunicación -dicen- no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales). Es a través de ese proceso de intercambio cómo los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria. (Kaplun, 1985, p. 68)

Sob esse olhar, a comunicação se dá na parceria dos sujeitos, cujo objeto do conhecimento não pode se constituir, exclusivamente, no pensamento, mas sim na mediação das relações entre os seres humanos e o mundo.

EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE INTERFACE

A partir do pressuposto da comunicação como um processo da troca e do compartilhamento de informações, a Educomunicação surge como a interface e a relação dialógica entre os conceitos. A comunicação, palavra derivada do latim *communicare*, que significa tornar comum, partilhar, trocar, constitui-se como uma atividade educativa, pois por meio dela é possível compartilhar experiências, ideias, sentimentos e atitudes entre pessoas de uma mesma geração ou de gerações diferentes.

Pode-se dizer que o domínio desse campo do conhecimento e atividade é um espaço de questionamentos, de busca de conhecimentos e construção de saberes, sendo também um espaço para ações e experiências que levam a saberes ou partem deles para outros. A educação só é possível enquanto ação comunicativa, uma vez que a comunicação se configura como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano.

Toda comunicação, enquanto produção simbólica e intercâmbio de transmissão de sentidos é, em si, uma ação educativa. Uma comunicação dialógica e participativa, no espaço de ecossistema comunicativo entre professor, aluno e comunidade contribui para a prática educativa e, conseqüentemente, o aumento da motivação por parte dos educandos, a maximização das possibilidades de aprendizagem, da tomada de decisão e da mobilização para ação.

A Educomunicação, ao reconhecer e codividir preocupações, situa-se em um local de interface. Sua função é a de qualificar relações, por meio de pressupostos, como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação. Outro conceito-chave nesse novo campo é o de ecossistema comunicativo, usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de relações são implementados:

O conjunto das ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, dessa forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os

membros das comunidades educativas.
(Soares, 2011, p. 36)

A Educomunicação não diz respeito imediato ou especificamente à educação formal e nem ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), mas sim se apresenta como um espaço de aprendizagem a respeito dos benefícios da adoção desse conceito. Assim, foi percebido que o exercício de produzir conteúdo comunicativo de forma democrática e participativa e o pressuposto de trabalhar a leitura crítica da mídia representam diferenciais em relação a outras experiências e promulgam a Educomunicação enquanto campo interdisciplinar e interdiscursivo de estudos e práticas sociais.

A Educomunicação surge, com isso, como uma área de mediações, a qual cria ecossistemas comunicativos que sejam instrumento no eixo norteador dos processos educativos. Com a comunicação como parte do processo educativo, a Educomunicação parte do princípio de que educar pela comunicação e desenvolver uma relação de interdisciplinaridade e interdiscursividade são fundamentais para a formação de um indivíduo com senso crítico, independência de pensamento e com ampla leitura de mundo. Educar o público receptor para que tenha uma atitude crítica perante o impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias têm como fim neutralizar os efeitos negativos de manipulação e massificação.

A educação para a comunicação deve oferecer condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos de comunicação em que está inserida, ajudando seus membros a desvendar os mecanismos pelos quais a sociedade exerce sobre o povo. Deve, ainda, favorecer o exercício de práticas comunicacionais democráticas e libertadoras nas brechas de uma educomunicação possível:

É nesta encruzilhada entre o existente e o a ser construído que encontramos a educomunicação possível, isto é, práticas educacionais que acontecem na fresta, na brecha do sistema em crise, que resulta do atrito entre velhas práticas e estruturas organizacionais, e as novas realidades cotidianas e seus desdobramentos, como é o que vem ocorrendo nos campos da comunicação e da educação existentes, e que desafiam todos a lidarem com o novo a partir da herança cultural que temos e no contexto social em que vivemos, manifestados em hábitos, concepções e valores. (Viana, 2017, p. 926)

A Educomunicação é feita por meio das práticas sociais, que resultam em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais e educativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo.

JORNALISMO COMUNITÁRIO E EMANCIPAÇÃO: UMA PRÁTICA INCLUSIVA

O jornalismo, ao longo da sua história desde o início da circulação da *Acta Diurna*, do surgimento da prensa de Gutenberg no século XV às mídias sociais, dá-se no tecer das relações sociais e da trama de interações entre diversos sujeitos em um espaço e tempo enquanto uma narrativa da atualidade. O jornalismo comunitário surge como alternativa para a democratização da mídia, principalmente, no caso brasileiro, que sofre de concentração de

propriedade do monopólio de mídia. Desse modo, o jornalismo comunitário pode ser uma ferramenta para ampliar o acesso à informação, à disponibilidade das informações, propiciar interlocução entre produção e recepção do conteúdo dos veículos comunitários, com uma maior representatividade da comunidade.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita que a pessoa se torne sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares (Peruzzo, 2000). A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o modo de ver o mundo e de se relacionar com ele. Tende a agregar novos elementos a sua cultura. Os meios de comunicação comunitários e populares têm o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular, produção de conteúdos informacionais e culturais, e espaços de gestão da comunicação.

Contribuem, com isso, para a construção da cidadania e como um mecanismo de potencial educativo, enquanto o processo de trabalho e pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Por meio de conteúdos, o jornalismo comunitário pode facilitar a compreensão das relações sociais, a socialização do conhecimento, assuntos políticos do país, esclarecer acerca dos direitos humanos e discutir os problemas locais:

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária, contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, fazem-se

protagonistas da comunicação e não somente receptores. (Peruzzo, 2000, p.11)

As relações entre educação e comunicação no ambiente comunitário desenvolvem conhecimento e mudam o modo dos sujeitos envolvidos de se relacionarem com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Com essas atividades, os sujeitos apropriam-se de técnicas e instrumentos tecnológicos do processo de produção da notícia, adquirindo uma visão mais crítica, tanto pelas informações e formações que recebem, quanto pelo que aprendem através da vivência e da prática.

O traço mais marcante desse jornalismo, segundo Raquel Paiva (2006), é a relação estreita com a realidade e os interesses de uma coletividade específica, nesse caso, a comunidade em que atua. Se um acontecimento possui interesse direto para uma coletividade, torna-se fato jornalístico e, para tanto, recebe o tratamento que o caracteriza definitivamente como assunto pertinente e parte da agenda temática da coletividade, portanto, sua pauta. Nessa abordagem, é fundamental que não se perca o seu aspecto principal, por conseguinte, a capacidade de produzir olhares inclusivos sobre a comunidade e sobre o outro, a partir de um olhar próprio e protagonista. O jornalismo comunitário se insere, assim, na discussão sobre os destinos do jornalismo na busca de alternativas particulares para as questões e revisões necessárias e na proposição de narrativas inclusivas. “A produção de narrativas inclusivas tem como pressuposto que o conhecimento do cotidiano do outro é capaz de produzir um reconhecimento de identidade entre os indivíduos” (Paiva, 2006, p. 70).

O crescente potencial dos meios comunitários de comunicação está na possibilidade de eles ampliarem as relações evidentes entre Comunicação e Educação, com o uso de propostas de produção coletiva, inclusive na perspectiva da Educomunicação entre suas

atividades. Com isso, é possível pensar, sob a luz dessa perspectiva, o potencial educativo dos meios de comunicação comunitários e sua afinidade com os princípios de cooperação e solidariedade, fundamentais para o fortalecimento de indivíduos e grupos. Ao pensar o jornalismo como ação cultural pela emancipação dos sujeitos, Dennis de Oliveira (2014) retoma Freire e relaciona a prática jornalística com a educação enquanto ações para a liberdade em um ato de amar. "Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico" (Oliveira *apud* Freire, 1987, p. 50).

VOZ DAS COMUNIDADES: UM ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa fundamentou-se na pesquisa bibliográfica e no estudo de caso, com entrevistas em profundidade semiestruturadas e análise de conteúdo do objeto estudado: o jornal comunitário *Voz das Comunidades*. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa tem seu foco nas questões da realidade que não são possíveis de serem quantificadas, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Com isso, foi desenvolvida uma análise focada na atuação do projeto *Voz das Comunidades*, com o objetivo de investigar como a Educomunicação pode contribuir para a atuação e produção de conteúdos da iniciativa de jornalismo comunitário.

Para Duarte e Barros (2005), a análise aprofundada do método do estudo de caso revela uma riqueza de possibilidades de pesquisa. O pesquisador trabalha com o pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas que está sempre em construção e, por isso, faz parte de sua função indagar e buscar novas respostas ao longo da investigação. Também pretende-se observar as narrativas sobre o território produzidas pelos próprios moradores e como a Educomunicação e sua epistemologia considera esses ecossistemas

como espaços de promoção do diálogo e protagonismo dos sujeitos.

Criado em 2005, por Rene Silva dos Santos, o jornal comunitário *Voz das Comunidades* surgiu por meio da inspiração do jovem estudante no *Jornal Vip*, publicação que existia na Escola Municipal Alcides de Gasperi, no bairro de Higienópolis, próximo à comunidade do Morro do Adeus, no Rio de Janeiro (RJ). Em 2010, o *Voz das Comunidades*, com cinco anos de atividade, recebeu destaque em mídias nacionais e internacionais, repercussão que segue até os dias atuais, com 17 anos de trabalho de comunicação comunitária.

Atualmente, a equipe do *Voz* é formada por 33 pessoas, divididas em equipes de comunicação, produção e responsabilidade social, fotógrafos e cinegrafistas, jornalistas, repórteres, conselheiros e redação. O jornal comunitário independente conta com notícias e reportagens disponíveis no site do projeto com periodicidade semanal e edições impressas, feitas até junho de 2022.

Com abrangência no Complexo do Alemão, no Complexo da Penha e no Vidigal, uma favela na zona sul do Rio de Janeiro, o jornal, ao compartilhar o cotidiano das comunidades partindo do olhar dos seus moradores, partilha de um discurso identitário e dialógico enquanto mídia alternativa, em contraponto ao que é veiculado na mídia hegemônica. Nesse sentido, compreende-se a mídia alternativa como aquela que mostra leituras da realidade que apontam as contradições do sistema político e econômico, que percebem o mundo além do que já é dado, do factual e compreendem a sociedade em suas particularidades, historicidades etc. As mídias alternativas se constituem, assim, como possibilidades de outros discursos e de formas de organização midiática (Haubrich, 2017).

Um outro exemplo, que pode ser trabalhado nesse contexto, é a seleção de notícias para a montagem de um noticiário de um jornal

comunitário. Para isso, é preciso conhecer os mecanismos da produção da notícia, o que é relevante e de interesse público da comunidade. Assim, o responsável consegue selecionar, escrever e editar os conteúdos de extrema importância para os moradores da comunidade e reflete, criticamente, acerca do que é veiculado pelos meios de comunicação e pela mídia hegemônica.

Os meios de comunicação, implementados no contexto das organizações progressistas da sociedade civil, assumem mais claramente um papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens, quanto pelo processo de participação popular que eles podem arregimentar na produção, planejamento e gestão da própria comunicação.

Para o entendimento do processo de produção das notícias e reportagens do portal *Voz das Comunidades*, a autora realizou uma entrevista com o repórter Rafael Costa, jornalista gaúcho que vive no Rio de Janeiro (RJ). Segundo ele, as pautas são enviadas, majoritariamente, pelos moradores das comunidades cariocas, apontando, muitas vezes, problemas de infraestrutura, operações da polícia, por exemplo, noticiadas na mídia hegemônica sem o lado de quem as vive e convive com a violência e truculência do poder público.

A participação popular é algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a mexer com a cultura, a construir e reconstruir valores, a contribuir para uma maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de

comunicação de massa. (Peruzzo, 2000, p. 17)

Na reportagem “Favela pede paz, basta de covardia’, moradores reclamam de três dias seguidos de operação policial na Maré” (Figura 1), o jornalista Rafael Costa detalha as ações conjuntas da Prefeitura, Polícia Civil e Militar e os impactos aos moradores da favela da Maré, localizada na Zona Norte da cidade.

Figura 1 - Notícia publicada sobre Operação Policial na Maré

‘Favela pede paz, basta de covardia’, moradores reclamam de três dias seguidos de operação policial na Maré

Ação conjunta de Prefeitura, Polícia Civil e Militar impacta moradores da favela da Zona Norte da cidade

Por Rafael Costa
21/08/2024 - 08:10



Fonte: *Print* realizado pela autora.

Com relatos de moradores, o repórter elabora a reportagem com os prejuízos causados ao cotidiano deles, como a perda de aulas nas escolas e o medo da violência. Além da fala dos personagens centrais nesse fato, Rafael questiona os órgãos responsáveis pelas operações policiais a respeito do trabalho realizado ao longo de semanas, meses e até anos nesses locais. A fotografia utilizada para compor o texto retrata uma residência destruída e vazia, após o uso de bombas e explosivos. O debate relatado no texto se difere das notícias veiculadas na mídia hegemônica ao dar visibilidade ao relato de quem vivencia as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro.

Já na notícia “Exposição ‘Favela em Fluxo’ chega no museu da Maré” (Figura 2), a repórter Samantha Millan traz um outro lado pouco abordado na mídia tradicional sobre a favela: uma exposição artística. O texto traz as informações gerais da mostra itinerante e o convite ao público para refletir sobre os fazeres culturais das periferias, com a intenção de promover a valorização e o reconhecimento de suas expressões artísticas. Com a fotografia de uma das obras, tem-se um colorido pouco explorado.

Figura 2 - Notícia publicada sobre exposição artística na Maré

Exposição 'Favela em Fluxo' chega no museu da Maré

A mostra já reuniu mais de 34 mil pessoas por todo o Brasil e chega gratuitamente na Maré.

Por Samantha Millan
02/10/2024 - 10:57



Foto: Tati Freitas

Fonte: *print* realizado pela autora.

Ao trabalhar temas de interesse dos moradores das comunidades, os textos trazem o olhar dos repórteres que vivem lá, ou seja, fogem dos estereótipos e de pautas estigmatizadas presentes nos meios de comunicação pertencentes aos monopólios

de mídia no Brasil. Por isso, projetos como o jornal comunitário *Voz das Comunidades* são mecanismos de resistência e luta dos moradores desses locais, que encontram em veículos de comunicação como o *Voz* espaço para diálogo e promoção de pautas relevantes para sua realidade e na comunidade em que vivem:

Eu acredito que o *Voz* impacta muito justamente pela estrutura comunicacional que ele conseguiu criar, de ter os moradores perto e falar sobre os moradores e com os moradores, o que só o jornalismo comunitário é capaz de fazer e tem o poder de produzir. Agora que o trabalho do Rene [Silva], o *Voz*, alcançou 16 anos, fazer uma reflexão de olhar para trás e ver como a história do *Voz* correu e como ele cresceu, é muito significativo ver tudo que ele conseguiu fazer, o impacto que tem. O *Voz* trata de um público que está sempre necessitando de alguma coisa, que é muito injustiçado pelo Poder Público, que não recebe o atendimento correto, tem muitos problemas em questões de infraestrutura, acesso à saúde, educação, diversos problemas sociais. As comunidades são muito atingidas por essas questões. Mas, com o trabalho do Rene [Silva] e do *Voz*, é muito significativo ver o impacto que isso tem. Quando a gente faz uma matéria sobre problema de esgoto aberto, aciona os órgãos públicos responsáveis, no dia seguinte é chamado alguém para resolver e

arrumar, e aquilo ali não é só para o morador que estava reclamando, e sim para a rua toda. A nossa proximidade é tanta, as pessoas, quando as empresas estão fazendo a obra, eles já mandam a foto pra gente mostrando que eles estão trabalhando ali, resolvendo o problema. O dia a dia do *Voz* é falar com a comunidade (Rafael Costa, entrevista à pesquisadora, 2022).

Com relação às diferenças da comunicação produzida com a comunidade e a mídia hegemônica, Rafael Costa relata sua percepção do cotidiano de trabalho e do relacionamento com as comunidades:

Eu confio e acredito muito que a comunicação comunitária vai muito além do que a comunicação hegemônica, sabe, porque isso acontece na prática. Vamos pegar uma comparação que a gente tem, os grandes portais que têm, o *G1*, *Record*, *SBT*, com o *Voz das Comunidades*. O *Voz* tem uma abrangência mais limitada, mas a gente consegue ter as informações mais rápido e ter acesso a informações mais específicas sobre a comunidade. A comunicação comunitária tem um poder muito transformador, assim como a *Globo* pode chegar aqui e fazer uma matéria sobre um problema da comunidade, o *Voz* vai chegar primeiro e contar essa história, além do acesso que o *Voz* tem dentro das

comunidades, o olhar que a gente traz, o olhar da população, com a participação dos moradores. (Rafael Costa, entrevista à pesquisadora, 2022)

Com a linha editorial e proposta de atuação do *Voz* voltada à atuação em parceria com os moradores na consolidação e execução de pautas, o jornal comunitário se associa com a práxis da educomunicação a partir da sua natureza relacional, sendo vivenciada por seus atores sociais e na criação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos abertos (Soares, 2011).

Para este trabalho de pesquisa, foi cedida uma entrevista em vídeo com o fundador do *Voz das Comunidades*, Rene Silva, durante a *Brazil Conference*, evento realizado em Boston, nos Estados Unidos, em 2022, no qual Rene era um dos palestrantes convidados. Vestido com uma camiseta com os dizeres “Quem sabe da favela é o favelado”, Rene reforça o desafio e compromisso do *Voz das Comunidades* em oferecer o acesso à comunicação comunitária:

Hoje, nosso maior desafio é fazer com que mais pessoas tenham acesso à comunicação comunitária. [...] Ainda em 2022, a gente ainda está falando da democratização do acesso à informação, da democratização do acesso à tecnologia. Então, são vários desafios que nós temos em nosso país como um todo. E quem mora em favelas, em zonas rurais, em espaços menos assistidos, em periferias do Brasil como um todo têm menos estrutura ainda, têm menos estrutura para se comunicar, para ter acesso à comunicação. Então, o grande desafio do

Voz das Comunidades é fazer com que mais favelas, mais periferias possam ter veículos de comunicação comunitária, que possam falar por si, como diz na minha camiseta que 'Quem sabe da favela é o favelado', a pessoa que escreve, que está lá relatando o que acontece. (Rene Silva, entrevista cedida pela organização do evento para a pesquisadora, 2022)

Nessa reflexão, o projeto se relaciona com a educomunicação a partir do seu trabalho de criação em conjunto com a comunidade e por meio das práticas sociais, que resultam em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais, educativos e comunicativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo. Ademais da conjuntura problemática de acesso à informação e à comunicação, Rene Silva também reflete e aponta a visão da favela e de quem vive nela veiculada na mídia hegemônica, como Rafael Costa também trouxe em sua entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi apresentado no decorrer deste trabalho, a comunicação comunitária e a educomunicação apresentam relações metodológicas e, especialmente, práticas, no tocante à participação dialógica entre os envolvidos e o discurso construído de forma colaborativa, horizontal e democraticamente. Em julho de 2021, o neologismo “educomunicação” foi incorporado oficialmente ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), da Academia Brasileira de Letras (ABL). De acordo com o documento, a Educomunicação se define como o conjunto de conhecimentos e

ações que visam a desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos, mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (2021). E é justamente apoiado no incentivo e na presença do diálogo com a comunidade e com o olhar de seus moradores que o projeto do jornal comunitário *Voz das Comunidades* trabalha e atua conjuntamente.

A partir das perspectivas trabalhadas com os autores Mario Kaplún e Paulo Freire, compreendemos também que a comunicação e a educação como práticas de liberdade são dialógicas, participativas, problematizadoras, críticas e colocam o povo, o sujeito, como protagonista, a serviço dos seus próprios interesses, e com uma ação educomunicativa feita por e para ele. A comunicação e o jornalismo comunitário, dessa forma, só são possíveis por meio do diálogo, em uma relação horizontal entre os sujeitos. Da mesma forma, essa Comunicação que compreendemos é um ato educativo, assim como a educação é um ato comunicativo.

Na análise do *Voz das Comunidades*, percebe-se a figura do jornalista comunitário, o qual considera as necessidades, os direitos, opiniões, ideias e indagações dos moradores das comunidades em suas produções, que pautam o veículo e trazem para o jornal suas demandas e problemáticas. Por meio das considerações obtidas até esse momento, pode constatar que a comunicação comunitária, quando pautada e ancorada nos princípios da autonomia, liberdade e com a comunidade como protagonista dos processos, é uma possibilidade de se exercer o direito humano e social à comunicação, à liberdade de expressão e ao exercício da democracia e da cidadania para grupos deixados de lado pelo Poder Público e pela mídia hegemônica.

Com isso, entende-se que o universo da Educomunicação perpassa o processo educativo e comunicativo de aprendizado sobre a mídia e de leitura do mundo, a partir da promoção de um olhar crítico, um ambiente de mediação e troca equiparada entre os indivíduos, com o intuito de produzir conhecimento, gerar independência, autonomia, responsabilidade e, até mesmo, respeito e igualdade nas relações sociais. A Educomunicação, ao reconhecer e codividir preocupações, situa-se em um local de interface. Sua função é a de qualificar relações, por meio de pressupostos, como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação. Nessa perspectiva, pode-se pensar como o jornalismo comunitário, enquanto atividade local, cumpre o papel de informar, combate a desinformação, contribui para a identidade e, principalmente, para o desenvolvimento sustentável.

No caso do projeto analisado nesta pesquisa, o olhar dos moradores das comunidades do Rio de Janeiro se faz presente nas pautas e notícias apuradas pelos repórteres. No entanto, o *Voz das Comunidades* ainda não traz o morador, sujeito local, para o centro da produção desse conteúdo e desse ecossistema comunicativo. E, por fim, as reflexões e questões trazidas neste trabalho buscaram contribuir para o debate entre as relações da Educomunicação com a comunicação e o jornalismo comunitários e como esse exercício e prática comunicativa defendem o direito humano à comunicação, à informação e ao conhecimento como bandeira de luta.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Educomunicação (Verbetes). In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Nova Palavra. Rio de Janeiro: ABL, 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 15-47, 2005.

HAUBRICH, A. **Mídias alternativas: a palavra da rebeldia**. Florianópolis: Insular, 2017.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Equador: Editorial Belém, 1985.

LIMA, V. A. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. Paz e Terra, 2011.

MELO, J. M. **Comunicação: direito à informação: questões da Nova e da Velha República**. Campinas: Papyrus, 1986.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e ação cultural pela emancipação**. Uma práxis jornalística com base nos conceitos de Paulo Freire. Tese de livre-docência. São Paulo: ECA/USP, 2014.

PAIVA, R. **Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia**. São Paulo: Intercom/Portcom, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 2007, p. 1-29. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989/11364>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

VIANA, C. E. A educomunicação possível: práticas e teorias da educomunicação, revisitadas por meio de sua práxis. In: SOARES, I. O.; VIANA, C. E.; XAVIER, J. B. (Orgs.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: ABPEducom, 2017, p. 925-942. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/1/1/126-1?inline=1>. Acesso em: 18 dez. 2024.

VOZ DAS COMUNIDADES. Jornal comunitário. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/>. Acesso em: 02 de out. 2024.

JORNALISMO DE PROXIMIDADE E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 NA QUARTA COLÔNIA (RS)¹¹

Amanda Spohr Demamann
Natalie Pereira Soares
Laura Storch
Aline Dalmolin

Nos últimos dias de abril de 2024, um fenômeno climático extremo atingiu a região Sul do Brasil, causando inundações e alagamentos que atingiram grande parte dos municípios do Rio Grande do Sul (RS). As enchentes de 2024, como foram comumente referidas na imprensa e em plataformas de redes sociais, caracterizam-se como um dos mais importantes desastres naturais já registrados no país, tendo afetado 478 municípios e uma população de 2.398.255 pessoas. Em agosto de 2024, a Defesa Civil

¹¹Este trabalho foi financiado pelos editais MCTI/CNPQ Nº 16/2024 (registro 402776/2024-0), CNPq/MCTI Nº 10/2023 (registro 402888/2023-5) e pelo Edital Proext-PG 01/2024-UFSM: Além do Arco (PPG Comunicação).

do RS registrava um total de 806 feridos, 27 desaparecidos e 183 mortes¹². Múltiplos fatores climáticos, registrados em conjunto, caracterizaram esse acontecimento, que mobilizou a atenção de governantes e sociedade civil em diversos municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo reportagem publicada pela BBC Brasil,

As chuvas foram resultado de uma combinação de fatores, entre eles uma massa de ar quente sobre a área central do país, que bloqueia a frente fria que está na região Sul e faz com que a instabilidade fique sobre o Estado, causando chuvas intensas e contínuas. Aliado a isso, o período entre o final de abril e o início de maio de 2024 ainda tem influência do fenômeno El Niño, responsável por aquecer as águas do Oceano Pacífico, contribuindo também para que áreas de instabilidade fiquem sobre o Estado. Tudo isso foi potencializado pelo aquecimento global, que torna os eventos climáticos mais frequentes e cada vez mais potentes. (BBC, 2024)

A Região Central do RS e o Vale do Rio Pardo receberam as fortes chuvas e granizo já no dia 29 de abril. No primeiro dia do mês de maio, quando a cidade de Santa Maria figurava no noticiário como aquela que havia recebido o maior volume de chuvas do

¹² Os dados são do boletim divulgado pela Defesa Civil do RS em 20 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>. Acesso em: 21 ago. 2024.

mundo (GZH, 2024), partes importantes da infraestrutura do município haviam sofrido danos graves, com o registro de queda e danos em pontes, problemas no abastecimento de água e uma morte. Nesse dia, foi declarado Estado de Calamidade Pública no RS. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), de 26 de abril a 5 de maio, choveu 533,3 milímetros em Santa Maria, enquanto a média esperada para abril era cerca de 3,5 vezes menor (BBC, 2024).

O aprofundamento da crise, com o deslocamento das chuvas para outras regiões do RS, chegou em seu ponto de maior atenção alguns dias depois, quando as enchentes atingiram a capital e a região metropolitana¹³. Até o dia 5 de maio, Porto Alegre já havia registrado um acumulado de 418,2 milímetros de chuvas. A densidade populacional, as falhas nos sistemas técnicos de contenção de águas e a abrangência da crise humanitária, registrada a partir de imagens marcantes, deslocaram as atenções da imprensa para longe da região central do estado, acompanhando uma característica das coberturas jornalísticas, de foco nos últimos acontecimentos, e em situações com maior apelo coletivo.

Longe do foco de atenção da imprensa regional e nacional, os municípios que compõem a região central do Estado lidavam com

¹³ O grupo RBS, maior empresa de mídia da região sul do Brasil, concentrou seus esforços de reportagem em uma cobertura ao vivo pelo *Youtube* (@gzhdigital), que se manteve no ar em regime de plantão de notícias entre 2 e 24 de maio de 2024. Ainda que a cobertura buscasse acompanhar os acontecimentos em diferentes pontos do RS, a proximidade física e a relevância pública dos acontecimentos favoreceram uma concentração de apurações na capital e região metropolitana.

as consequências do desastre que, dada a geografia particular da região, incluíam deslizamentos de terra e isolamento prolongado de parcelas significativas da população, o que dificultava o envio de ajuda, os resgates e o acesso a informações relevantes – houve restrições severas na distribuição de energia elétrica e o sinal das operadoras de telefonia móvel e internet estava comprometido. Assim, o acesso a informações desses locais e o envio de informações oficiais pelos órgãos públicos estavam severamente comprometidos, tornando a situação das famílias atingidas ainda mais delicada.

Nesse contexto, um ecossistema local de informações, construído a partir de empresas de mídia, como jornais e rádios, comunicadores comunitários e a auto-organização da sociedade civil a partir de grupos de discussão em plataformas de redes sociais se tornaram fontes fundamentais de informação para a gestão da crise. Esse é o interesse central da discussão deste texto. Partimos do mapeamento sobre iniciativas de jornalismo reconhecidas pelo Atlas da Notícia, uma das principais iniciativas de mapeamento de jornalismo local do Brasil, para discutir os conceitos de “desertos de notícias” e “jornalismo de proximidade”, considerando a relevância de iniciativas locais para a governança de riscos e melhoria da qualidade de vida das comunidades, mas também questionando, a partir da experiências prática das enchentes na região central do RS, os desafios da Comunicação em contextos locais. Para tanto, acionamos o conceito de “jornalismo de proximidade”, buscando qualificar o debate sobre a produção de informações em contextos locais e reforçar a relevância dos processos de comunicação local para a resiliência comunitária, em particular em situações de risco.

DESERTOS DE NOTÍCIAS E AS FUNÇÕES DO JORNALISMO LOCAL

Os processos de transformação, em particular decorrentes da digitalização das redações e do surgimento da internet, a partir do

fim dos anos 1970, foram profundos e apontam questões fundamentais sobre a institucionalidade do jornalismo no contexto contemporâneo. Entre as afetações centrais que têm interessado aos estudiosos, estão as mudanças nos regimes de autoridade do jornalismo, confrontados com as possibilidades de autopublicação promovidas por plataformas acessíveis e com baixos custos de produção, as incertezas advindas do esgotamento do modelo de negócios baseado em publicidade, que sustentou o jornalismo por séculos, e a transição do negócio jornalístico para modelos de convergência amplamente situados no contexto digital (Carbasse; Standaert; Cook, 2022).

Um dos principais relatórios mundiais sobre a situação do jornalismo, o Digital News Report (2020, 2024), elaborado pelo Reuters Institute em parceria com a Universidade de Oxford, apontava que, em 2013, sites de notícias e redes sociais já representavam algumas das principais fontes de notícias para os consumidores brasileiros. No levantamento daquele ano, 90% dos entrevistados diziam consumir jornalismo on-line e 47% dos entrevistados afirmavam se informar pelas redes sociais. No último relatório, publicado em 2024, o consumo de notícias on-line se manteve estável no Brasil, com 74% dos entrevistados optando pelo digital como fonte de informação e 51% afirmando se informar pelas redes sociais. No sentido contrário, os relatórios também destacam a queda no consumo de notícias em meios tradicionais, como televisão e impresso. Em 2013, o consumo de jornalismo pela televisão representava 75% das respostas dos entrevistados no país, enquanto em 2024 essa foi a escolha de apenas 50% dos respondentes. No caso do impresso, esses dados são ainda mais alarmantes, visto que em 2013, 50% dos entrevistados tinham o impresso como fonte de notícias e, em 2024, eram apenas 11%.

O sucesso das publicações digitais foi relevante para que iniciativas tradicionais de jornalismo, em particular impressas,

deixassem de existir. Os estudos de Abernathy (2018) apontam que, entre 2004 e 2018, os Estados Unidos viram o fechamento progressivo de jornais, em particular de iniciativas locais. Foram quase 1,8 mil periódicos descontinuados, a maioria semanais. “70 jornais diários desapareceram do cenário dos EUA, e a maioria deles atendia pequenas e médias comunidades. Apenas quatro dos jornais fechados tinham circulações acima de 100 mil quando encerraram as atividades, e todos os quatro estavam localizados em cidades com pelo menos dois jornais” (Abernathy, 2020, on-line, tradução nossa¹⁴). Além disso, a autora explica que outras 100 publicações, incluindo alguns jornais diários, deixaram de circular no formato impresso e passaram a ser distribuídas apenas no formato digital. “Com o tempo, esses sites enxutos perderam impacto e alcance ou foram absorvidos pelo site de um jornal que conseguiu sobreviver” (Abernathy, 2020, on-line, tradução nossa¹⁵).

O fato, apontado como uma consequência do colapso do antigo modelo comercial de negócios, estimulou o surgimento dos chamados nativos digitais (Silveira; Costa Ramos, 2022), muitos deles orientados a partir de rótulos como “independente” e “alternativo”, que, mesmo em um cenário desafiador, mantiveram-se ativos, “envolvendo processos de digitalização, de esgarçamento do

¹⁴ No original: “70 dailies have vanished from the U.S. landscape, and most of those have been papers serving small and mid-sized communities. Only four of the shuttered dailies had circulations above 100,000 when they closed, and all four were located in two-newspaper cities”.

¹⁵ No original: “Over time, these slimmed-down websites have either withered in terms of impact and reach, or they have been absorbed into the website of a surviving paper”.

significado de comunidade e de incorporação por grandes conglomerados de mídia, de telecomunicações e plataformas digitais” (Moreira; Deolindo, 2013). Entretanto, se, por um lado, a consolidação de iniciativas independentes e produtores de conteúdo tornou-se realidade, por outro, o desaparecimento de veículos, muitas vezes considerados a única fonte de notícias locais, passou a gerar lacunas de informações em diversas regiões, principalmente interioranas.

Espaços como esses foram definidos por Abernathy (2016, on-line) como “desertos de notícias”, uma alegoria para explicar regiões e comunidades que vivem com a ausência de iniciativas de jornalismo comprometidas com a cobertura dos acontecimentos locais, com acesso restrito a notícias sobre sua região ou com acesso a conteúdos com baixa qualidade informativa ou sem credibilidade jornalística. Na visão de Abernathy, os desertos de notícias são ameaças para a dinâmica social norte-americana, visto que “se o jornal local falhar, nenhum outro meio, como televisão ou rádio, é capaz de fornecer a essas comunidades o tipo de jornalismo de serviço público que expõe as questões e responsabiliza os servidores públicos” (Abernathy, 2016, on-line, tradução nossa¹⁶).

No Brasil, o termo é utilizado desde 2017 pelo projeto Atlas da Notícia, produzido em parceria com o Volt Data Lab, agência de jornalismo de investigação, análise e visualização de dados. Os desertos de notícias são definidos pelo Atlas (2023) como “municípios sem veículos jornalísticos” e caracterizam-se por serem

¹⁶ No original: “If the local newspaper fails, no other medium, such as television or radio, is capable of providing these communities with the sort of public service journalism that lays out the issues and holds public servants accountable”.

áreas geográficas, que, desprovidas de iniciativas de jornalismo, conseqüentemente tornam-se espaços desprovidos de informações e notícias locais.

O jornalismo é uma “forma cultural” (Carey, 2022), historicamente reconhecida como instituição social legitimada para narrar os acontecimentos do cotidiano (Fransciscato, 2005). Ao longo de seu desenvolvimento, a partir das relações com outras instituições e atores sociais, o jornalismo passou a cumprir certas finalidades, reconhecidas pelo próprio campo e pela sociedade como parte de um “contrato de comunicação” (Charaudeau, 2006) recíproco. A partir do cruzamento de informações obtidas por uma análise de discursos de veículos, jornalistas e leitores, Reginato (2016) define 12 finalidades para o jornalismo, postuladas em seus estudos. São elas: i) informar de modo qualificado; ii) investigar; iii) verificar a veracidade das informações; iv) interpretar e analisar a realidade; v) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; vi) selecionar o que é relevante; vii) registrar a história e construir memória; viii) defender o cidadão; ix) integrar e mobilizar as pessoas; x) ajudar a entender o mundo contemporâneo; xi) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; xii) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

Sob a ótica da autora, essas finalidades só podem ser cumpridas desde que não se perca o contrato de comunicação de vista, afinal, é ele que “fundamenta a compreensão de que é preciso o reconhecimento dos sujeitos sobre o que é jornalismo” (Reginato, 2016, p. 233). Ou seja, a existência de um consenso entre veículos, jornalistas e leitores que explicitem as finalidades do jornalismo é de suma importância para que este cumpra com suas funções sociais perante as comunidades, reforçando o seu compromisso com a informação e o debate público de qualidade.

Dessa forma, os desertos de notícias são considerados pelos estudiosos como uma ameaça à democracia e à vida comunitária,

visto que, diante da inexistência de veículos locais, há uma lacuna na distribuição noticiosa. Esse fenômeno incentiva-nos a refletir sobre quais as possíveis dificuldades enfrentadas por comunidades que não possuem acesso à informação sobre suas próprias localidades, e está atrelado a diversas questões não somente territoriais, mas, principalmente, culturais e econômicas, que interferem diretamente na perpetuação da (in)visibilidade de regiões espalhadas pelo país. Portanto, é essencial compreender que as novas demandas da comunicação social e do jornalismo exigem um olhar mais atento e democrático para a produção noticiosa local, especialmente aos contextos em que vivem as comunidades, possibilitando a criação de vínculos entre as populações, para que essas também possam exercer a sua cidadania.

A QUARTA COLÔNIA COMO UM DESERTO DE NOTÍCIAS

O Atlas da Notícia é um projeto criado em 2017, inspirado na experiência do *"America's growing news deserts"*, uma iniciativa da revista *Columbia Journalism*, que "mapeou a presença de jornais nos Estados Unidos em meio às mudanças no modelo de negócios do jornalismo que levaram ao fechamento de diversos veículos" (Atlas, 2024). O projeto brasileiro, uma das principais fontes de dados sobre o cenário jornalístico no país, é uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), em parceria com a agência de dados Volt Data Lab, e tem como proposta "mapear veículos produtores de notícias – especialmente de jornalismo local – no território brasileiro. O levantamento é produzido por uma rede de estudantes e voluntários, coordenados por nossos pesquisadores regionais" (Atlas, 2024).

A metodologia do Atlas "é baseada, principalmente, na contabilização de veículos de notícia no Brasil, seja através de pesquisa própria a partir de convênios com universidades brasileiras, de dados compilados por outras organizações e com a colaboração

do público, que pode indicar veículos a serem incluídos na base” (Atlas, 2024). O Atlas faz o mapeamento de qualquer veículo de comunicação, mas delimita a apresentação dos dados sobre desertos de notícias “somente [a] veículos que possuem algum viés jornalístico” (Atlas, 2024). São considerados veículos não jornalísticos aqueles que “incluem canais de TV pertencidos a Estados e municípios, periódicos de sindicatos e associações corporativas e outros veículos que não se encaixam em padrões de produção jornalística”. Os critérios que delimitam os “padrões de produção jornalística” são difíceis de delimitar, mas podemos ter indicadores do que o Atlas leva em conta se observarmos as demandas de informações descritas publicamente no formulário destinado aos voluntários para indicação de novos dados à pesquisa (Atlas, 2023). Entre elas estão: as características do veículo (blog, *newsletter*, noticiário em tempo real, colunistas, *podcast*, edição impressa, entre outros), o modelo de negócio (assinatura, *paywall*, conteúdo patrocinado, doações, publicidade, entre outros), o tamanho do quadro de funcionários, a periodicidade de publicação e dados sobre a propriedade do veículo.

A delimitação de um veículo informativo como jornalismo, no contexto brasileiro, parece uma questão relevante, considerando em particular as diferenças e desigualdades regionais que marcam o Brasil, não apenas no aspecto econômico, mas também no aspecto cultural. Além disso, parece-nos relevante considerar que a delimitação por municípios pode ser um desafio para a configuração de um deserto de notícias, o que procuramos demonstrar com o caso da região da Quarta Colônia, na região central do RS.

A Quarta Colônia é um território habitado há pelo menos 3 mil anos com povos caçadores, coletores e indígenas, até a chegada dos europeu no século XIX (Figueiró *et al.*, 2022):

Essa cultura imigrante convive e se hibridiza com a típica herança gaúcha e quilombola,

expressão de uma economia pecuarista do Brasil colonial, que se expressa muito fortemente nos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e nos DTGs (Departamento de Tradições Gaúchas), que contribuem com a continuidade de hábitos e costumes da cultura gaúcha tradicional da área rural, principalmente preservando a culinária típica (com destaque para o churrasco), danças (tradicionais, gaúchas de salão e chula), músicas e poesias, rodas de chimarrão e utilização de vestimentas e símbolos que retratam a vida do gaúcho. (Dotto *et al.*,2017 *apud* Figueiró *et al.*, 2022, p. 12)

A região é composta por nove municípios, sendo eles: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Todos têm menos de 20 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2022. Com mais de 10 mil habitantes, há somente Restinga Sêca e Agudo (ver Tabela 1).

Em comparação com o Rio Grande do Sul, a Quarta Colônia tem uma população rural duas vezes maior, alcançando 30% do total dos habitantes da região, enquanto no Estado não ultrapassa os 15%. Segundo Figueiró *et al.* (2022, p. 41), isso demonstra “a importância estratégica do setor rural e da economia agrícola para esse território, especialmente diante da tendência de redução populacional, que se tem evidenciado nas últimas décadas”. “Se essa ruralidade tem apresentado, historicamente, dificuldades para sustentar um crescimento econômico mais sólido e uma fixação da juventude no território, por outro lado, ela tem sido a responsável pelo maior grau de conservação patrimonial que se observa”

(Figueiró *et al.*, 2022, p. 41). Esse aspecto é considerado um diferencial, objetivando o geoturismo na Quarta Colônia, afinal, há uma diferente relação com o ambiente.

A região se fortalece no início de 1990 com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Prodesus) e se concretiza com a criação, em 1995, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (Condesus) Quarta Colônia, entidade parceira no planejamento e desenvolvimento do Geoparque Quarta Colônia Mundial Unesco. Isso ocorreu porque os municípios que compõem a região possuem território em que o urbano e o rural se integram e dão identidade física, cultural e humana a uma localidade. Portanto, esse território é concebido e percebido como uma região que tem seu próprio processo histórico de formação, especialmente a partir do século XIX, com a criação e a expansão das colônias de imigração Santo Ângelo e Silveira Martins (Figueiró *et al.*, 2022).

Milton Santos (1959) é detentor do conceito de Centro de Região, o que, na geografia da Quarta Colônia, fará identificar características que nos levarão a entender a malha comunicacional envolvida. O Centro de Região explica que “o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (Santos, 2006, p. 165). O geógrafo ainda afirma que “as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração do edifício regional” (2006, p. 165). A extensão das intencionalidades e das ações, aliadas ao recorte espacial, fará surgir a região, sendo ela parte de um todo. A região faz parte da totalidade (noção usada na distinção entre Paisagem e Espaço Geográfico), atribuindo-se relevância a determinado aspecto da realidade (Santos, 1985).

Nesse contexto, o território Quarta Colônia se configura como ambiente de inter-relações sociais, econômicas, culturais, religiosas e comunicacionais complexas, nem sempre reconhecidas apenas pelos limites territoriais de seus municípios. Ao contrário, sua força característica advém dos relacionamentos que os habitantes elaboram entre si, em suas experiências cotidianas. Partindo dessa compreensão, parece-nos relevante observar como as delimitações metodológicas do Atlas da Notícia reconhecem as particularidades da Comunicação - e do Jornalismo - no contexto da Quarta Colônia.

No contexto do Atlas, dos nove municípios que compõem a Quarta Colônia, apenas três têm veículos de comunicação registrados, sendo eles os três maiores municípios. São 16 veículos de comunicação em atividade na região, conforme podemos visualizar na tabela a seguir:

Tabela 1 - Veículos em atividade na Quarta Colônia

Município	População*	Veículos ativos	Títulos dos veículos
Agudo	16.346	4	Deutsche Integration Correio Agudense Rádio Agudo Rádio Alternativa FM
Dona Francisca	3.136	0	-
Faxinal do Soturno	6.846	4	Cidades do Vale Rádio São Roque Rádio Jauru Repórter Rogério Passos

			Jauru Rede de Comunicação**
Ivorá	1.964	0	-
Nova Palma	5.683	0	-
Pinhal Grande	3.867	0	-
Restinga Sêca	15.213	8	Tribuna de Restinga Integração A Folha Rádio Jornal Integração Tribuna de Restinga Tv Novos Horizontes Rádio Líder Sociedade Rádio Integração**
São João do Polêsine	2.707	0	-
Silveira Martins	2.060	0	-
Total	57.822	16	-

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir do *Atlas da Notícia* (2024).

* Dados estimados pelo IBGE para 2024.

** Não deveriam constar em uma listagem de veículos, porque descrevem grupos de mídia a que pertencem os veículos já listados.

Os veículos de comunicação foram registrados como impresso, on-line, rádio e televisão, sendo eles: seis impressos, seis on-line, cinco rádios e uma televisão. Deve-se levar em conta que um mesmo veículo pode estar registrado em diferentes segmentos, como exemplo de *Integração*, em Restinga Sêca, que está registrada em três (impresso, on-line e rádio). É importante salientar que a lista apresentada não reflete a dinâmica de comunicação do território da Quarta Colônia, mas apresenta o que o Atlas da Notícia foi capaz de mapear até o momento.

Além disso, é relevante apontar que existe uma concentração de veículos em torno dos mesmos grupos de mídia e das mesmas cidades. O grupo *Integração* (Sociedade Integração Ltda), com sede na cidade de Restinga Sêca, por exemplo, possui gerência sobre três dos veículos listados pelo Atlas: o jornal *Integração Regional*, a rádio *Integração* e o jornal *Deutsche Integration* (este sediado na cidade de Agudo). O mesmo acontece com o grupo *Jauru* (Jauru Rede de Comunicação), com sede na cidade de Faxinal do Soturno: o grupo gerencia as atividades do jornal *Cidades do Vale*, da rádio *São Roque* e da rádio *La Sorella* (registrada no levantamento pelo seu registro no cadastro nacional de pessoas jurídicas, *Rádio Jauru FM Ltda*). Além disso, o jornal *Correio Agudense*, não localizado como ativo em nossas pesquisas, aparece com CNPJ relacionado aos sócios do mesmo grupo gestor da rádio *Agudo*. Para além desses veículos, destacam-se duas rádios comunitárias (*Alternativa*, em Agudo, e *Líder*, em Restinga Sêca) e o canal do repórter Rogério Passos, de Faxinal do Soturno, nas redes sociais. O veículo de televisão registrado funciona como um canal no *Youtube* e não se configura como um veículo de televisão, considerando a metodologia do Atlas. A rádio *Tribuna de Restinga*, para além de um site de notícias locais, também testou o formato audiovisual com a *TV Tribuna*, com conteúdos exclusivamente pela internet. O material não é atualizado

há cerca de um ano. O jornal *A Folha*, de Restinga Sêca, não foi localizado pela pesquisa.

Se considerarmos o debate sobre desertos de notícias, a maioria dos municípios que compõem a Quarta Colônia podem ser considerados a partir desse conceito, visto não possuírem registro de nenhum veículo jornalístico, o que significa um baixo volume de informações produzidas localmente. Além disso, os 16 veículos de jornalismo mapeados pelo Atlas apontam para uma concentração de empresas nos municípios com maior população, o que pode sugerir a capacidade econômica e a relevância regional desses municípios em relação à Comunicação. De outro lado, considerando a configuração territorial da Quarta Colônia, o conjunto de veículos locais colabora, para além da cobertura dos assuntos da cidade-sede, com a produção de notícias sobre as cidades da região, e não é difícil encontrarmos editoriais específicas destinadas a noticiar os municípios vizinhos. Mais do que isso, a rede de relações que se estabelece entre comunicadores e habitantes do território é reforçada pela presença de jornalistas independentes, como o caso do repórter Rogério Passos, atuando na abrangência do território da Quarta Colônia. É nesse sentido que a noção de proximidade pode colaborar para a melhoria dos processos de comunicação local, inclusive em relação ao Jornalismo. No próximo tópico, avançamos no sentido de defender o jornalismo de proximidade como ferramenta de comunicação local.

PROXIMIDADE: O JORNALISMO COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO LOCAL

Para Santos (1978), o espaço é um conjunto de representatividades de relações sociais e de uma estrutura constituída por relações que se manifestam em processos, funções, costumes e culturas. É um fato social, uma realidade objetiva e um

elo cultural que resulta em um campo cuja formação ocorre desigualmente devido ao desenvolvimento diferente das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. No espaço, há também verticalidades e horizontalidades, estas últimas entendidas como “o domínio de um cotidiano territorialmente compartilhado, um conjunto de lugares contíguos onde se exerce solidariedade” (Moreira; Del Bianco, 2019, p. 72). De acordo com Santos (2008), as verticalidades são pontos à disposição de atores hegemônicos, que estabelecem uma hierarquia entre os lugares, controlados a distância. Há duas distinções: de um lado, espaços contínuos formados por pontos que se agregam sem descontinuidade; por outro, há pontos que, mesmo separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia.

Já o território, na concepção do autor, pode ser entendido como a área delimitada geograficamente e constituída a partir das relações de poder do Estado, envolvendo uma complexidade de atores que trabalham para territorializar suas ações (Santos, 1978). Territórios não conectados perdem competitividade econômica e geram bolsões de pobreza, tornando-se incapazes de se agregarem a um novo modelo de desenvolvimento.

Cabe aqui ressaltar que, nesse espaço complexo de relações entre os estudos da Geografia e da Comunicação, os desertos de notícias têm suas bases alavancadas por estudos desenvolvidos há mais de duas décadas, por Santos e Silveira (2006), que elaboraram a conceituação dos espaços luminosos a partir dos processos de globalização, como aqueles que reúnem significativa quantidade de meios e serviços de telecomunicações, enquanto os espaços opacos/de sombra estão em uma posição controversa, com poucos veículos midiáticos.

A questão da fluidez do espaço apresenta-se agora em outros termos. Como a informação

e as finanças passam a ser dados importantes, senão fundamentais, na arquitetura e na vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instâncias, equivale ao mercado. Desse ponto de vista, distinguem-se, no país, áreas onde a informação e as finanças têm maior ou menor influência, da mesma maneira que antes a questão se colocava quanto aos produtos e à mão de obra. Embora as estatísticas por elas mesmas não o digam, definem-se agora densidades diferentes, novos usos e nova escassez. (Santos; Silveira, 2006, p. 53)

Nessa dicotomia de oferta e consumo, quem manda são os espaços luminosos, devido à abrangência do capital financeiro existente. Nesses casos, é comum que grandes centros urbanos – a exemplo da cidade de Santa Maria (RS) – estejam em posições privilegiadas quanto à existência de veículos jornalísticos. São também as regiões de influência que, em determinados momentos, oferecem suporte aos desertos de notícias, aqui considerados pela região da Quarta Colônia.

Diante desse contexto, podemos visualizar o jornalismo de proximidade como uma das alternativas para superar regiões de desertos de notícias. Ele é derivado de iniciativas alternativas ou comunitárias, mantidas, em maioria, por organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, doações ou apoios culturais. Suas diferenças se circunscrevem ao âmbito dos vínculos sociais, às estratégias de sustentabilidade, ao processo produtivo e aos conteúdos, com foco no protagonismo cidadão. Em suma, abordam

assuntos que afetam diretamente a vida cotidiana das comunidades, em formato de conteúdos – geralmente digitais ou sonoros – que encontram pouco ou nenhum espaço nos grandes conglomerados de mídia.

A ideia de uma informação de proximidade diante do contexto dos desertos de notícias pressupõe o objetivo de retratar a realidade local ou região daquele determinado espaço físico, seja em municípios, bairros, ruas, vilas, zonas rurais etc., que passa despercebida por indivíduos que não vivem naquela realidade. Na visão de Peruzzo (2005), a informação de proximidade é o que norteia a realização de um jornalismo de proximidade:

Entendemos por informação de proximidade aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrata, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente, a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais. Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder. (Peruzzo, 2005, p. 81)

Frente à situação da Quarta Colônia, a proximidade é uma demanda necessária, considerando os acontecimentos climáticos ocorridos em maio de 2024. Ainda que não tenha sido uma região significativamente afetada pelas enchentes, a ocorrência de

deslizamentos, desmoronamentos e quedas de pontes foi intensa. Entretanto, apesar de ter sido uma das primeiras regiões afetadas, a Quarta Colônia viu suas comunidades sumirem nos telejornais e manchetes quando as chuvas e cheias chegaram às regiões dos Vales e Metropolitana de Porto Alegre.

A partir do levantamento da Quarta Colônia no Atlas da Notícia, buscamos aprofundar as reflexões sobre jornalismo de proximidade e comunicação local no interior do Rio Grande do Sul. Ainda não há produção de jornalismo profissional em todos os municípios, especialmente nos menores, mas isso não significa que a produção e o compartilhamento de notícias sejam nulos. Também foi possível mapear os lugares considerados desertos de notícias e os três municípios que produzem informação profissional na região.

Quando aproximamos o panorama da falta de jornalismo profissional nesses locais ao desastre climático, compreendemos a importância das informações precisas e corretas em momentos como esses. Elas não são somente detentoras de divulgação ou de ações a longo prazo, pois significam oportunidade de vida para os afetados por eventos climáticos extremos. Saber sobre acessibilidade, mobilidade e condições de água e luz, são determinantes para a população que está em risco. Em complemento, levantamos nesse trabalho a reflexão sobre os meios de comunicação em momentos de desastres, os quais não podem depender somente da energia elétrica para funcionar.

Portanto, salientamos a necessidade de um jornalismo qualificado e próximo da população, capaz de atender suas demandas, especialmente em situações de risco. Para além disso, entendemos que superar as condições dos desertos de notícias é um dos caminhos necessários para garantir a equidade da informação. A distribuição de rádios de pilha, por exemplo, pode ser uma das iniciativas adotadas pelo poder público para que a população esteja a par dos acontecimentos em momentos como esse – que, de acordo

com especialistas, serão cada vez mais comuns. Outro caminho apontado é o fortalecimento da comunicação comunitária local, com aperfeiçoamento dos comunicadores e profissionais da área, para que possam ser fontes seguras de informação e saibam como agir diante do contexto.

Ressaltamos aqui também que nenhuma ação pode ser efetiva se não for abraçada por uma parceria entre as populações, comunidade acadêmica e poder público. É de grande valia compreender a ciência como fator norteador para que possamos, juntos, superar condições de desinformação desigual não somente na região da Quarta Colônia, mas em todo o estado do Rio Grande do Sul, a partir de uma comunicação ética, responsável e comprometida com o combate à crise climática.

REFERÊNCIAS

ABERNATHY, P. M. **The Emerging Threat of News Deserts**. North Carolina: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2016. Disponível em: <https://www.usnewsdeserts.com/reports/rise-new-media-baron/threat-of-news-deserts/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ABERNATHY, P. M. **The Expanding news desert**. North Carolina: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2018. Disponível em: <https://www.cislm.org/wp-content/uploads/2018/10/The-Expanding-News-Desert-10-14-Web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ABERNATHY, P. M. **News Deserts and Ghost Newspapers: Will Local News Survive?** North Carolina: Hussmann School of Journalism and Media, 2020. Disponível: <https://www.usnewsdeserts.com/reports/news-deserts-and-ghost-newspapers-will-local-news-survive/the-news-landscape-in-2020-transformed-and-diminished/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BBC. **A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul**. 11 maio 2024. Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwpq3z77o#:~:text=As%20chuvas%20foram%20resultado%20de,causando%20chuvas%20intensas%20e%20cont%C3%ADnuas>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CARBASSE, R.; STANDAERT, O.; COOK, C. E. Entrepreneurial journalism: emerging models and lived experiences. Looking back and looking forward. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2022, p. p. 246–265. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1542>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAREY, J. **Comunicação como cultura**: ensaios sobre mídia, tecnologia e sociedade. Editora Loyola, 2022.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, K. B. S. **Midiatização, circulação e jornalismo regional**: uma análise dos fluxos comunicacionais e das práticas de atores sociais. 2022. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29307>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FIGUEIRÓ, A. S. *et al.* Geoparque Quarta Colônia. **Dossiê**, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/biblioteca/dossie>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**. São Cristóvão: Ed. UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GZH. **Santa Maria foi a cidade com maior volume de chuva no mundo nesta quarta-feira**. 1 maio 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/05/santa->

[maria-foi-a-cidade-com-maior-volume-de-chuva-no-mundo-nesta-quarta-feira-clvob3qnw00io01fm479on5bv.html](https://atlas.jor.br/colabore/formulario/). Acesso em: 28 jan. 2025.

INDIQUE UM VEÍCULO DE IMPRENSA. **Atlas da Notícia**, 2024. Disponível em: <https://atlas.jor.br/colabore/formulario/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

METODOLOGIA DO ATLAS DA NOTÍCIAS. **Atlas da Notícia**, 2023. Disponível em: <https://atlas.jor.br/metodologia/metodologia/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MOREIRA, S. V.; DEOLINDO, J. S. Mídia, cidade e “interior”. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 21, ano 11, v. 1, 2013, p. 19-30.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2020**. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2024**. 2024. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2024-06/RISJ_DNR_2024_Digital_v10%20lr.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVEIRA, S. C.; COSTA RAMOS, A. N. Sustentabilidade de arranjos jornalísticos empreendedores no Brasil: um estudo de sete nativos digitais. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 2, 2022, p. p. 290-315.

Disponível em:

<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/1496/1426/6959>.

Acesso em: 10 jan. 2025.

SOBRE O ATLAS DA NOTÍCIA. **Atlas da Notícia**, 2024. Disponível em:

<https://atlas.jor.br/institucional/sobre-o-atlas-da-noticia/>. Acesso

em: 28 jan. 2025.

NARRATIVAS DA VULNERABILIDADE: cobertura jornalística das mulheres no tráfico de drogas

Ana Cleia Ferreira Rosa
Cynthia Mara Miranda

INTRODUÇÃO

O artigo tem a intenção de analisar as narrativas jornalísticas de casos de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas que ganharam noticiabilidade nos meios de comunicação a partir de um recorte de cinco notícias de projeção nacional¹⁷. Ao ilustrar a cobertura jornalística sobre crimes de tráfico de drogas envolvendo mulheres que ganharam ampla repercussão midiática no país

¹⁷ Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins defendida em novembro de 2022 sobre narrativas jornalísticas sobre mulheres envolvidas no tráfico de drogas no Estado do Pará e do Amazonas.

buscamos compreender os valores-notícia que mobilizaram essas coberturas.

(...) os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são, quais as “estórias” que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais são para eliminar (Hall, 1993, p.225).

Os jornalistas veem os acontecimentos como “estórias”, e as notícias são construídas como “estórias”, como narrativas, que não estão isoladas de “estórias” e narrativas passadas (Traquina, 2012, p.21). Nessa direção consideramos as notícias como pequenos fragmentos de representação da realidade que por meio da narrativa contam as “estórias” dos acontecimentos.

Notícias sobre mulheres envolvidas no tráfico de drogas não costumam aparecer com frequência nos meios de comunicação brasileira, maior parte das notícias sobre o tráfico de droga ainda são sobre o envolvimento de homens embora essa é a maior causa do encarceramento feminino no país.

Segundo Akotirene (2020), o retrato do encarceramento no Brasil confirma a existência de um Estado no qual a principal missão ideológica é o encarceramento da camada juvenil, negra e pobre (Akotirene, 2020, p. 95). Isso demonstra como as relações sociais com o Estado Penal são conflituosas, aumentando uma desigualdade social que confirma de uma certa forma as idas e vindas de muitas mulheres no tráfico de drogas.

Almeida (2019) aponta que desde da década de 70, o aprisionamento feminino iria piorar ao avançar da década de 1990; as mudanças seriam conjunturais, com as estruturas, em termos de cultura prisional, sustentação pela opressão de raça, classe e estereótipos de gênero. (Almeida, 2019, p. 51). Em razão disso, a condição das mulheres negras subalternas vivencia uma vulnerabilidade imposta por sua condição social na sociedade, haja vista que raça e gênero são inseparáveis. “Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça” (Kilomba, 2019, p. 94).

Segundo Silvio de Almeida (2019) é o sistema carcerário, cujo pretenso objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza e, mais especificamente controle racial da pobreza (Almeida, 2019, p. 82). A questão racial não costuma ser objeto das coberturas jornalísticas sobre o tráfico de drogas, como destacado. A questão racial tende a ser identificada quando as notícias apresentam foto ou vídeo da mulher envolvida e a questão do fenótipo permite essa identificação. Não há uma preocupação em problematizar nas notícias as estatísticas dos crimes de encarceramento na perspectiva de raça. E são as mulheres que estão na base da pirâmide as mais afetadas, normalmente são as únicas responsáveis pelo sustento da família, o que favorece o seu envolvimento com tráfico de drogas.

Nesse sentido, buscamos compreender a cobertura desse fenômeno tendo em vista que muitos acontecimentos que emergem na sociedade só chegam ao conhecimento das pessoas por meio da mídia. Para dialogar sobre a cobertura jornalística sobre as mulheres no tráfico de drogas adotamos como estratégia metodológica a análise qualitativa que oferece elementos analíticos que não seriam alcançados por quantificação, e podem se referir aos estudos realizados com uma infinidade de objetos ou sujeitos, como a vida das pessoas, suas experiências, movimentos sociais, fenômenos

culturais (Strauss; Corbin, 2008). A proposta de pesquisa foi analisar o conteúdo de notícias sobre mulheres no tráfico de drogas levando em consideração aspectos como fontes referenciadas, forma de abordagem do tema, presença de fotografia e identificando se a abordagem do assunto oferece elementos para compreensão do problema social de forma mais geral. As cinco notícias do ano de 2021 escolhidas para a análise foram selecionadas a partir da ferramenta de busca por notícias disponível no google que coloca nas primeiras posições as notícias mais visualizadas, as palavras-chave utilizadas para a busca foram “mulheres no tráfico”, “mulheres traficantes”, “mulheres no tráfico de drogas”. O ano de 2021 foi escolhido para a busca das notícias levando em conta que em razão do início da vacinação da COVID-19 no país as medidas de lockdown aos poucos foram suspensas.

O artigo desdobra-se, assim, a partir de reflexões sobre a cobertura jornalística do tráfico de drogas com o envolvimento de mulheres, na sequência analisamos as notícias selecionadas que ganharam ampla repercussão nos meios de comunicação brasileiros. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre as narrativas jornalísticas das mulheres envolvidas no tráfico apontando as falhas e traçando possibilidades para mudança na forma de retratar tais crimes.

MULHERES ENVOLVIDAS COM O TRÁFICO DE DROGAS NAS NOTÍCIAS

Para Traquina (2008) as notícias são o resultado de um conjunto de processos que envolvem a percepção, a seleção e a transformação de um acontecimento ou fato em informação de interesse público. Para Wolf (1995) a construção das notícias envolve a presença dos valores-notícias em todas as etapas de produção de uma matéria seja na seleção ou seja na sua construção. O autor ainda pontua que os valores-notícia são um componente da

noticiabilidade, procurando responder a razão pela qual um determinado acontecimento se torna notícia. Assim a noticiabilidade é definida por um conjunto de critérios que os meios de comunicação adotam para selecionar dentre vários acontecimentos o que será levado ao público como notícia.

Traquina (2008) destaca dez critérios substantivos dentro dos valores-notícia, são eles: morte; notoriedade; proximidade; relevância; novidade; tempo; notabilidade; conflito ou controvérsia, infração e o de escândalo. As notícias sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas nesse sentido podem ser enquadradas em vários valores-notícia como morte, conflito ou controvérsia, infração e o de escândalo. A seguir serão destacadas as cinco notícias sobre as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas publicadas no ano de 2021 e suas respectivas análises para a compreensão da construção das notícias sobre esse crime.

O primeiro caso ilustrativo sobre o assunto é a notícia que tem como personagem principal Rayane Nazareth Cardozo da Silveira, a Hello Kitty¹⁸, assassinada durante operação policial no Rio de Janeiro, a notícia foi publicada no *site Cotidiano* no dia 17 de julho de 2021.

¹⁸ Hello Kitty, apontada como uma das líderes do CV, é morta em ação da PM. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/16/hello-kitty-apontada-como-uma-das-chefes-do-cv-e-morta-em-acao-da-pm.htm>]. Acesso em: 10 ago 2021.

Figura 1 – Caso Hello Kitty



Fonte: Uol notícias.

A notícia destaca um caso excepcional de mulher envolvida com o tráfico de drogas que alcança posto de chefia no crime. Hello Kitty obteve projeção dentro do crime chegando ao posto de traficante, passou a ser investigada e procurada pela polícia do Rio de Janeiro, estado em que o crime do tráfico de drogas movimenta milhões de reais todos os anos. Conforme informações de familiares e amigos da Hello Kitty que foram as fontes ouvidas na notícia, ela entrou no mundo do crime influenciada pelo seu namorado, e com o passar do tempo, passou a ocupar um cargo de elevado prestígio na hierarquia do tráfico de drogas, algo que não é comum, pelo fato de ser mulher. A desigualdade entre os gêneros também está presente nesse tipo de crime, como será detalhado mais à frente.

Segundo informações disponíveis na notícia, “ela ficou conhecida por sua forte atuação no tráfico de drogas no município de São Gonçalo (RJ) e por ostentar com frequência fotos de armas e munições em suas redes sociais. A morte de Hello Kitty em uma operação policial em São Gonçalo no dia 16 de julho de 2021 logo

se tornou notícia nacional¹⁹. O que nos chama atenção no caso do Hello Kitty é a sua apreciação pelo poder no crime, mesmo sabendo que o poder é, em geral, uma propriedade masculina e não feminina e no mundo do crime esse poder é volátil. Ela ascendeu na hierarquia do crime e passou a ser chamada de Dama do Comando Vermelho.

A segunda notícia selecionada é a notícia sobre a prisão de Lorraine Cutier Romeiro, de 19 anos, conhecida como "Gatinha da Cracolândia"²⁰, reportada no dia 26 de julho de 2021. A prisão gerou notícia publicada no *síte* do portal *G1* no estado de São Paulo.

Lorraine Romeiro foi presa numa operação da Polícia Civil de São Paulo. Conforme as fotos de Lorraine que foram disponibilizadas na notícia, ela aparece de roupa de banho numa lancha/barco, e a outra foto é como se ela estivesse saindo da porta traseira do carro da polícia, vestida com um casaco de frio com capuz e o rosto está praticamente coberto.

¹⁹ Antes de voltar para o crime, Hello Kitty dizia que arma dela era Bíblia. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/21/antes-de-voltar-para-o-crime-hello-kitty-diz-que-arma-dela-era-biblia.htm>]. Acesso em: 10 ago 2021.

²⁰ Polícia prende mulher conhecida como "Gatinha da Cracolândia" por tráfico de drogas. Disponível em: [<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/22/policia-prende-mulher-conhecida-como-gatinha-da-cracolandia-por-trafico-de-drogas.ghtml>]. Acesso em: 10 ago. 2021.

Figura 2 – “Gatinha da Cracolândia”



Lorraine Cutier Bauer Romeiro, conhecida como “Gatinha da Cracolândia”. — Foto: Reprodução/Instagram

Fonte: G1 Notícias

Normalmente quando as prisões são feitas nas periferias, o cenário é diferente do demonstrado nas fotos da referida notícia, um lugar de desleixo e de miséria, e muitas vezes com a exposição do rosto das mulheres. Segundo informações da polícia, que foi a fonte ouvida na notícia, Lorraine vendia drogas em tendas no fluxo da região conhecida como Cracolândia e abastecia os hotéis da região.

Assim como Hello Kitty, a Gatinha da Cracolândia a narrativa jornalística destaca que o seu envolvimento no tráfico de drogas

possivelmente teve influência do seu companheiro, o que reforça mais uma vez que as mulheres, na maioria das vezes, têm a sua inserção no crime em decorrência dos relacionamentos afetivos, seja por companheiros ou por algum membro da família. Além disso, mulheres jovens acabam encontrando no tráfico de drogas uma forma de sobrevivência e de conseguir dinheiro rápido, mesmo com os inúmeros riscos envolvidos nesse tipo de crime.

A Gatinha da Cracolândia é uma mulher branca, como é possível identificar nas fotos o que torna o caso dela uma exceção tendo em vista que o maior número de mulheres envolvidas no tráfico de drogas são as mulheres negras, moradoras das periferias. É raro ver em reportagens mulheres negras serem presas em condomínio de luxo, como foi caso divulgado no dia 30 de julho pelo portal de notícias do Estado do Rio Grande do Sul, Gauchazh, terceira notícia selecionada, onde uma mulher de 31 anos foi capturada e seu nome não foi revelado pela reportagem e nem outro tipo de informação pessoal que pudesse identificá-la. A notícia intitulada “Mulher é presa em condomínio de luxo por suspeita de gerenciar com o marido tráfico de maconha na Região Metropolitana²¹” não apresentou nenhuma foto da mulher apenas destacou que ela foi presa em condomínio de luxo no município de Gravataí, suspeita de gerenciar com o marido tráfico de maconha na Região Metropolitana de Porto Alegre. A narrativa jornalística destacou que a Gatinha da

²¹ Mulher é presa em condomínio de luxo por suspeita de gerenciar com o marido tráfico de maconha na Região Metropolitana. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/07/mulher-e-presa-em-condominio-de-luxo-por-suspeita-de-gerenciar-com-o-marido-trafico-de-maconha-na-regiao-metropolitana-ckrqq49k8007k0193grkt8p3l.html>. Acesso em: 20 ago 2021.

Cracolândia tinha como parceiros no negócio o marido, que já estava detido, e um homem considerado o braço direito do seu companheiro. Normalmente as mulheres que gerenciam uma boca de fumo servem apenas de comparsa aos seus parceiros e poucas ascendem ao *status* de traficante como Hello Kitty.

A quarta notícia selecionada destacou a prisão de Camila Zeballos Villa Alta²² em matéria intitulada "'Patroa do tráfico" é suspeita de ordenar assassinatos e até degolar rival". Em março de 2021, Camila Zeballos Villa Alta, de 28 anos, conhecida como a "patroa do tráfico" foi presa no aeroporto de Dourados quando tentava fugir de avião para Salvador (BA), por suspeita de ter ordenado as execuções de dois homens e uma mulher, ocorridas na semana anterior à sua prisão em Ponta Porã, cidade a 323 km da capital (Curitiba), do departamento de Amambay, na fronteira com o Paraguai. Na hora da prisão, patroa estava com as filhas, de 5 e 8 anos, sendo as crianças entregues ao Conselho Tutelar do município de Salvador (BA). Em notícia publicada pelo portal de notícias *Campo Grande News*, do Estado do Mato Grosso do Sul, destaca-se que "Camila comanda a rota de maconha e pasta-base de cocaína de Ponta Porã para São Paulo, Minas Gerais e Bahia com o marido".

²² "Patroa do tráfico" é suspeita de ordenar assassinatos e até degolar rival. Disponível em: [\[https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/patroa-do-traffic-e-suspeita-de-ordenar-assassinatos-e-ate-degolar-rival\]](https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/patroa-do-traffic-e-suspeita-de-ordenar-assassinatos-e-ate-degolar-rival). Acesso em: 20 ago 2021.

Figura 3 – Caso Patroa do Tráfico



Camila Zeballos Villa Alta logo após ser presa, onterm em Dourados (Foto: Adilson Domingos)

Fonte: compograndenews.com.br

Na foto que compõe a notícia está Camila sendo conduzida de costas por dois agentes policiais, está sem algemas e um dos agentes coloca a mão no seu ombro como forma de condução, pela foto é possível ver que Camila é uma mulher branca e seus cabelos da cor loira. A ação registrada fotograficamente não aparenta nenhum tipo de aplicação de força física por parte dos policiais.

A quinta e última notícia selecionada é sobre a prisão de uma mulher por tráfico de drogas. A notícia “Blogueira mineira é presa por tráfico internacional de cocaína em aeroporto” foi publicada no portal Estado de Minas no dia 12 de agosto de 2021. A Polícia Federal (PF) prendeu a *blogueira* e advogada Laís Crisóstomo Aguiar²³ por

²³ Blogueira mineira é presa por tráfico internacional de cocaína em aeroporto. Disponível em:

tráfico internacional portando quase meio quilo de cocaína. O crime ocorreu no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (SP). A *blogueira* estava acompanhada de seu comparsa, Peterson. A cocaína estava dentro de cápsulas em frascos de suplementos alimentares. A *blogueira* ostentava uma vida de luxo em lugares de alto padrão financeiro, como as Ilhas Maldivas, na Ásia, e o Principado de Mônaco, na Europa. E de acordo com as informações da polícia o Peterson que estava com a *blogueira* confessou ser o dono da cocaína.

Figura 4 – Caso Blogueira Mineira



Fonte: Jornal Estado de Minas Gerais

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/12/interna_gerais.1295440/blogueira-mineira-e-presa-por-trafico-internacional-de-cocaina-em-aeroporto.shtml]. Acesso em: 20 ago 2021.

A foto retirada da rede social da traficante presente na notícia destaca a vida de luxo e ostentação por meio de viagens para fora do país.

Rayane Nazareth Cardozo da Silva (Hello Kitty), Lorraine Cutier Bauer Romeiro (Gatinha da Cracolândia), Camila Zeballhos Villa Alta (Patroa do Tráfico), Laís Crisóstomo Aguiar (*A blogueira*) e a mulher presa no condomínio de luxo que a notícia não nomeou têm em comum a idade: são mulheres jovens e algumas mães. A crescente participação das mulheres no tráfico de drogas pode se dar pela influência dos companheiros e familiares envolvidos, mas também pode ser uma escolha pessoal em razão da possibilidade rápida de ascensão econômica que o crime oportuniza pela alta rentabilidade.

No que se refere aos aspectos gerais das referidas notícias destacamos que são notícias que foram muito acessadas e que se destacaram pela descrição de crimes relacionados ao tráfico de droga com presença das mulheres. Notícias sobre crimes estão nas primeiras posições dos valores-notícia que tornam um acontecimento mais noticioso do que outro.

Para Traquina (2002) há qualidades duradouras das notícias, que transitam em distintas épocas históricas e com poucas variações no tempo como os valores: extraordinário, o sensacional, o prodigioso, o insólito, o atual, a figura proeminente (celebridade), o ilegal, as guerras (violência), a calamidade, o catastrófico, a morte. As narrativas jornalísticas descritas reúnem o sensacional, o ilegal e morte. O sensacionalismo pode ser visto nas imagens disponibilizadas nas notícias dando destaque a ostentação do crime, o ilegal visto pela prática do tráfico de drogas e a morte descrita na notícia "

Mas sabemos que a realidade dessas mulheres e o contexto social em que estão inseridas na sociedade são diferentes. Para

Traquina o jornalista acaba por ser uma parte seletiva da realidade (Traquina, 2012, p. 29). Estão localizadas em regiões diferentes do país e a condição em que foram presas difere, a Hello Kitty é um exemplo mais frequente das mulheres que entram na criminalidade pela situação de vulnerabilidade, está localizada na periferia, mulher negra (é possível identificar pelo fenótipo e as imagens dela divulgadas na notícia), sem escolaridade, questão socioeconômica precária, e está situada às margens da sociedade.

Notícias sobre os confrontos da polícia nas favelas/periferias que terminam com um desfecho final em morte de traficantes, como foi o caso da Hello Kitty são comuns nos meios de comunicação. Vários questionamentos podem ser feitos. As mulheres que são presas nas periferias terão mais probabilidade de serem assassinadas na cena do crime pela vulnerabilidade em que se encontram? E porque será que a *blogueira* mineira que foi presa em flagrante com as drogas em seus pertences pessoais no aeroporto de São Paulo não ficou presa? A interseccionalidade de classe emerge, assim, como um elemento a ser investigado na cobertura jornalística sobre as mulheres envolvidas no tráfico de drogas.

Outra situação verificada nas notícias é a ausência de menção da cor/etnia, apenas pelas fotografias é possível identificar. As encarceradas são majoritariamente pobres, negras, semialfabetizadas, presas por tráfico de drogas (Infopen – Sistema de Informações Penitenciárias, 2018).

Para Rosa (2019), a invisibilidade dessas mulheres na sociedade é observada quando o seu nome não aparece, quando o contexto social é ignorado e tampouco se essa mulher tem família, o que demonstra que a única preocupação jornalística é narrar fatos de como o crime ocorreu de forma factual. As notícias acima citadas que repercutiram nacionalmente deram visibilidade para as mulheres, destacando o envolvimento delas no crime. Aparecem

nomes²⁴, lugar, e posição, mas a visibilidade foi dada de forma sensacionalista e desconsiderou totalmente o motivo que levou essas mulheres a entrar para esse tipo de crime. As apreensões por tráfico de drogas têm uma assiduidade frequente nas páginas de jornais e não somente se restringindo ao gênero policial e ou às editoriais de polícia. As mulheres têm aparecido cada vez mais nessas páginas, como sujeitos criminais, isto porque há um aumento cada vez maior sobre o seu envolvimento e apreensão por esse crime. Contudo, é preciso destacar que a cobertura jornalística não é a mesma quando a questão de classe está envolvida. Os casos destacados inclusive mostraram que o recorte de classe aparenta ser um marcador para uma abordagem mais negativa e outra abordagem mais positiva de tratar a mulher como protagonista do crime e até mesmo a forma como as mulheres foram conduzidas pela polícia como foi o caso da condução de Camila Zeballos por policiais sem ser algemada como visto na foto disponível na notícia.

O tráfico de drogas é um crime executado em redes hierárquicas, comandada por homens, e quando as mulheres ocupam alguma posição de prestígio dentro dessa hierarquia, acabam se sujeitando à posição de desigualdade e discriminação em relação aos homens.

Percebe-se que em todas as notícias analisadas as mulheres têm algum nome que as colocam numa posição de destaque e poder, como: dama de vermelha, gatinha da cracolândia, patroa. Contudo, cabe destacar que a escolha desses codinomes muitas vezes não corresponde ao protagonismo delas no crime, já que podem atuar e muitas vezes atuam como comparsas de traficantes.

²⁴ Somente uma notícia não apareceu o nome a notícia intitulada "Polícia prende mulher conhecida como "Gatinha da Cracolândia" por tráfico de drogas".

Nas relações de poder estabelecidas no mundo do crime são os homens que ocupam os primeiros postos na hierarquia e que recebem os privilégios. Para Saffioti (1989), nas relações de gênero os homens são os dominadores e as mulheres, as dominadas, geralmente.

Com isso é possível notar como as mulheres são colocadas numa posição de inferioridade em relação aos homens, e não de poder, a não ser quando há todo um interesse por trás dos fatos. O tráfico, como atividade organizada, reproduz o sistema hierárquico de gênero da sociedade mais ampla (Barcinski, 2012, p. 55). Conforme nos relata a autora a seguir:

A inserção e a participação de mulheres no tráfico de drogas são, de formas diversas, influenciadas pela relação estabelecida com homens na atividade. Ao lado de dificuldades financeiras e da falta de oportunidades em um mercado lícito de tráfico, o envolvimento emocional com homens (amantes, maridos, namorados, filhos e pais) é mencionado como um dos maiores motivadores para o desenvolvimento de atividades ilegais por parte das mulheres. (Barcinski, 2012, p.55)

A crescente participação feminina no tráfico de drogas, em que as mulheres experimentam o poder e o respeito da sua comunidade, quando trata da questão de gênero são as mais atingidas, muitas delas ocupam atividades inferiores em relação aos homens. Antes de assumirem realmente uma posição de destaque na criminalidade terão de se sujeitarem às condições precárias, como mula, ou às vezes de ser conhecida apenas como mulher de

traficante/bandido. A feminização da pobreza²⁵ também pode ser considerada um dos fatores para as mulheres estarem cada vez mais envolvidas com tráfico de drogas. Tendo em vista que o tráfico é considerado um crime voltado para manter a exclusão social e a pobreza, e mesmo sabendo que o sistema prisional não foi pensado para as mulheres, são elas que estão sendo cada vez mais aprisionadas pelo tráfico de drogas²⁶.

As notícias sobre as mulheres envolvidas no tráfico de droga não destacaram a questão da política proibicionista e o impacto que ela tem para o encarceramento das mulheres. Ocorre que em quantidade existem mais homens nas prisões em relação ao número de mulheres, mas pelo crime de tráfico de drogas esses dados se tornam expressivos, tendo em vista que proporcionalmente as mulheres estão sendo mais encarceradas do que os homens por esse tipo de crime.

²⁵ Conceito cunhado por Diane Perace em 1978 e intitulado "Feminização da pobreza: mulher, trabalho e assistência social" na *Urban and Social Change Review*. Sua ideia era de a pobreza estava rapidamente se tornando um problema feminino (Chernicharo, 2014, p.72).

²⁶ Segundo o Infopen Mulheres (2018), o Brasil ocupa a terceira posição no ranque mundial em relação a taxa de aprisionamento de mulheres. Sendo assim entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 525% no Brasil, passando de 6,5 mulheres encarceradas para cada grupo de 100 mil mulheres em 2000 para 40,6 mulheres encarceradas em 100 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises das cinco notícias selecionadas percebeu-se que as notícias foram limitadas a dados factuais, destacando as primeiras informações sobre o acontecimento (data, local, participantes) e detalhando a ação policial que resultou na morte e apreensão das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas.

A proposta de pesquisa, nesse sentido, foi analisar o conteúdo de notícias sobre mulheres no tráfico de drogas levando em consideração aspectos como fontes referenciadas, forma de abordagem do tema, presença de fotografia e identificando se a abordagem do assunto ofereceu elementos para compreensão do problema social de forma mais geral.

Sobre as fontes referenciadas destacamos que foram restritas a polícia o que tem sido comum na cobertura jornalística desse tipo de crime que emerge, muitas vezes, a partir de Boletins de Ocorrência (BOs), sobre a forma de abordagem do tema destacamos que não há uma preocupação em problematizar nas notícias as estatísticas dos crimes de encarceramento na perspectiva de raça.

No que diz respeito a presença de fotografias notou-se que todas notícias utilizaram as imagens em suas narrativas, contudo cabe destacar que a maior parte das fotografias foram retiradas das redes sociais das mulheres envolvidas no tráfico de drogas, apenas uma imagem foi da condução coercitiva da mulher. Sabemos que as abordagens policiais nas favelas/periferias são mais violentas, isso remete ao espaço que essas mulheres periféricas estão inseridas. Sendo as mulheres negras subalternas que vivencia uma vulnerabilidade imposta por sua condição social na sociedade, pois na sua maioria são moradoras da periferia, contrário das reportagens citada, pois muitas delas não tiveram acesso, muito menos a comunicação tecnológica.

A abordagem das notícias se limitou ao factual descrevendo o acontecimento sem aprofundar em questões como o aumento do encarceramento feminino, e sem trazer a discussão de raça. Haja vista, que, a partir da reflexão dos dados apresentados pelo Infopen Mulheres (2014; 2016; 2017; 2018; 2019), constata-se que 62% das mulheres que estão encarceradas são por crimes relacionados ao tráfico de drogas (art. 12 da lei 6.368/76 e art. 33 da lei 11.343/06)²⁷. Visto que 64% da população prisional é negra, enquanto que esse grupo compõe 53% da população brasileira. Ou seja, dois em cada três presos é negro no Brasil (Borges, 2018, p.14). O Brasil figura na terceira posição entre os países que mais encarceram, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia.

O jornalismo como ator social que exerce contribuição na socialização das pessoas precisa ampliar o espaço das narrativas para os problemas sociais que afetam amplamente homens e mulheres na sociedade como é o caso do tráfico de drogas, compreender as condições da emergência e crescimento desse tipo de crime no país contribui para o seu enfrentamento.

²⁷O artigo 33 da lei 11.343/06 subscreve o seguinte, importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas**. São Paulo: Pólen, 2020.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia da saída da invisibilidade social feminina. **Revista Contextos Clínicos**. v, 5 n, 1, São Leopoldo, jul. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198334822012000100007 Acesso em: 02 jun. 2021.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN - julho de 2014**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, DEPEN, 2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgaranovorelatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2019.

_____. _____. _____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:** INFOPEN Atualização - junho de 2018. Brasília, DF: Ministério da Justiça, DEPEN, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. **Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista.** Estudos Feministas. Florianópolis: 2015, p. 761-778.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura.** Trad. Artur Neves Teixeira, Rio de Janeiro (RJ): DIFEL, 2009.

ROSA, Ana Cleia Ferreira. **Vida Fissuradas:** Mulheres Negras e o Tráfico de Drogas em Porto Nacional/TO e Região. 2019. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A síndrome do pequeno poder.** In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. SÃO PAULO: IGLU. 1989, p. 13-21.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

TRANQUINA, Nelson. **Teorias Do Jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. v.1., 3 Ed., São Paulo: Contexto, 2012.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 5 ed. Lisboa: Presença, 1995.

Ana Cleia Ferreira Rosa

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Cientista Social pela UFT, integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq). E-mail: f.anacleia@yahoo.com.br

Aline Dalmolin

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde hoje é professora. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Circulação Midiatizada” (CNPq/UFSM).

Amanda Spohr Demamann

Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), instituição por onde também é graduada em Jornalismo. Integra o grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM).

Caio Guilherme Ribeiro Leite

Graduando em Radialismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuou como pesquisador, como bolsista e voluntário, em projetos de Iniciação Científica, no campo da convergência midiática, explorando práticas inovadoras de produção e circulação de conteúdos jornalísticos.

Cintia Xavier

Doutora em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestra em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), instituição onde hoje é professora, na graduação e na pós-graduação em Jornalismo.

Cynthia Mara Miranda

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Ciências Sociais pela UnB e líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq). Bolsista produtividade nível 2 do CNPq. E-mail: cynthiamara@uft.edu.br.

Duílio Fabbri Júnior

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero. Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Reitor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor na Faculdade Cásper Líbero. Realizou pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Flavi Ferreira Lisboa Filho

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Engenharia da Produção, Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), onde atualmente é pró-reitor de extensão e docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação.

Fernanda Cavassana

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Comunicação pela mesma universidade. Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde atualmente é professora. Fez pós-doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEMG).

Jade Gonçalves Castilho Leite

Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (USP). Graduada no curso de Licenciatura em Educomunicação, pela mesma instituição. Graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Assessora de comunicação na Fundação Carlos Chagas.

Laura Storch

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também fez mestrado na mesma área. Graduada em Jornalismo pela Universidade Católica da Pelotas (UCPel). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM).

Leila Adriana Baptaglin

Doutora em Educação, mestre em Educação e em Patrimônio Cultural, graduada em Desenho e Artes Plásticas, todos os títulos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde atua na graduação em Artes Visuais e no mestrado em Educação. Docente no Doutorado em Rede em Educação na Amazônia (PGEDA).

Marcondes Santos de Oliveira Júnior

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFPB, na área de rádio e televisão. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas e Linguagens das Indústrias de Mídia (PLIM-UFPB).

Mariana Reis

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom). Mestre em Comunicação pela UFPE, onde também fez a graduação em Jornalismo.

Maurício Rebellato

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo, pela Universidade de Cruz Alta.

Myllena Hellen Silva da Costa

Graduada em Radialismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuou em projetos de iniciação científica na área de rádio e televisão, com foco na mídia local e em seus processos de convergência e transmidiação. Seus interesses incluem televisão, internet e cinema.

Natalie Pereira Soares

Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), instituição por onde também é graduada em

Jornalismo. Integra o grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM).

Rodrigo Martins Aragão

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde fez a graduação em Jornalismo. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia. Professor da UFPE.

Thyanne Tavares

Graduanda em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Vinculada ao Programa de Iniciação Científica, integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas e Linguagens das Indústrias de Mídia (PLIM-UFPB), desenvolve pesquisas com foco nas dinâmicas produtivas e comunicacionais da mídia local.

Vilso Junior Santi

Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde atua na graduação em Jornalismo e no Mestrado em Comunicação. Docente no Doutorado em Rede em Educação na Amazônia (PGEDA).

Fabiano Ormaneze

Doutor em Linguística e mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Coordenador de curadoria do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). Professor-colaborador do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor), da Unicamp. Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Duílio Fabbri Júnior

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero, onde fez também especialização em Comunicação Empresarial. Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Reitor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor na Faculdade

Cásper Líbero. Realizou pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Gilson Pôrto Jr.

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

JORNALISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: iniciativas, impactos e contrastes

Organizadores:

**Fabiano Ormaneze
Duílio Fabbri Júnior
Gilson Pôrto Jr.**



ISBN: 978-6-59844-995-7



9 786598 449957

